

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ANA CRISTINA MAGALHÃES JARDIM

**O mito de *Marília de Dirceu* – 1792 a 1889:
aspectos da construção e da apropriação de heróis românticos e o
processo de formação da Nação Brasileira**

MARIANA

2014

Ana Cristina Magalhães Jardim

**O mito de *Marília de Dirceu* – 1792 a 1889:
aspectos da construção e da apropriação de heróis românticos e o
processo de formação da Nação Brasileira**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Poder e linguagem

Linha de pesquisa: Poder, espaço e sociedade

Orientadora: Prof^a Dr^a Andréa Lisly Gonçalves

Mariana
Instituto de Ciências Humanas e Sociais - UFOP
2014

J373m

Jardim, Ana Cristina Magalhães.

O mito de *Marília de Dirceu* – 1792 a 1889 [manuscrito]: aspectos da construção e da apropriação de heróis românticos e o processo de formação da Nação Brasileira / Ana Cristina Magalhães Jardim. - 2014.

161f.: color; quadros.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Lisly Gonçalves.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História.

Área de concentração: Poder e Linguagem.

1. Brasil - História – Conjuração mineira, 1789 - Teses. 2. Romantismo - Teses. 3. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Teses. I. Gonçalves, Andréa Lisly. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 94(81).34


Catálogo: sisbin@sisbin.ufop.br



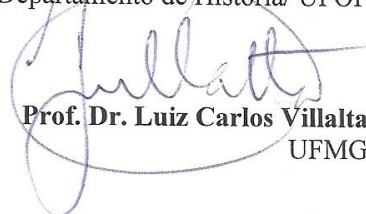
Ana Cristina Magalhães Jardim

“O mito de Marília de Dirceu – séculos XVIII e XIX: aspectos da construção e da apropriação de heróis românticos e o processo de formação da Nação Brasileira.”

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.


Prof.ª Dr.ª Andrea Lisly Gonçalves
Departamento de História/ UFOP


Prof. Dr. Marco Antonio Silveira
Departamento de História/ UFOP


Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta
UFMG

Para Adélia,
companheira, sempre.

Agradecimentos

Marília está na minha vida há muito tempo. Desde o tempo em que eu era aluna da Escola Estadual Marília de Dirceu, durante a infância, e não sabia quem ela era. Naquela época, eu aprendi sobre os poemas que ela havia inspirado ao herói Inconfidente, como toda criança que nasce e respira os ares históricos de Ouro Preto, sem compreender bem o que aquilo significava. Durante o curso de Especialização em Cultura e Arte Barroca, Marília voltou a habitar minha vida e trouxe consigo Maria Doroteia. Surgiram então muitas perguntas que tentei responder na monografia. Depois disso, veio a colaboração no espetáculo teatral *Marília de Dirceu?*, feito com a Cia Teatral As Medeias. Na encenação, ficção e História puderam se emaranhar sem pudores e preocupações acadêmicos. A partir da bolsa para realização de uma segunda monografia, que acrescentou às fontes já reunidas o acervo da Biblioteca Nacional sobre o tema, foi possível responder parte das perguntas daquela pesquisa inicial e finalizar, quase ao mesmo tempo, os dois trabalhos. Acho que ainda não posso dizer que sei quem foi Marília ou Maria Doroteia, mas isso não importa, pois através delas aprendi a amar a História e redescobri que seu fascínio estava na possibilidade de questionar e não aceitar a existência de uma dita “verdade” imposta em um conjunto de fatos e datas inertes, como ensinado na infância, mas a ver a História como uma constelação sempre em movimento e com novos aspectos por desvendar.

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora, Prof^a Dr^a Andréa Lisly Gonçalves, não apenas por formalidade acadêmica, mas pelo caminho que fizemos juntas e que se tornou a grande experiência que levarei deste trabalho. Hoje tenho a convicção de que algumas trajetórias talvez nunca tivessem chegado ao fim se tivessem sido feitas na solidão, como a de Dom Quixote ou a de Dante, por exemplo. Bem mais tímida foi a trajetória que pretendi cumprir com este trabalho, é certo - não sem enfrentar os meus moinhos de vento ou sem passar por momentos de purgação e outros de júbilo, mas sempre tendo ao meu lado uma pessoa que, ao mesmo tempo, permitiu a autonomia, soube aparar arestas, assinalar lacunas a serem respeitadas, apontar os caminhos acadêmicos, e esteve pronta para o diálogo. Registro ainda alguns momentos dos quais sentirei muita falta: nossos cafés e a conversa sempre inteligente e prazerosa.

No avanço dessa jornada encontrei muitas outras pessoas fundamentais. Agradeço ao Prof. Dr. Rafael de Freitas e Souza e à Prof^a Dr^a Adriana Romeiro, pelo

caminho feito nas monografias anteriores e que foram de grande importância para que eu conseguisse me embrenhar nos caminhos do Mestrado. Muito obrigada também à Profª Drª Guiomar de Grammont, amiga de tantos anos, e ao Prof. Dr. João Adolfo Hansen, pela leitura paciente de textos embrionários. Ao Prof. Dr. Marco Antônio Silveira, Profª Drª Claudia Maria das Graças Chaves, Profª Drª Virgínia A. de Castro Buarque, Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta, Prof. Dr. Sérgio Alcides, Prof. Ronald Polito, meus professores em momentos distintos e igualmente relevantes.

Agradeço ainda ao Museu da Inconfidência, Dr. Rui Mourão, Carmem Silva Lemos, Celina Santos Barbosa, Maria Margareth Monteiro e Silva, Rosa Wood e Suely Perucci. Ao Museu do Aleijadinho, Cônego Agostinho Barroso de Oliveira, Carolina Pimentel Ferraro e Sidnéa Santos. Ao Arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto, João Paulo Martins e Helenice Afonso de Oliveira.

À Anna Maria Parsons, Cláudia Gomes Pereira e Maria Agripina Neves.

Aos colegas da Pós-Graduação, cuja amizade e diálogo enriqueceram todo o período de trabalho e aprendizado.

À minha mãe, pelo incentivo prematuro à leitura e à busca pelo conhecimento; meu pai, que não pode presenciar este momento; a meus irmãos, Jane e Júnior, que sempre acreditaram em mim; àqueles que aprendi a amar como irmãos e irmãs, Ricardo, Val, Cristiene, Sabir e Alexsandre; a meus sobrinhos Dallyane, Kauan, Alhandra, Maria Luiza e Alexandre. Em especial, à Dona Eunice, presente e amorosa. Por fim, a José Maria - o senhor faz muita falta todos os dias, mas nos deixou tantos ensinamentos e momentos maravilhosos que vamos nos alimentando deles para matar a saudade.

Obrigada a todos!

Resumo

O mito de *Marília de Dirceu* – 1792 a 1889: aspectos da construção e da apropriação de heróis românticos e o processo de formação da Nação Brasileira..

O trabalho propõe investigar aspectos da construção e da apropriação dos envolvidos na Inconfidência Mineira, ocorrida no final do século XVIII, como heróis românticos no processo de formação da Nação Brasileira, ao longo do século XIX, ao privilegiar o mito de *Marília de Dirceu*. Tal empreendimento constituiu-se como uma operação historiográfica realizada pelos intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no século XIX. Nosso foco é a imagem criada para Maria Doroteia Joaquina de Seixas, a *Marília*, através da construção da imagem de herói romântico atribuída a Tomás Antônio Gonzaga. As fontes e informações levantadas sobre a vida de Maria Doroteia, comparadas aos métodos e objetivos da escrita biográfica dos intelectuais do IHGB, enquanto “homens de seu tempo”, realçam as diferenças existentes entre a mulher que viveu em Minas Gerais, entre 1767 e 1853, e a musa recriada para figurar ao lado de Gonzaga, herói letrado da Inconfidência Mineira. A historiografia fundadora da identidade nacional, praticada pelos intelectuais do IHGB, contribuiu para esse processo de construção: uma historiografia impregnada pelo Romantismo e feita por homens de uma elite econômica e intelectual.

Palavras-chave: Inconfidência Mineira, Marília de Dirceu, romantismo, nacionalidade, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB.

Abstract:

The work proposes to investigate aspects of the construction and ownership of those involved in the Inconfidência Mineira, occurred in the late eighteenth century, as romantic heroes in the process of formation of the Brazilian nation, throughout the nineteenth century, the heroes focus on the myth of Marilia de Dirceu. This undertaking has been constituted as a historiographical operation performed by intellectuals linked to Brazilian History and Geography Institute (IHGB), in the nineteenth century. Our focus is the image created for Maria Doroteia Joaquina de Seixas, Marilia, by building the image of romantic hero attributed to Tomás Antônio Gonzaga. Sources and

information gathered about the life of Maria Doroteia, compared to the methods and goals of biographical writing of intellectuals IHGB as "men of their time," highlight the differences between women who lived in Minas Gerais, between 1767 and 1853 and recreated the muse to appear alongside Gonzaga, literate hero of the Minas Conspiracy. Historiography founder of national identity, practiced by intellectuals IHGB contributed to this construction process: a historiography Romanticism and impregnated by a man-made economic and intellectual elite.

Key-words: Inconfidência Mineira, Marília de Dirceu, romanticism, nationality, Brazilian History and Geography Institute (IHGB).

Lista de quadros

Quadro 1 – Membros da família de Maria Doroteia Joaquina de Seixas na Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto 38

Quadro 2 – Transcrição de valores pagos/devidos à Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto 42

Quadro 3 – **Continuação** - Valores pagos/devidos à Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto 42

Lista de Imagens

Imagem 1 – Entrada de D ^a Catarina Leonor da Silva Sotéria na Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto em 1779	153
Imagem 2 – Entrada do Capitão Balthazar João Mairink na Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto em 1787	153
Imagem 3 – Entrada de D ^a Maria Doroteia Joaquina de Seixas na Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto em 1793	154
Imagem 4 – Entrada de D ^a Emerenciana Joana Evangelista na Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto em 1806.....	154
Imagem 5 – Livro de Entradas e Profissões da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto	155
Imagem 6 – Livro de Atas da Câmara Municipal de Ouro Preto - 1846 - f. 75.....	156
Imagem 7 – Livro de Atas da Câmara Municipal de Ouro Preto - 1846 - f. 75v.....	157
Imagem 8 – Livro de Atas da Câmara Municipal de Ouro Preto - 1846 - f. 76v-77..	158
Imagem 9 – Livro de Atas da Câmara Municipal de Ouro Preto - 1846 - f. 77det.....	159
Imagem 10 – Museu da Inconfidência – Bordado Santa Maria Madalena	160
Imagem 11 – Museu da Inconfidência – Bordado São José	161

Lista de abreviaturas

***ADIM** – Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*

***AMIC** - Anuário do Museu da Inconfidência*

***AMIp** - Anuário do Museu Imperial*

APM – Arquivo Público Mineiro

APOP – Arquivo Público de Ouro Preto

BN - Biblioteca Nacional

CC – Casa dos Contos

MA - Museu do Aleijadinho

MI – Museu da Inconfidência

***RAPM** - Revista do Arquivo Público Mineiro*

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Sumário

Introdução	12
Capítulo 1 - Uma entre muitas Marílias: Maria Doroteia Joaquina de Seixas, aspectos biográficos	24
Um perfil biográfico	24
Fontes documentais, contexto social e possibilidade de aproximação biográfica	27
<i>Autos de Devassa da Inconfidência Mineira: Maria Doroteia e o casamento com Tomás Antônio Gonzaga</i>	33
Ministra da Irmandade de São Francisco de Assis de Ouro Preto	36
Pedido de emancipação das irmãs Maria Doroteia e Emerenciana	46
Testamento e inventário	54
Capítulo 2 - A construção da imagem dos heróis da Inconfidência Mineira e a formação da identidade nacional brasileira ao longo do século XIX	60
Historiografia da Inconfidência Mineira no século XIX	61
Independência e precedentes – historiografia	63
Pátria, nação e nacionalidade no Brasil entre os séculos XVIII e XIX	67
Construção de uma historiografia “brasileira” a partir de 1808	70
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	72
Joaquim Norberto de Sousa Silva	76
“Marília de Dirceu” – brasileira célebre	85
Coluna Saldanha	92
Viagem do imperador a Minas, 1881: “fui ver a casa de Marília ...”	97
Capítulo 3 - Apropriações românticas no processo de construção da nacionalidade brasileira	100
Romantismo e historiografia brasileira	100
<i>Marília de Dirceu</i> – sucesso editorial a partir do século XVIII	104
Aspectos do Romantismo no Brasil	107
<i>Dirceu de Marília</i>	113
Teixeira e Sousa e o primeiro romance da Inconfidência Mineira	116
Maria Doroteia e a imagem de <i>Marília de Dirceu</i>	121
<i>Marília</i> do Romantismo	125
Conclusão	130
Referências	134
Fontes primárias	134
Bibliografia	134
Anexos	146

Introdução

As mudanças verificadas na virada do século XVIII para o XIX alteraram significativamente os modos de pensar e agir de muitos dos seus contemporâneos.¹ As revoluções bem-sucedidas, e até mesmo os movimentos rebeldes abortados ou sufocados pelo poder do Estado, deixavam atrás de si o Antigo Regime², como denominamos hoje, tornando-se um divisor de águas na história do império luso-brasileiro. Monarquias tradicionais e do Antigo Sistema Colonial³, que movimentaram tantos homens, recursos e dinheiro, teriam suas últimas atuações obrigando homens e mulheres a se reinventarem na política, nas leis, na economia, na cultura e na literatura.

Mesmo as monarquias que sobreviveram, modificaram-se de alguma maneira. Buscava-se, naqueles tempos, talvez, a compreensão do que se passava e do que poderia ser construído para o futuro. Como operar naquele novo registro? Monarquias e elites que sempre orbitaram em torno umas das outras e se beneficiaram do poder haviam sido seriamente contestadas e, em alguns casos, até suplantadas por uma burguesia em ascensão. Não significa que, a partir do século XIX, as revoluções da América do Norte e da França ou as inúmeras revoltas ocorridas na América portuguesa e espanhola modificaram toda a realidade do mundo ocidental instantaneamente. O que se pode dizer de tudo isso é que, com as mudanças ocorridas no fim do século XVIII, passou a existir uma possibilidade de contestação. As ideias iluministas fizeram alastrar pela Europa e suas colônias as luzes de uma nova forma de pensar em todos os aspectos que envolviam a vida do homem.

Na América portuguesa, no final do século XVIII, as autoridades de Lisboa se viram diante de vários movimentos de contestação que avançaram pelo século XIX⁴, indo até o período regencial. Um deles foi a Inconfidência Mineira, que contou com a participação de clérigos, proprietários, funcionários régios e intelectuais. O movimento rebelde foi reprimido em 1789 pelas autoridades portuguesas, instaurando um processo

¹ VILLALTA. *1789-1808*, 2000, p. 11-16.

² SOUZA. *O sol e a sombra*, 2006. De acordo com Tocqueville, como a própria autora apontou.

³ SOUZA. *O sol e a sombra*, 2006.

⁴ JANCSÓ. *A sedução da liberdade*, 1997; VILLALTA. *Pernambuco, 1817, encruzilhadas e desencontros do Império luso-brasileiro*, 2003.

de devassa (concluído em 1792) que condenou exemplarmente um dos envolvidos à forca e os outros ao degredo em terras portuguesas.

Escrita por Tomás Antônio Gonzaga, um dos envolvidos nesse movimento, surgiu, em meio à história e à ficção, a obra poética *Marília de Dirceu*. Publicada ainda em 1792, atravessou a nossa história, desde então reeditada com sucesso.

Durante o século XIX a Inconfidência Mineira foi considerada, por alguns historiadores e até romancistas, um movimento precursor da independência, proclamada em 1822, no Brasil, por D. Pedro I, descendente direto da casa de Bragança. Uma vez inviabilizada a manutenção de um império luso-brasileiro, grupos de uma elite ligada ao Imperador passaram a apoiá-lo.

Nesse contexto, uma linha de interpretação inovadora da historiografia brasileira vem, desde os anos 1980, dedicando-se a pesquisas tanto sobre a Inconfidência Mineira quanto sobre o processo de emancipação e formação da nacionalidade brasileira.

A Inconfidência Mineira sempre foi um tema que despertou grande interesse por parte dos pesquisadores. Foram tantos autores dedicados ao tema, por meio de livros e artigos relevantes, que seria exaustivo citá-los aqui. Destacamos a publicação, em 1873, de *História da Conjuração Mineira*, de Joaquim Norberto de Sousa Silva, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), primeiro livro dedicado exclusivamente à história do movimento e que utilizou como fontes inéditas os *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. Ainda no século XIX, também inserido no IHGB, Varnhagen tratou brevemente do tema em sua vasta obra sobre a História do Brasil. No século XX, após aumento considerável das pesquisas históricas de um modo geral e sobre o tema da Inconfidência Mineira, surgiu o livro *A devassa da devassa*, de Kenneth Maxwell, que apontou uma nova linha de interpretação para o assunto. Segundo Maxwell, as motivações do movimento teriam sido fiscais e não revolucionárias e o processo de devassa teria sido forjado a partir de punições exemplares para inibir novas revoltas na colônia lusitana na América. Outra publicação interessante foi *A Inconfidência Mineira: uma análise factual*, de Márcio Jardim, de 1989. Também importante, *O manto de Penélope*, de João Pinto Furtado, buscou investigar a conformação dos envolvidos a partir dos bens confiscados no momento das prisões, em 1789. Luiz Carlos Villalta é outro autor que tem se dedicado ao estudo das influências das ideias iluministas, história da leitura e desdobramentos diversos relacionados ao movimento mineiro do fim do século XVIII, dentre outros aspectos. Por fim, gostaríamos de inserir,

nessa breve listagem, José Murilo de Carvalho. Ele investigou o caráter da construção da imagem de mártir revolucionário atribuída a Tiradentes, único participante a ser enforcado, esquartejado e ter seus membros espalhados pelos caminhos de Minas Gerais. Para Carvalho, a transformação de Tiradentes em herói, precursor e mártir da liberdade, se alinha à necessidade de criação de estruturas simbólicas capazes de unir a nação em torno do mito de origem. O caráter simbólico dos mitos teria sido uma das maneiras de garantir a integração nacional e territorial em torno do projeto republicano para o Brasil do fim do século XIX.

Sobre o processo de emancipação da América Portuguesa, Maria Odila Silva, dando continuidade ao pensamento de Caio Prado Jr e Sérgio Buarque de Holanda, tenta responder às questões sobre a possível continuidade que ligaria a Inconfidência Mineira e outros movimentos rebeldes ocorridos no Brasil do final do século XVIII à Independência. Para a autora, o processo de separação política da metrópole (1822) não coincide com a consolidação da unidade nacional (1840-1850) e não foi marcado por nenhum movimento revolucionário, pois nenhum dos movimentos rebeldes do fim do século XVIII nem a independência teriam obtido esse caráter. Não podemos deixar de citar as influências da revolução ocorrida em Portugal, em 1820, sobre o processo de independência brasileiro. No Brasil, ao contrário de rupturas revolucionárias, ocorreram continuidades promovidas por uma elite econômica e intelectual que, alinhada à monarquia constitucional, via nessa nova relação com Portugal laços que a prendiam à civilização europeia, fonte de valores cosmopolitas, de negócios, renovação e progresso.

Outra possibilidade, também levantada pelos autores acima e seguida, dentre outros, por István Jancsó, é que esse processo de emancipação política teria se iniciado desde que a Família Real se mudou para o Brasil em 1808. A mudança do aparato governamental português para o Rio de Janeiro, bem como as necessidades administrativas, econômicas e culturais da corte, abrindo os portos ao comércio exterior, trazendo uma máquina burocrática com milhares de nobres, funcionários reais, dentre outros elementos, teriam provocado uma transformação irreversível que culminaria com a falência do antigo sistema colonial. Sendo assim, o lançamento do germe da emancipação estaria irremediavelmente lançado na sociedade brasileira.

Dentre as mudanças ocorridas a partir de 1808, podemos citar algumas que nos interessam diretamente: a criação da Imprensa Régia, de algumas editoras (como a Garnier), de jornais, livrarias, e a vinda de viajantes estrangeiros. O período foi marcado

também por acontecimentos, como a Revolução de 1820 no Porto; a volta de D. João VI para Portugal, em 1821, e a proclamação da Independência por D. Pedro I em 1822. Em 1838 ocorreu a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob o mecenato de D. Pedro II e com o objetivo de levantar a memória e origens do Brasil, construindo uma historiografia para o império luso-brasileiro. Seus membros eram homens selecionados dentro da elite intelectual carioca, seguindo indicações do próprio Imperador sobre alguns temas de pesquisa. O IHGB promoveu concursos de monografia, iniciou a publicação de sua revista (editada até os dias de hoje) e incentivou a produção de biografias de homens e mulheres que considerou adequadas à formação da identidade nacional brasileira.

João Adolfo de Varnhagen e Joaquim Norberto de Sousa Silva foram alguns daqueles intelectuais. Varnhagen é considerado pela maioria dos historiadores contemporâneos o primeiro historiador brasileiro; ele próprio fazia questão de afirmar isso. Joaquim Norberto tem grande importância para o nosso objeto de pesquisa, uma vez que, além do seu trabalho *História da Conjuração Mineira*, dedicou-se também à reedição de obras dos poetas inconfidentes, principalmente de Tomás Antônio Gonzaga, que considerou o verdadeiro herói intelectual do movimento mineiro de 1788-89. Joaquim Norberto dedicou-se à publicação de parte da obra de Gonzaga, sempre precedida da biografia do poeta, na qual o pesquisador destacava a figura lírica de *Marília*, musa inspiradora do poeta. Embora fossem muitas as musas inspiradoras, de acordo com a tradição de composição da poesia árcade, após os acontecimentos da Inconfidência Mineira a *Marília* dos versos de Gonzaga passou a ser associada à sua noiva Maria Doroteia Joaquina de Seixas, moradora de Vila Rica.

Após a prisão de Gonzaga sua noiva Maria Doroteia permaneceu em Minas Gerais sem se casar. Esse fato, misturando-se à ficção dos poemas, pode ter contribuído para a propagação da obra *Marília de Dirceu* como uma das mais publicadas e lidas em língua portuguesa de todos os tempos⁵. A qualidade dos versos produzidos por Gonzaga e a relação entre história e ficção no imaginário dos leitores também são pontos fundamentais nesse processo. A partir daí a imagem de *Marília* se projeta no cenário simbólico da formação da identidade da Nação Brasileira, inserida no conjunto dos participantes da Inconfidência Mineira, como se verá mais adiante.

⁵ ALCIDES. *A pátria de Dirceu*, 1994.

Mas a primeira obra ficcional baseada na história da Inconfidência Mineira foi o romance *Gonzaga ou a conjuração do Tiradentes*, publicado em dois volumes (1848 e 1851) por Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa. Na narrativa fica explícita uma imagem romântica que o autor constrói para os leitores a respeito da relação entre amor e revolução atribuída ao casal Dirceu e Marília. O enredo tem como cenário Vila Rica, por onde transitam todos os envolvidos no movimento rebelde, e expõe os principais fatos conhecidos da história, culminando com o final trágico: a punição dos envolvidos e a separação do herói Gonzaga de sua noiva Maria Doroteia. Toda a trama é mediada pela composição dos versos de *Marília de Dirceu* por Tomás Antônio Gonzaga. De acordo com Ilca Vieira de Oliveira⁶, os autores-leitores românticos de Gonzaga produziram outras obras a partir da obra e da história do poeta inconfidente, resignificando e construindo mitos de origem utilizados na formação da nossa identidade e da nacionalidade brasileira.

Flora Süssekind aponta a obsessão pela origem entre os intelectuais e viajantes que contribuíram para a formação dessa identidade nacional brasileira. Para eles, demarcar de forma concreta as origens era historicizar⁷.

O Romantismo é importante elemento na composição da imagem de *Marília* como um dos mitos que, sempre relacionada a Gonzaga, entra na composição de uma galeria de heróis para a identidade brasileira. A formação da nacionalidade está intimamente ligada às características românticas de buscar elementos originais brasileiros para suas composições⁸. A partir desse pensamento, os intelectuais do IHGB, em sua maioria ligados ao Romantismo, vão se apropriar de características originais e únicas do Brasil, como os índios, a natureza e os homens de destaque para a luta em favor da “pátria”.

A evolução de conceitos como nação, pátria e nacionalidade no processo de formação do Estado Nacional brasileiro é fundamental para um entendimento mais amplo do nosso percurso. A metamorfose⁹ desses conceitos e a maneira como foram se

⁶ OLIVEIRA. *Os fios e os bordados*, 2012.

⁷ SÜSSEKIND. *O Brasil não é longe daqui*, 1990, p. 15.

⁸ CANDIDO. *O Romantismo no Brasil*, 2002.

⁹ CHIARAMONTE. Metamorfoses do conceito de Nação durante os séculos XVII e XVIII, 2003: O contexto e o recorte desse trabalho são perfeitamente adequados à nossa pesquisa. O autor nos informa que o propósito do trabalho é “analisar algumas mudanças no uso do termo nação no período entre meados dos séculos XVIII e XIX. Este objetivo corresponde à preocupação de esclarecer as modalidades com que os independentistas latino-americanos utilizam esses conceitos durante o processo de construção das novas identidades políticas que se sucederam ao colapso das metrópoles ibéricas.” (p. 61)

adaptando à realidade, entre os séculos XVIII e XIX, acompanham as mudanças históricas e as fazem também, por sua vez, avançar.

A etimologia da palavra *nação*¹⁰, no sentido de lugar de origem familiar, nos ajuda a traçar e percorrer o caminho. Para José Carlos Chiaramonte, o “século XVIII apresenta um uso duplo do termo *nação*: o antigo, de conteúdo étnico, e o que podemos chamar político, presente nos tratados de direito natural moderno e difundido por seu intermédio na linguagem da época”¹¹. O conteúdo étnico de *nação* do qual ele trata é usado não apenas para se referir a indivíduos de uma mesma “raça” ou de uma mesma “ninhada”, mas principalmente a indivíduos que compartilham a mesma história e os mesmos mitos de origem fundadora. *Nação*, do ponto de vista político, seria um conjunto humano que compartilha, ou é regido, por um mesmo governo. Interessa-nos aqui uma análise dos possíveis motivos que levaram à metamorfose dos conceitos e não apenas nos servirmos deles como vocabulário.¹²

Numa fase seguinte e paralela ao Romantismo, ocorre a conjunção de ambos os usos, o étnico e o político¹³, baseada no princípio das nacionalidades a que o autor se refere e fazendo com que *nação* e os seus significados étnico e político sofram uma espécie de mutação ou um tipo de simbiose. Qual seria a necessidade do surgimento de um significado não étnico para um conceito nascido com esse sentido e que continuará a ser empregado em paralelo ao político? A utilização do conceito político e não étnico passa a ser fundamental a partir do século XIX, sob o princípio das novas nacionalidades, a fim de legitimar Estados pluriétnicos, como foi o caso do Brasil, cuja população era formada, até aquele momento, por nativos, portugueses reinóis e escravos

¹⁰ GUERRA. *A nação moderna: nova legitimação e velhas identidades*, 2003: “A etimologia de *nação* – do verbo latino *nascor* – remete, com efeito, aos indivíduos nascidos numa mesma época ou lugar: no mundo animal, à ninhada. Por isso, já muito antigamente, aproxima-se de *gens*, dos descendentes de um mesmo antepassado *varão*, e de *genus*, *raça*, conjunto de indivíduos com uma origem comum e, portanto, com características semelhantes; mas também remete aos que nasceram num mesmo lugar, ou compartilham traços semelhantes, como a língua, considerados como consequência de um parentesco.” (p. 35)

¹¹ CHIARAMONTE. *Metamorfoses do conceito de Nação durante os séculos XVII e XVIII*, 2003, p. 71.

¹² CHIARAMONTE. *Metamorfoses do conceito de Nação durante os séculos XVII e XVIII*, 2003: “Se o aparecimento do uso “político” do termo *nação* é um problema histórico relevante para o período entre o século XVII e meados do XIX, outro problema, de natureza semelhante, é o do sentido que adquirirá no princípio das nacionalidades [...] que, antes do século XVIII, na literatura, enfatiza a terra de origem. A *nação* era o povo nativo de um país. Durante os séculos XVIII e XIX, a origem comum ou a *raça*, a língua e os costumes tornaram-se mais importantes que o país [...] Quando se desenvolveram as novas ideias sobre o significado das nações [...] enfatizou-se a existência de uma *nação* mesmo sem um Estado, o que tornou necessário um novo termo para tal objeto, que foi principalmente *nacionalidade*.” (p. 89, grifos do autor)

¹³ CHIARAMONTE. *Metamorfoses do conceito de Nação durante os séculos XVII e XVIII*, 2003, p. 85.

de nação, ou seja, africanos e que geraram uma população fruto da miscigenação dessas raças. Num contexto como esse o conceito político de nação seria propício como elemento para a integração territorial, política e cultural dando soberania e suporte à autoridade do imperador.

É importante lembrar que o Brasil independente permaneceu escravista e a elite econômica passou a viver sob a ameaça de uma revolta de negros potencializada pelos fatos ocorridos em São Domingos. Isso tornava maior ainda a necessidade de legitimação de um Estado pluriétnico.

Os movimentos rebeldes ocorridos desde o fim do século XVIII até a consolidação do processo de emancipação são considerados de caráter regional. Não existia ainda um pensamento libertário ou de emancipação nacional como o pretendido posteriormente durante o processo de consolidação da formação nacional do século XIX. Assim, os movimentos ocorridos em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia ou Pernambuco, por exemplo, tinham um caráter de emancipação regional. Para aqueles homens, sua pátria era a região que representavam, país era o Brasil, mas a nação à qual pertenciam era a portuguesa; assim, haviam portugueses nascidos na Península Ibérica e portugueses nascidos no Brasil. Isso explicaria, inclusive, as continuidades experimentadas nos primeiros momentos em que foi vislumbrada a emancipação, a partir de 1808 ou em 1822, por exemplo.

Todo esse contexto é balizado e regido por homens da elite econômica ou intelectual. Homens que se ligam, de alguma maneira, ao poder do Estado e buscam na distinção uma forma de se inserirem nas instituições administrativas ou de obterem vantagens e reconhecimento econômico.

O levantamento documental feito sobre Maria Doroteia Joaquina de Seixas aponta que sua família pertencia à elite luso-brasileira. Seu avô, o Tenente General Bernardo da Silva Ferrão teria ido para Vila Rica em 1738, como homem de confiança do Governador Gomes Freire de Andrade, constituindo lá uma descendência de homens de patente. Mas as fontes sugerem também que Maria Doroteia, quando faleceu aos 85 anos, em 1853, já não dispunha de tantos recursos financeiros, embora mantivesse certo prestígio social.

Maria Doroteia Joaquina de Seixas (1767-1853) permaneceu em Vila Rica após a prisão e o degredo de Tomás Antônio Gonzaga e a frustração do suposto plano de casamento. Após aqueles acontecimentos, Maria Doroteia fez parte da Ordem Terceira

de São Francisco de Assis, cuidou de questões burocráticas, como solicitar emancipação para ela e sua irmã administrarem dos próprios bens, preparou seu testamento e viveu uma vida longa numa cidade que se modificava constantemente e assistia às mudanças sociais, políticas e econômicas por que passava o país.

No primeiro capítulo, levantamos e analisamos a documentação bibliográfica relativa a Maria Doroteia Joaquina de Seixas, bem como a metodologia para trabalhar os registros referentes à musa de Gonzaga.

O trabalho feito a partir das fontes encontradas tenta reconstituir o panorama das intrincadas relações, lugares sociais e de poder, vivenciado por Maria Doroteia e sua família na sociedade mineira nos séculos XVIII e XIX. Tal exercício “biográfico” nos permitirá afastar e aproximar Maria Doroteia de uma existência que às vezes se mostra ordinária e outras encoberta pelo maravilhamento nebuloso da figura lírica de *Marília de Dirceu*. O estudo nos parece útil para demonstrar que os dados de sua vida, conhecidos desde sua morte em meados do século XIX, não foram levados em consideração pelos biógrafos do século XIX ou mesmo pelos românticos, ainda que esparsas eram informações que apontavam para a existência de uma Maria Doroteia muito diferente da musa inspiradora de Tomás Antônio Gonzaga. Os dados biográficos buscam distinguir o histórico do ficcional.

Para o breve levantamento da vida de Maria Doroteia, apontado pela documentação e bibliografia consultadas, levamos em conta as preocupações metodológicas de Pierre Bourdieu em seu artigo "A ilusão biográfica"¹⁴, as quais implicam a impossibilidade de fazermos um plano cronológico, ou seja, um traçado de sua vida composto de princípio, meio e fim. Sabina Loriga destaca a fluidez instável que separa a biografia da literatura e da história ao se deslocar no tempo, tornando-se necessário historicizar o gênero biográfico. A autora critica a metodologia de Bourdieu no sentido de que ele sugere apenas uma forma de escrita biográfica, embora existam várias, apontando o perigo das generalizações¹⁵. François Dosse, em seu *O desafio biográfico*¹⁶, alarga e aprofunda as fronteiras do gênero biográfico, levantando e analisando biografias, períodos e metodologias.

¹⁴ BOURDIEU. A ilusão biográfica, 1996.

¹⁵ SOUZA; LOPES. Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema, 2012, p. 31.

¹⁶ DOSSE. *O desafio biográfico*, 2009.

Utilizamos ainda como guia a escrita de algumas biografias propriamente ditas, como *São Luis*, de Jacques Le Goff¹⁷ - um volumoso e minucioso levantamento de sua vida e tudo o que se produziu sobre ele durante o processo para torná-lo rei santo; a biografia de Cláudio Manuel da Costa, feita por Laura de Mello e Souza¹⁸, outro homem relacionado à Inconfidência Mineira; *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*, de Júnia Ferreira Furtado¹⁹, que trata da vida de uma mulher no século XVIII em Minas Gerais; os trabalhos de João José Reis²⁰, *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX* e *O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853)*. A segunda obra foi escrita em conjunto com Marcus J. M. de Carvalho e Flávio dos Santos Gomes, sendo que os dois últimos títulos são diferentes da proposta do presente trabalho, mas úteis enquanto metodologia do trabalho biográfico por trabalharem com dados esparsos de seus biografados e tentar reconstituir-lhes a história a partir do contexto social à qual pertenceram.

No segundo capítulo, analisamos documentos, bibliografia e aspectos que levaram à apropriação de heróis da Inconfidência Mineira no processo de formação da Nação Brasileira. O processo de construção de uma historiografia fundadora nasceu num período de grandes modificações ocorridas a partir da vinda da Família Real para o Brasil e teve continuidade após a Independência de 1822, tendo sido operado, no entanto, por homens letrados inseridos no IHGB. Estes contaram com o mecenato de D. Pedro II e buscaram, ao mesmo tempo, permanecer ligados à corte europeia a fim de traçar uma autonomia para um novo Brasil em formação. Varnhagen e Joaquim Norberto, além do próprio imperador D. Pedro II, são importantes peças desse processo. Para tal análise, é imprescindível nos alinharmos com diversos trabalhos feitos sobre a Inconfidência Mineira, iniciados pelo próprio Joaquim Norberto, ainda em 1873, seguidos de inúmeros outros que atualizam a interpretação sobre o movimento mineiro frustrado. Sobre a Independência e uma possível ligação com a Inconfidência Mineira, levamos em consideração o trabalho de Maria Odila Dias²¹, dentre outros.

¹⁷ LE GOFF. *São Luis*, 2010.

¹⁸ SOUZA. *Cláudio Manuel da Costa*, 2011.

¹⁹ FURTADO. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, 2003.

²⁰ REIS. *Domingos Sodré, um sacerdote africano*, 2008; REIS; CARVALHO; GOMES. *O Alufá Rufino*, 2010.

²¹ DIAS. *A interiorização da Metrópole e outros estudos*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). 1822: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

No terceiro capítulo, tratamos da íntima ligação da formação da Nação Brasileira com o Romantismo, alguns de seus autores e de seus romances históricos. Identificamos inicialmente obras literárias que tiveram como inspiração o amor de *Marília de Dirceu* e, em seguida, como essas obras e o que Ilca Oliveira²² chamou de reescrita daquela história por autores do século XIX ajudam a construir a identidade brasileira. Dentre esses autores, trabalhamos com o romance escrito por Teixeira e Sousa sobre os envolvidos na Inconfidência Mineira e também com inúmeras obras produzidas por Joaquim Norberto, historiador que jamais abandonou as inspirações românticas, sempre na busca de traços idealmente originais para uma literatura nacional, ou seja, originalmente brasileira.

Para a análise sobre como foi feita a apropriação de heróis românticos no processo de formação da nacionalidade brasileira, focando o mito de *Marília de Dirceu*, precisamos compreender os modos de se fazer as construções ou as invenções na história. Eric Hobsbawm nos alerta que algumas tradições que consideramos antigas podem ser, na verdade, recentes e construídas ou inventadas para se forjar elementos materiais por parte de instituições de poder. O autor utiliza o termo em um sentido amplo, mas nunca indefinido, pois essas “tradições” são “realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas”²³, como é o caso do culto aos heróis da Inconfidência Mineira, o qual carrega consigo tudo que se relaciona a eles como pessoas, lugares, livros e tradições de uma origem simbólica inventada ou construída.

Buscamos compreender, alinhados com Mircea Eliade, “até que ponto a memória coletiva preserva a lembrança de um evento histórico”²⁴ e qual a capacidade de gerações posteriores para transformarem um sujeito histórico em mito, no sentido de lhe atribuir características de imitação de alguns arquétipos. Analisamos esse processo, por exemplo, “em relação a um personagem histórico bastante bem documentado”²⁵, como o foi Maria Doroteia, sempre lembrada como a musa singela da Inconfidência Mineira, apesar de algumas fontes indicarem que ela viveu uma existência bastante comum para mulheres de seu tempo, registrada por publicações diversas e conhecidas desde o século XIX, pelo menos.

²² OLIVEIRA. *Os fios e os bordados*, 2012.

²³ HOBBSAWM. *A invenção das tradições*, 1984, p. 9.

²⁴ ELIADE. *Mito do eterno retorno*, 1992, p. 39.

²⁵ ELIADE. *Mito do eterno retorno*, 1992, p. 39.

A natureza do nosso objeto de pesquisa nos leva a estudar estruturas simbólicas que escapam à capacidade de apreensão pelas ciências “demonstrativas”, pertencentes ao domínio do pensamento lógico, organizado e racional, e tendem ao onírico mundo dos “mitos”, capaz de criar seu próprio sistema de crenças e coerente com uma trajetória passível de utilização como no exemplificado pelo mito da conspiração ou do salvador, ao qual Girardet se refere.²⁶ Também, de acordo com Pierre Bourdieu, tomamos os mitos e heróis apropriados e/ou construídos no Brasil no século XIX como estruturas estruturantes, ou engrenagens que movem e fazem parte de uma grande estrutura, no processo de fortalecimento do Estado Brasileiro em formação. O poder simbólico seria, com efeito, um tipo de poder invisível que, com certa cumplicidade velada, seria exercido por aqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.²⁷ Finalmente, interessa-nos a análise estrutural que se refere ao processo de desconstrução, conforme proposto por Terry Eagleton, no sentido de desmontagem para uma análise mais apurada e não de destruição de mitos históricos, permitindo-nos uma metodologia apurada para investigação do objeto de pesquisa.²⁸

Ser acusado do crime de inconfidência durante o período colonial era carregar o estigma de traidor do rei ou do Estado. Por isso, a nomenclatura de Conjuração Mineira passou a ser usada por alguns autores para denominar o movimento rebelde, para afastar os participantes daquele estigma ou significando simplesmente uma reunião de pessoas com objetivos conspiratórios. No presente trabalho optamos pelo uso do termo inconfidência por uma ligação mais simbólica que semântica. Luciano Figueiredo²⁹, em breve artigo, problematiza a questão citando a expressão do historiador Francisco Iglésias, para quem inconfidência, “além de palavra corrente, é carregada de sentido, de beleza fonética, plena de rebeldia e mistério”³⁰. Trabalhamos com o simbolismo atribuído à Inconfidência Mineira na construção da identidade nacional para compreender o espaço em que se insere a figura de *Marília* nesse processo.

²⁶ GIRARDET. *Mitos e mitologias políticos*, 1987.

²⁷ BOURDIEU. *O poder simbólico*, 1989, p. 7-8.

²⁸ EAGLETON. *Teoria da literatura*, 2006: “Jacques Derrida (...) classifica de 'metafísico' qualquer sistema de pensamento que dependa de uma base inatacável, de um princípio primeiro de fundamentos inquestionáveis, sobre o qual se pode construir toda uma hierarquia de significações. (...) Mas, se examinarmos de perto esses primeiros princípios, veremos que eles sempre podem ser 'desconstruídos': pode-se mostrar que são antes produtos de um determinado sistema de significações, do que algo que os sustenta de fora para dentro.” (p. 198-199)

²⁹ FIGUEIREDO. É pejorativo chamar a conspiração de “inconfidência”, 2007.

³⁰ FIGUEIREDO. É pejorativo chamar a conspiração de “inconfidência”, 2007, p. 1.

Inconfidência Mineira é o termo que, com alguma mudança conceitual ao longo do tempo, chega à contemporaneidade sem o peso que antigamente lhe era atribuído e para denominar tudo o que se relaciona ao movimento. O termo é usado para denominar o feriado de 21 de abril, o Museu da Inconfidência, e transformar os seus envolvidos em “heróis da Inconfidência Mineira”, a partir de quando a traição ao rei absolutista passa a ser vista de maneira positiva e até revolucionária. Após o termo se vestir de nova roupagem, ser inconfidente a partir das apropriações e construções feitas pelos letrados românticos é como ser um herói revolucionário.

Por fim, o recorte trabalhado compreende o período entre 1792, quando é publicado pela primeira vez o livro *Marília de Dirceu*, e 1889, pois com a proclamação da República ocorre a consolidação dos envolvidos na Inconfidência Mineira, centrados na figura do Tiradentes, como heróis e símbolos da liberdade e formação da nacionalidade brasileira. Ao longo desse período o Brasil passa por mudanças políticas, econômicas e culturais diversas. Aliás, as transformações são tantas que seria difícil propor uma unidade histórica que unisse todo esse período entre a Inconfidência Mineira e a Proclamação da República.

Capítulo 1

Uma entre muitas Marílias: Maria Doroteia Joaquina de Seixas, aspectos biográficos

Um perfil biográfico

O objetivo deste capítulo é o estudo de traços biográficos de Maria Doroteia Joaquina de Seixas (1767-1853), realizado através da identificação da natureza das fontes e da metodologia para interpretá-las. O levantamento de vestígios biográficos proposto é necessário para distinguir o ficcional do histórico e será apenas um elemento utilizado para a compreensão historiográfica do mito criado a partir da obra de Tomás Antônio Gonzaga. Não pretendemos reescrever ou atualizar a biografia de Maria Doroteia Joaquina de Seixas.³¹

Além da utilização da metodologia de Pierre Bourdieu, já apontada, para quem não é possível escrever uma biografia perfeitamente encadeada e sem lacunas, baseamos também na convicção de François Dosse de que “o biógrafo sabe que jamais concluirá sua obra, não importa o número de fontes que consiga exumar”³².

Algumas biografias também nos servem de guia, como a que Le Goff fez para São Luis, levantando a vida do rei francês, tudo o que se escreveu sobre ele e que levou ao fortalecimento de uma imagem que forjou historicamente a existência de São Luis, o rei santo. Le Goff, que realizou um trabalho longo e minucioso sobre seu biografado, alerta que é preciso “saber respeitar as falhas, as lacunas que a documentação deixa, não querer reconstruir o que os silêncios [...] escondem, também as descontinuidades e as disjunções, que rompem a trama e a unidade aparente de uma vida”³³.

No caso da documentação sobre Maria Doroteia, as lacunas são tantas que chegamos a nos surpreender quando alguns documentos são encontrados referindo-se

³¹ BRANDÃO. *Marília de Dirceu*, 1932. O autor é primo em quarto grau de Maria Doroteia e escreveu esse livro com pretensões biográficas. O livro faz o levantamento genealógico da personagem e relata “fatos” da sua vida de acordo com histórias que, segundo o autor, foram contadas por membros da família.

³² DOSSE. *O desafio biográfico*, 2009, p. 14.

³³ LE GOFF. *São Luis*, 2010, p. 21.

especificamente a ela. Apesar de se tratar de uma mulher branca e de “boa família”, que viveu entre os séculos XVIII e XIX, não é de se esperar que sejam encontrados documentos além daqueles que pautam a vida de todas as pessoas inseridas numa sociedade colonial, como registros de batismo ou testamentos, por exemplo. Qualquer outro documento encontrado pode ser considerado um importante elemento a mais para levantar alguns pontos que ligam essa linha para a qual normalmente só se conhece o ponto inicial e o ponto final: o nascimento e a morte.

Ainda sobre incertezas e lacunas sobre a biografia e sobre o próprio trabalho historiográfico, Laura de Mello e Souza trata, por exemplo, da quase impossibilidade de conferir um rosto ao poeta Cláudio Manuel da Costa:

Mas mesmo que o retratassem: Cláudio continuaria enigmático, os detalhes de sua vida escapando por entre os dedos do pesquisador, esgarçando-se em contradições e se chocando uns com os outros em traços irredutíveis. Durante muito tempo, sequer sobre a data de seu nascimento houve consenso, e menos ainda sobre o lugar onde veio ao mundo.³⁴

A autora se refere à ausência de imagens fidedignas do conjurado, uma vez que, até onde foi possível apurar, nunca se fez um retrato dele. Mas, mesmo o que fizessem, seu retrato “biográfico” ou sua história continuaria lacunar, como aliás o deve ser. O mesmo se aplica a Tomás Antônio Gonzaga e a sua relação com Maria Doroteia. Laura de Mello e Souza trabalha em seu livro com retratos fictícios que foram feitos para Cláudio Manuel. Numa tentativa típica de uma historiografia feita no século XIX, que pretendia levantar a verdade dos fatos e preencher todas as lacunas da história, Gonzaga e Maria Doroteia também tiveram seus retratos fictícios.

Na pesquisa sobre Chica da Silva, Júnia Ferreira Furtado afirma que “conhecê-la em sua plenitude é impossível, porém a Chica da Silva que aqui descrevemos procura se aproximar da mulher real que viveu no Tejuco no século XVIII”. Furtado nos esclarece ainda que, “ao inseri-la e contextualizá-la em seu tempo e em seu espaço, buscou-se construir uma personagem historicamente verdadeira”³⁵. O trabalho de Furtado não guarda nenhuma semelhança com o mito da negra lasciva que seduziu o contratador com grandes artifícios amorosos. A pesquisa nos mostra, dentre inúmeras outras questões, que a união de Chica com o desembargador e contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira gerou treze filhos - nove meninas e quatro meninos -,

³⁴ SOUZA. *Cláudio Manuel da Costa*, 2011, p. 12-13.

³⁵ FURTADO. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, 2003, p. 20.

demonstrando a existência de uma relação afetiva estável e duradoura entre os dois, o que foge completamente à imagem do mito. A autora não chega a inserir seu trabalho no gênero biográfico.

As lições que podemos absorver de Furtado para o estudo dos traços biográficos de Maria Doroteia são relativas às diferenças abissais existentes entre o mito e os vestígios históricos da mulher que se pretende investigar. Os documentos sobre Maria Doroteia a inserem em um quadro comum às mulheres brancas de sua classe social; todavia, a literatura e a construção de sua imagem enquanto um dos mitos legados pela Inconfidência Mineira a apontam como uma moça pura e casta, para sempre bela, que ficou eternamente esperando pelo amado que a “revolução” lhe tirou. Ou seja, como um modelo de amor impossível que tanto atrai os leitores de ficção.

No caso do trabalho de João José Reis, destacamos duas biografias: *Domingos Sodré, um sacerdote africano*: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX e *O Alufá Rufino*: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853). A segunda foi escrita em conjunto com Marcus J. M. de Carvalho e Flávio dos Santos Gomes. Ambas tratam de escravos libertos no Brasil do século XIX e seu perfil é traçado a partir de um conjunto de fontes recolhido nas instituições públicas, como registros paroquiais, testamentos e casos levados à Justiça. Além do tipo de fontes com os quais trabalhou, Reis³⁶ nos desperta a atenção porque buscou uma forma alternativa para interpretá-las, driblando, assim, muitas vezes a escassez delas. O autor recriou um contexto histórico mais geral, e um mais restrito ao redor dos biografados para inseri-los naquele contexto. No caso em questão, típica de personagens que não ganharam projeção social ou para os quais não há fontes numerosas ou seriadas, a metodologia é passível de aplicação para o estudo sobre Maria Doroteia Joaquina de Seixas.

A figura lírica de *Marília* e sua ampla repercussão a partir dos séculos XVIII e XIX contribuíram para turvar o interesse e/ou a visão sobre essas fontes. As mulheres que aparecem como se fossem apenas uma nos “poemas referentes a Dirceu e Marília,

³⁶ REIS. *Domingos Sodré, um sacerdote africano*, 2008: “Ao mesmo tempo em que foi possível desvendar diversos aspectos de sua biografia, muitos outros permanecem obscuros. Por isso, o leitor perceberá que nosso personagem sai frequentemente de cena para dar lugar ao seu mundo e a outros personagens que o povoam, através dos quais sua história é em grande medida contada. Esse método narrativo cabe em qualquer biografia, pois qualquer um vive em certo contexto, imediato ou amplo do qual fazem parte outros indivíduos mais ou menos próximos.” (p. 16) REIS; CARVALHO; GOMES. *O Alufá Rufino*, 2010.

diversos sonetos do poeta a suas amadas”³⁷, serão apropriadas, pelos românticos brasileiros do século XIX, como se tivessem sido inspiradas por uma única musa, sua noiva Maria Doroteia. De acordo com interpretações dos poemas, *Marília* faria referência pelo menos a duas mulheres diferentes, durante o tempo de composição poética de Gonzaga ocorrido em Vila Rica³⁸.

Fontes documentais, contexto social e possibilidade de aproximação biográfica

As fontes que permitem a reconstituição de aspectos da vida de Maria Doroteia Joaquina de Seixas já são, em sua maioria, do conhecimento do público, espalhadas em diferentes publicações, o que não significa afirmar que foram analisadas e exploradas exaustivamente³⁹. A maior parte dos livros ou periódicos onde se inserem essas fontes conserva um tom reverente e laudatório, com foco na adoração romântica à musa poética da Inconfidência Mineira, sem demonstrar preocupação em especificar o que seria história ou literatura.

Talvez seja possível compreender a natureza do mito sem interpretar a documentação sobre Maria Doroteia, como vem sendo feito até agora, em se tratando de trabalhos voltados para a literatura, mas pretendemos nos valer da documentação biográfica como forma de criar uma nova referência analítica do processo de construção e apropriação do mito de *Marília de Dirceu*.

Foram realizados muitos trabalhos de fôlego, sob o ponto de vista literário, a respeito da obra poética *Marília de Dirceu* e sobre seu autor, Tomás Antônio Gonzaga. Personagem central da Inconfidência Mineira, Gonzaga tem figurado nas várias

³⁷ POLITO. *Um coração maior que o mundo*, 2004, p. 166.

³⁸ AGUIAR. Prefácio e notas, 1992, p. 30. “Segundo alguns especialistas, como Tarquínio J. B. de Oliveira (*As Cartas Chilenas* - Fontes textuais, Ed. Referência, São Paulo, 1972, p. 132), duas são as Marílias: Maria Dorotéia Joaquina de Seixas Brandão [*sic*] é a Marília de cabelos negros (ver Lira II (1^a)); Maria Joaquina Anselma de Figueiredo, amante de Gonzaga e Cunha Menezes, mulher de Jerônimo Xavier de Souza, O Jelônio das *Cartas Chilenas*, seria a Marília loura.” (AGUIAR, 1992, p. 38) Na nota referente ao poema “Falando com Laura, / Marília dizia”, Melânia Aguiar comenta que “Laura aparece em mais de um passo das Liras (cf. Lira XVII); teria ocupado em outro tempo as atenções do poeta: não fica descartada a hipótese de ser Laura a outra “Marília” de cabelos louros.” No poema, Marília, sua noiva, demonstra ciúmes por essa outra pastora a quem o poeta teria dedicado poemas e atenção amorosa.

³⁹ Na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VII, fascículos I e II, jan./jun. 1902, p. 401-409, foram publicados “O testamento de Marília” e “Depoimentos para o casamento de Tomas Antônio Gonzaga” com Juliana Mascarenhas, em Moçambique, no ano de 1793. (Cf. BRANDÃO. *Marília de Dirceu*, 1932.) A transcrição dos documentos mencionados pelo autor, utilizados no presente trabalho, é bastante fiel à documentação que tivemos a oportunidade de consultar nos arquivos.

GOMES. *Documentário sobre Marília de Dirceu*, 1966. Essa obra publicou um apanhado de fontes, mas não teve o objetivo de interpretar historiograficamente, e sob a lente de metodologia atualizada, as práticas sociais atribuídas e relacionadas ao seu conjunto. Na maioria dos casos, as interpretações ligadas à musa se repetem àquelas do período romântico de formação da nacionalidade brasileira.

abordagens que vêm contribuindo para ampliar nosso entendimento sobre o tema⁴⁰. O casal Dirceu e Marília também recebeu alguma atenção⁴¹, mas alguns enfoques, como o de Lima Jr. e outras depois do seu livro, se repetem sem uma avaliação atualizada das fontes existentes.

Os documentos trabalhados nesta pesquisa foram: o registro de batismo; os *Autos de Devassa*; a entrada, profissão e expensa⁴² de Ministra da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto; o pedido de emancipação; as atas da Câmara Municipal de Ouro Preto com requerimento de Maria Doroteia; o Testamento e os jornais do Rio de Janeiro no século XIX.

A análise do conjunto de documentos disponíveis pode elucidar o contexto de relações sociais e familiares em que viveram Maria Doroteia e sua família nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. Na verdade, as esferas pública e privada não se encontravam tão bem-definidas, mesmo no século XIX, o que fazia com que as relações familiares revelassem boa parte dos aspectos das relações sociais mais amplas. Como afirma Luciano Figueiredo,

Ainda que a sociabilidade transcorresse nas ruas e nas manifestações públicas, a família representava um verdadeiro núcleo de relações sociais complexas e hierarquizadas. As práticas de compadrio, a experiência social da morte e o relacionamento com as crianças são bons exemplos disso.⁴³

Maria Doroteia nasceu em uma família de descendentes de portugueses, constituída de maneira formal e lícita. Batizada na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar no dia 8 de novembro de 1767⁴⁴, Maria Doroteia teve como padrinho seu tio paterno, Reverendo Vigário Antônio Correa Mayrink, e como sua madrinha Maria do Rosário, moradora no Rio de Janeiro e avó paterna.⁴⁵ Na impossibilidade de

⁴⁰ LAPA. *Obras completas de Tomás Antônio Gonzaga*, 1942; MAXWELL. *A devassa da devassa*, 1977; ALCIDES. *A pátria de Dirceu*, 1994, inédito; FURTADO. *Notas e estabelecimento de texto*, 1995; JANCOS. *A sedução da Liberdade*, 1997; GONÇALVES. *Gonzaga, um poeta do Iluminismo*, 1999; FURTADO. *O manto de Penélope*, 2002; POLITO. *Um coração maior que o mundo*, 2004; VILLALTA. *As origens intelectuais e políticas da Inconfidência Mineira*, 2007; OLIVEIRA. *Os fios e os bordados*, 2012. A relação de obras não pretende ser exaustiva, mas apenas relacionar alguns dos mais relevantes estudos sobre o tema.

⁴¹ LIMA JR. *O amor infeliz de Marília e Dirceu*, 1998 (1ª edição, 1936). Outros autores citados na nota anterior, como LAPA; ALCIDES; GONÇALVES; POLITO; OLIVEIRA também se referem à relação do casal. Destacamos LIMA JR. porque faz referência mais direta ao assunto, desde o título à abordagem de seu conteúdo.

⁴² BLUTEAU. *Dicionário*. EXPENSAS significa: gasto, custa, dispêndio [...] expensa de suas esmolas [...].

⁴³ FIGUEIREDO. *Mulher e família na América portuguesa*, 2004, p. 42.

⁴⁴ Livro de Batismo da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, termo de abertura 1749, folha 149.

⁴⁵ BRANDÃO. *Marília de Dirceu*, 1932, p. 433.

comparecimento da madrinha ou do padrinho, o inocente era tocado por alguém indicado por procuração pelo ausente. O Alferes Theotônio José de Moraes, morador de Vila Rica, foi indicado para tocar a criança no lugar da madrinha.⁴⁶

O documento de batismo não informa a data de nascimento de Maria Doroteia:

O assento de batismo de Dorotéia não menciona o dia do seu nascimento e não se conhece documento algum que supra tal omissão. Sobre este ponto é também muda a tradição. Há, porém, razões que geram a convicção de ter ela nascido em 4 de outubro de 1767.⁴⁷

Nada pode comprová-lo, mas o autor apresenta os motivos que o levam a supor que Maria Doroteia tenha nascido a 4 de outubro. Segundo ele, conforme costume da época,

A Igreja Católica prescreve seja a criança batizada dentro de poucos dias, após o nascimento. Posto não seja esta prescrição observada sempre, é muito de crer que o vigário Antonio Correia Mayrink, tio e padrinho de Dorotéia, influísse para que o batismo dela se efetuasse no menor prazo possível, consoante o pensamento da Igreja. Ocorria, porém, uma circunstancia que tinha forçosamente de retardá-lo: a espera da procuração de Maria do Rosário, que morava no Rio de Janeiro.⁴⁸

Thomaz Brandão faz as contas do tempo que teria levado a viagem de ida e volta do mensageiro ao Rio de Janeiro e chega à conclusão que o nascimento de Maria Doroteia teria acontecido no dia 4 de outubro⁴⁹.

No período colonial a Igreja era responsável por registros civis que, na verdade, se confundiam com os sacramentos católicos. Os nascimentos, casamentos e óbitos eram, portanto, registros e informações de sua competência. Não havia outro registro senão o eclesiástico, que raramente mencionava ou coincidia com o dia do nascimento. O batismo poderia acontecer dias ou meses depois.

Maria Doroteia Joaquina de Seixas era a primeira filha de uma união típica dos estratos superiores dos habitantes da América Portuguesa. Uma família que representava a distinção almejada para aquele mundo, onde as

⁴⁶ Não localizamos nas fontes, até o presente momento, qual seria a relação do Alferes com a família. A hipótese levantada é que fosse pelo menos amigo do pai ou do avô de Maria Doroteia.

⁴⁷ BRANDÃO. *Marília de Dirceu*, 1932, p. 71.

⁴⁸ BRANDÃO. *Marília de Dirceu*, 1932, p. 432.

⁴⁹ Thomaz Brandão leva em conta que o feriado de Todos os Santos ocorreu num domingo, o que atrasaria em mais um final de semana a celebração. O autor calculou ainda o tempo de preparativos da festa de batizado para chegar à conclusão de que Maria Doroteia teria nascido no dia de São Francisco de Assis, mas não existe nenhuma documentação conhecida que possa comprová-lo.

Minas eram uma sociedade que se pretendia estamental. Embora a palavra, a honra e toda a simbologia correspondente servissem como referências de estratificação, o quadro de aluvionismo social, trespassado pelo reconhecimento da escravidão como um valor, forjava incontáveis rearranjos cotidianos, fazendo da identidade social um processo complexo e dinâmico. A ascensão econômica e política de comerciantes, os abusos dos homens de patente e a eficácia relativa de um aparelho de justiça moroso e permeado pela corrupção acentuavam, até mesmo no nível institucional, o caráter flexível da sociedade.⁵⁰

A família de Maria Doroteia pertenceu a esse complexo grupo da elite social mineira que fazia parte da disciplina moral cristã, dentro de uma união estável de famílias de origem branca e com raízes nos troncos genealógicos portugueses de boa procedência, como era o caso de sua descendência paterna e materna. Homens como seus avós, pai e tios faziam parte de ordens militares, do clero e do senado, por exemplo. Seu avô materno, o Tenente General Bernardo da Silva Ferrão, “nasceu em Portugal, na freguesia de Pernes, situada numa encosta, na estrada de Santarém para Torres Novas, do Arcebispado de Lisboa”⁵¹, e se casou com Dona Francisca de Seixas Fonseca. Eram moradores do Rio de Janeiro quando se deslocaram para Vila Rica com cinco filhos. Ali nasceu, em 1738, a primeira filha mineira, mãe de Maria Doroteia. Tiveram um total de dez filhos, seis mulheres e quatro homens. De acordo com alguns autores, incluindo Rodrigues Lapa, por ser amigo da família enquanto era ouvidor em Vila Rica, Gonzaga se interessaria pela neta do Tenente General.

O ouvidor dedicou-se ao cultivo das amizades que contraía na cidade. Entre os seus conhecidos figurava a família Silva Ferrão, uma das mais consideradas em Vila Rica. O chefe dessa casa era Dr. Bernardo da Silva Ferrão, advogado, homem culto e dado às letras. Gonzaga foi lá certamente encontrar bom acolhimento e aprazível conversação. Havia na casa um rancho de meninas: as filhas do capitão Bhaltazar Mayrink, sobrinhas dos donos da casa.⁵²

É comum, na bibliografia consultada, os autores se referirem à relação de Tomás Antônio Gonzaga não somente com a noiva, mas com sua família. Por chefe da casa devemos entender seu fundador, uma vez que quando Gonzaga chegou a Vila Rica como ouvidor, em 1782, o Dr. Bernardo já havia falecido⁵³. Mas é importante ressaltarmos que a ascendência de Maria Doroteia é citada de maneira contundente,

⁵⁰ SILVEIRA. *O universo do indistinto*, 1997, p. 169.

⁵¹ BRANDÃO. *Marília de Dirceu*, 1932, p. 29-30.

⁵² LAPA. *Obras completas de Tomás Antônio Gonzaga*, 1942, p. XVIII.

⁵³ GOMES. *Documentário sobre Marília de Dirceu*, 1966, p. 11. Testamento do Tenente General Bernardo da Silva Ferrão, falecido a 24 de abril de 1764, antes do nascimento de Maria Doroteia.

deixando clara a importância das famílias nas relações com as instâncias de poder estabelecidas nas Minas Gerais.

Thomaz Brandão detalha em seu livro informações sobre a procedência materna e paterna de Maria Doroteia. Segundo o autor, o pai dela, Capitão Balthazar João Mayrink, casou-se em 1765 com Dona Maria Doroteia Joaquina de Seixas, de quem a filha era homônima. Ele veio para Vila Rica atraído por dois irmãos padres que viviam ali. Na capital mineira, Balthazar foi Tesoureiro da Casa de Fundação, entre 1767 e 1769; depois foi escrivão dos feitos da Fazenda, de 1771 a 1775, chegando posteriormente a Capitão.⁵⁴ O pai da noiva de Gonzaga e grande parte dos homens da família dela dedicaram-se às ordens militares, estruturadas na sociedade mineira no século XVIII e permitindo que súditos ali residentes utilizassem estratégias de distinção, requisitando mercês pelos serviços prestados à monarquia portuguesa.⁵⁵

Depois que o pai ficou viúvo, Maria Doroteia e os irmãos passaram aos cuidados das tias Teresa e Catarina e do tio João Carlos, irmãos solteiros de sua esposa. O Capitão Balthazar foi morar numa fazenda em Itaverava, Minas Gerais, com sua segunda esposa; até onde sabemos, não teve mais filhos. O Ajudante de Ordens João Carlos Xavier de Silva Ferrão, tio que criou Maria Doroteia, chegou a alcançar o posto de Marechal.⁵⁶ Por ocasião da Inconfidência Mineira, aparece citado em quase todos os volumes dos *Autos de Devassa*.⁵⁷ João Carlos teve como único padrinho de batismo o governador Gomes Freire de Andrada, para quem o seu pai havia prestado notáveis serviços. O governador teria reconhecido o valor dos serviços prestados pelo Tenente General Bernardo da Silva Ferrão e o levado para servir ao seu governo em Vila Rica durante o auge da extração do ouro nas Minas Gerais. João Carlos “sentou praça” em

⁵⁴ Como veremos posteriormente, ele aparece registrado como Capitão no livro da Irmandade de São Francisco de Assis de Ouro Preto.

⁵⁵ STUMPF. *Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes*, 2009.

⁵⁶ GOMES. *Documentário sobre Marília de Dirceu*, 1966, p. 34. A informação com relação ao posto de Marechal aparece em seu inventário de 1820.

⁵⁷ *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, 1980, v. 4, p. 161-162. Nesse volume dos *Autos de Devassa*, o nome de João Carlos é citado em depoimentos de diferentes oficiais do seu regimento nas Minas, em agosto de 1789. Foi dito nos depoimentos que ele havia ouvido afirmações comprometedoras de acusados de envolvimento na Inconfidência Mineira. Dentre outros, seriam participantes no episódio homens como Joaquim Silvério dos Reis, Alvarenga Peixoto e Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Mas em seu próprio depoimento, o Ajudante de Ordens do governo negou ter ouvido qualquer afirmação contra a Coroa portuguesa.

Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, 1980, v. 6, p. 321-322. Na documentação consta que a ordem para buscar os bens sequestrados do Cônego Luís Vieira da Silva, em Mariana, veio do Ajudante de Ordens João Carlos Xavier da Silva Ferrão. O oficial aparece citado em quase todos os volumes dos *Autos de Devassa*.

Vila Rica em 1755, servindo a vários governadores. Como as tias já haviam falecido, o tio deixou para Maria Doroteia toda a herança que pertencia à família, desde aqueles bens deixados pelos avós quando de sua chegada a Vila Rica.

Um segundo tio de Maria Doroteia, o Tenente Coronel Francisco Teobaldo Sanches Brandão, foi um dos líderes da Revolta do Ano da Fumaça de 1833, em Vila Rica. O movimento teve o germe inicial de insatisfação plantado em 1831, envolvendo militares de Vila Rica: “Testemunhas reiteraram, em seus depoimentos, que os rebeldes insistiam em se dizer liderados pelo comandante vitalício das companhias de ordenança, o Capitão-Mor Manuel José Esteves de Lima”⁵⁸. Um militar de carreira que não agiu sozinho, “O capitão-mor compunha, juntamente com o Coronel João Luciano de Souza Guerra [...] e o Tenente-Coronel Teobaldo Sanches Brandão os 'senhores poderosos de Mariana”⁵⁹. Isso demonstra o envolvimento direto de membros da família de Maria Doroteia com os principais acontecimentos históricos de Vila Rica entre os séculos XVIII e XIX.

Seguindo o padrão social, as mulheres da família se casaram com homens pertencentes a ordenações militares, ou que detiveram cargos relevantes dentro do mundo luso-brasileiro, como foi o caso de sua avó, sua mãe e suas duas irmãs, Anna Ricarda e Emerenciana. A importância dada ao tronco familiar fica evidente ainda em meados do século XIX. Algumas semanas depois do falecimento de Maria Doroteia, em 1853, no dia 15 de março, o *Marmota Fluminense – Jornal de Modas e Variedades* - publicou uma matéria de autoria da prima em primeiro grau de Maria Doroteia, a poetisa moradora do Rio de Janeiro Beatriz Francisca de Assis Brandão.

A relação dos homens da família, acompanhada de seus cargos e patentes, destaca a importância da família sobre a descendência, as teias sociais, o espaço conquistado, ocupado ou mantido pela família de Maria Doroteia no momento em que seu falecimento é noticiado na capital brasileira.

D. Maria Dorothea de Seixas Mairink foi filha de Dona Maria Dorothea de Seixas Ferrão e do *Capitão de Cavallaria Balthazar João Mayrink*, e neta do *Tenente Geral Bernardo da Silva Ferrão* e sua mulher, D. Francisca de Seixas da Fonseca Borges. Teve mais quatro irmãos, que a precederam na sepultura, ainda que mais moços. *José Carlos Mairink*, *senador do império*, *Francisco de Paula Mairink*, *Tenente Coronel de Cavallaria*, pai de José

⁵⁸ GONÇALVES. *Estratificação social e mobilizações políticas na formação do Estado Nacional Brasileiro*, 2008, p. 67.

⁵⁹ GONÇALVES. *Estratificação social e mobilizações políticas na formação do Estado Nacional Brasileiro*, 2008, p. 68.

Carlos Mairink, negociante bem conhecido nesta Praça. D. Anna Ricarda de Seixas Mairink, casada com o *Capitão de Cavallaria Valeriano Manso da Costa Reis*, de quem são parentes os Srs. Sayão Lobato, e Emerenciana Evangelista de Seixas Mayrink, casada com o *Coronel de Cavallaria Carlos José de Mello*.⁶⁰

Autos de Devassa da Inconfidência Mineira: Maria Doroteia e o casamento com Tomás Antônio Gonzaga

Relacionando a documentação do ponto de vista cronológico, depois do Registro de Batismo, os *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira* são a próxima fonte conhecida que trazem referência a Maria Doroteia. Na primeira Inquirição feita a Tomás Antônio Gonzaga, na Fortaleza da Ilha das Cobras, a 17 de novembro de 1789, o poeta declarou que a noiva foi o motivo que o levou a permanecer em Vila Rica durante o período em que foi acusado de crime de inconfidência, “porque estava justo a casar em Vila Rica [...] por isso lhe era mais cômodo o demorar-se naquela Vila alguns meses para levar sua mulher na sua companhia, do que ir para a Bahia”.

Tomás Antônio Gonzaga era Ouvidor de Vila Rica desde 1782⁶¹; em 1786 fora nomeado Desembargador da Relação da Bahia⁶². De acordo com Rodrigues Lapa⁶³, as núpcias poderiam ter sido contraídas desde que fora indicado Desembargador e o casal se dirigisse para a Bahia. Maria Doroteia e Gonzaga se conheciam, provavelmente, desde 1783. Causou estranheza a Lapa o fato de que, em 1789, quando explodiu a denúncia da Inconfidência Mineira, Gonzaga ainda se encontrasse nas Minas. Segundo depoimento de Gonzaga, a proximidade do casamento com Marília foi seu principal motivo para permanecer na capitania.

Mas passados três anos de sua nomeação, e como a família da noiva já havia concordado com o casamento, qual explicação pode ser dada para o antigo ouvidor não ter se casado e ter se retirado para a Bahia, para assumir o cargo mais elevado da magistratura na época? Lapa argumenta, então, que se tratava de mais um motivo para

⁶⁰ BN - *Marmota Fluminense* - Jornal de Variedades, n. 348, p. 2. Grifos nossos.

⁶¹ FURTADO. Notas e estabelecimento de texto, 1995. Nessa edição, uma cronologia da vida do autor das *Cartas chilenas* nos esclarece que “Em 27 de fevereiro [de 1882] Gonzaga é nomeado ouvidor geral de Vila Rica, sede da capitania de Minas Gerais, na América portuguesa. Em 4 de agosto, com dinheiro emprestado por Custódio José Ferreira, embarca para a colônia, chegando ao Rio de Janeiro no dia 10 de outubro. Toma posse do cargo na capital de Minas em 12 de dezembro.”

⁶² SCHWARTZ. *Burocracia e sociedade no Brasil Colonial*, 2011, p. 30-31. “O Tribunal Superior era conhecido, no mundo português, como Relação, às vezes Casa da Relação.” A administração e a aplicação da justiça eram uma importante chave administrativa dos Impérios Espanhol e Português, composta de um sistema hierárquico que objetivava fazer cumprir as necessidades da administração colonial em todas as suas possessões. Os principais órgãos desses tribunais eram compostos por Desembargadores, como era o caso de Tomás Antônio Gonzaga.

⁶³ LAPA. *Obras completas de Tomás Antônio Gonzaga*, 1942, p. XXIII-XXXVIII.

fortalecer as suspeitas dos inquiridores do processo de Devassa, de que Gonzaga estava em Minas conspirando contra a Coroa portuguesa. Há outro ponto para o qual Lapa chama a atenção: depois de denunciado o movimento em março, por qual motivo o noivo se apressou em marcar a data do casamento para 30 de maio, uma vez que a cerimônia vinha sendo adiada há tanto tempo, deixando parecer que agora seria importante ir embora de Vila Rica o mais rápido possível.

Quando acabou efetivamente o cargo de ouvidor, em setembro de 1788, Gonzaga pediu à Rainha licença para casar. No requerimento alegava que já nem careceria dessa licença, pois a proibição para se não casarem os ministros era só expressa para os casamentos efetuados nos lugares de suas jurisdições, o que se não verificava no requerente, já desembargador na Bahia. Contudo, dizia ele, queria mostrar a justa veneração em que tinha as sagradas ordens da Rainha, e por isso lhe requeria licença.⁶⁴

Os magistrados da Coroa portuguesa não poderiam casar-se na jurisdição onde estavam, para o caso de terem de ser justos, corretos ou imparciais em pelepas jurídicas entre os súditos. Esperava-se que, não se casando em suas jurisdições, não estariam vulneráveis a conceder privilégios a alguém por laços de amizade ou parentesco, garantindo-se também fiéis aos interesses administrativos da Coroa⁶⁵. Por outro lado, os casamentos estáveis eram recomendados pela Igreja e pela Coroa, mas só aconteciam, via de regra, entre pessoas do mesmo grupo social.⁶⁶

Se o casamento entre Gonzaga e Maria Doroteia estava marcado, as famílias poderiam ser consideradas de uma mesma condição social. João Bernardo Gonzaga, o pai do noivo, era “um magistrado natural do Rio de Janeiro [e] sua mãe, Tomásia Isabel Clarke, era portuense”⁶⁷. Mesmo que o noivo não fosse considerado rico, como nos

⁶⁴ LAPA. *Obras completas de Tomás Antônio Gonzaga*, 1942, p. XXVI-XXVII.

⁶⁵ SCHWARTZ. *Burocracia e sociedade no Brasil Colonial*, 2011, p. 28-29. O autor relata um caso da “estrutura administrativa e judicial portuguesa” que se refere ao cargo de “funcionário judiciário local”, também conhecido como “juiz ordinário”: “como funcionário eleito e membro da comunidade, o juiz ordinário e sua família ficavam expostos às ameaças e pressões dos fidalgos e de outros indivíduos e grupos poderosos. Em contrapartida, o magistrado municipal podia abusar da autoridade para favorecer amigos e parentes (...) essas falhas levaram a Coroa a criar, já em 1352, o cargo de juiz de fora”.

⁶⁶ LOTT. *Na forma do ritual romano*, 2008: “Os casamentos, porém, não só em Minas, mas principalmente naquele território, eram realizados por uma minoria da população. A explicação para esse baixo índice de nupcialidade no século XVIII é dada como decorrência da instável sociedade mineradora, caracterizada por sua mobilidade geográfica e social, e o pequeno número de mulheres, em geral, independentemente da condição socioeconômica. A situação agravava-se ainda mais pelo costume de se casar entre os pares, isto é, dentro de uma mesma condição social.” (p. 27) Para trabalhar com o recorte temporal no século XIX, a autora constrói sua argumentação a partir das Minas Gerais e do mundo luso-brasileiro nos séculos anteriores.

⁶⁷ FURTADO. *Notas e estabelecimento de texto*, 1995, p. 19-20. O pai de Gonzaga havia desempenhado cargos de juiz de fora de Tondela, entre 1745 e 1747. Nomeado ouvidor geral da capitania de Pernambuco em 1750, assumiu o cargo em 1752, trazendo o filho de seis anos consigo, o que permitiu que ele

apontam pesquisas sobre as condições econômicas dos inconfidentes⁶⁸, ele era um advogado formado em Coimbra, Ouvidor de Vila Rica e posteriormente nomeado Desembargador da Bahia, seguindo uma carreira semelhante à do pai⁶⁹ e somente interrompida durante o período dos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. Com o desejo e o compromisso de Gonzaga se casar com Maria Doroteia, moça de família conceituada de Vila Rica, bastaria assumir a nova posição na Bahia e levar a esposa consigo.

Mas o noivo não o fez a tempo, por motivos desconhecidos, acarretando o desfecho sabido. Após um namoro e um noivado que podem ter levado até seis anos, com um casamento não realizado, devido à prisão de Gonzaga⁷⁰, Maria Doroteia permaneceu solteira em Minas até o dia de sua morte.

Não há como precisar as causas pelas quais Maria Doroteia não teria se casado depois de desfeito o compromisso com Gonzaga - razões de ordem afetiva (às vezes inescrutáveis) ou motivos mais “objetivos”, como o declínio da mineração e da oferta de cargos públicos, em um período de ruralização da economia mineira, que se estenderá de fins do século XVIII à primeira metade do século XIX, ocasionando a evasão de homens bons da capitania, adequados para esse tipo de casamento. Versões romantizadas afirmam que a musa guardou-se até o fim de seus dias pelo amor ao poeta. Gonzaga, menos de um ano depois de ser deportado, casou-se em Moçambique.⁷¹

ingressasse nesse mesmo ano no Colégio dos Jesuítas da Bahia. O pai do futuro inconfidente só foi para Salvador em 1759, quando assumiu o posto de intendente-geral, ano que coincide com a expulsão dos jesuítas decretada por Pombal. No ano de 1761 Tomás Antônio Gonzaga foi estudar na Universidade de Coimbra. Em 1764 o pai de Gonzaga regressou a Portugal para assumir o cargo de desembargador da Relação do Porto.

⁶⁸ FURTADO. *O manto de Penélope*, 2002, p. 228-229. Os bens de Gonzaga, sequestrados no dia da sua prisão, em 23 de maio de 1789, eram, na sua maioria, roupas, adornos, prataria e utensílios domésticos.

⁶⁹ FURTADO. Notas e estabelecimento de texto, 1995, p. 20-21. Tomás Antônio Gonzaga foi juiz de fora em Beja, entre 1779 e 1781, antes de ser nomeado como ouvidor de Vila Rica em 1782.

⁷⁰ LAPA. *Obras completas de Tomás Antônio Gonzaga*, 1942, p. XXXII. “A 21 de maio [foi] preso Tomás Antônio Gonzaga e apreendidos todos os seus papéis. O noivo de Marília, em vésperas de casamento, foi remetido para o Rio de Janeiro e encerrado na fortaleza da Ilha das Cobras.”

⁷¹ *A Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VII, fascículos I e II, jan./jun. 1902, p. 401-409 publicou “O testamento de Marília” e “Depoimentos para o casamento de Tomas Antônio Gonzaga”. Em seu depoimento de 9 de maio de 1793, Gonzaga declarou-se “filho legítimo do desembargador José Bernardo Gonzaga e de sua mulher D^a. Tomasia Clarque Gonzaga, já falecida, natural da cidade do Porto, batizado na freguesia de São Pedro do Reino de Portugal; que tinha de idade 38 anos, que era solteiro e nunca fora casado; que residira na mesma cidade do Porto, na cidade de Beja, na de Lisboa, Coimbra, Vila Rica, e atualmente em Moçambique, passando a existência nas ditas cidades de mais de seis meses; que nunca dera palavra de casamento a pessoa alguma, nem fizera voto de castidade ou de religião, nem tinha impedimento algum para contrair o matrimônio que pretendia com D^a. Juliana de Souza Mascarenhas, a quem conhecia por ter visto de presente, com quem queria ser casado de sua livre e espontânea vontade, sem constrangimento de pessoa alguma; e mais não disse.” O depoente, além de diminuir sua idade em torno de 10 anos, liberou Maria Doroteia de qualquer compromisso de casamento.

Ministra da Irmandade de São Francisco de São Francisco de Assis de Ouro Preto

A partir do século XVIII na América Portuguesa a sociedade se expandiu, com a multiplicação de vilas pelo interior do continente e o aumento das populações fixas naqueles sítios, consequência da descoberta dos metais preciosos em Minas Gerais. Fez-se necessário, então, um controle maior, por parte da Coroa portuguesa, de toda essa gente: homens, mulheres, brancos e negros, letrados, proprietários e trabalhadores em geral. Todos deveriam encaixar-se nas regras de conduta de cada camada social: para cada um o papel social que lhe cabia.

Especificamente sobre as mulheres, afirma Leila Mezan Algranti:

O projeto de colonização traçado pelo Estado português e pelos representantes da Igreja Católica não exclui as mulheres. Pelo contrário, elas foram consideradas, enquanto mães e esposas, o receptáculo das tradições culturais e das virtudes morais que se desejava transmitir aos colonos, para que desempenhassem os esperados papéis de súditos e bons cristãos.⁷²

No caso das mulheres brancas, bom comportamento social, reclusão e celibato eram prioridades para possibilitar um casamento honrado entre famílias distintas. Povoando a colônia com legítimos descendentes de portugueses dentro das regras de conduta da Igreja e da Coroa. “Bem cedo, portanto, a Coroa e os agentes colonizadores defrontaram-se com o problema da falta de mulheres brancas que pudessem casar com os portugueses na América e auxiliar na conquista e no povoamento da Colônia.”⁷³ Maria Doroteia, enquanto mulher branca e de boa família, se encaixaria no perfil social e econômico para realizar um casamento com um homem do mesmo grupo social.

Maria Doroteia, suas irmãs e irmãos haviam ficado órfãos de mãe ainda crianças. O pai deixou-os, então, sob os cuidados das duas tias pelo lado materno, as quais, por sua vez, por serem solteiras, moravam com o irmão. Todas essas meninas, meninos e mulheres encontravam-se, assim, sob um tipo de proteção masculina e de educação e cuidados femininos.

Para que a segurança e honra das donzelas fossem preservadas, o mais indicado era que fossem observadas e educadas perto da família, sempre sob tutela e supervisão masculinas. Caso não tivessem familiares disponíveis para garantir que se mantivessem honradas, a alternativa era ficarem reclusas em conventos ou casas de religiosas próprias para esse fim, distantes dos perigos, tentações e pecados do mundo: “A

⁷² ALGRANTI. *Honradas e devotas*, 1999, p. 53.

⁷³ ALGRANTI. *Honradas e devotas*, 1999, p. 63.

necessidade de as mulheres de elite, que não dispunham de proteção masculina, com um mínimo de conforto e segurança à altura de seu status, acaba por levá-las às instituições de reclusão.”⁷⁴ O papel de esposa estava descartado para Maria Doroteia, com a frustração dos planos de casamento com Gonzaga, mas, como veremos adiante, mesmo vivendo sob tutela masculina, Maria Doroteia e sua irmã caçula tiveram sua honra questionada.

Alguns elementos podem refletir a religiosidade de Maria Doroteia. Um deles é a atribuição a ela de alguns trabalhos manuais de colagens sobre gravuras de imagens religiosas como as de Maria Madalena⁷⁵, São José⁷⁶ e Santo Alberto⁷⁷, carmelita. Outro elemento importante foi sua entrada para uma Irmandade religiosa.

Logo após aquele período, aos 26 anos de idade, Maria Doroteia se tornou irmã professa da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto. Estudar a documentação referente às irmandades religiosas de leigos é uma forma de se compreender a inserção de Maria Doroteia e sua família nas práticas da sociedade colonial, tanto espiritual quanto política, no período que vai do final do século XVIII até meados do século XIX na capitania mineira.

A história das confrarias, arquiconfrarias, irmandades e ordens terceiras se confunde com a própria história social das Minas Gerais do setecentos. Acompanhando suas constituições e desenvolvimento, acompanha-se a formação e a estruturação da sociedade mineira.⁷⁸

As irmandades religiosas tinham importante papel a desempenhar. Pertencer a uma Ordem Terceira na sociedade colonial trazia consigo significados simbólicos⁷⁹ relevantes enquanto importantes instituições de agrupamento social, na busca por distinção, representatividade ou ascensão social.

Maria Doroteia, seu pai Capitão Balthazar, sua irmã Emerenciana e pelo menos uma de suas tias, pelo lado materno, D^a Catarina, faziam parte da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto, demonstrando sua inclusão no círculo das famílias mais conceituadas da colônia.

⁷⁴ ALGRANTI. *Honradas e devotas*, 1999, p. 47.

⁷⁵ “Santa Maria Madalena” - Museu da Inconfidência - Ficha catalográfica de n. 1540. Exposto à visitação pública na ante-sala do Panteão dos Inconfidentes.

⁷⁶ “São José” - Museu da Inconfidência - Ficha catalográfica de n. 480. Exposto à visitação pública no andar superior do Museu da Inconfidência.

⁷⁷ LEAL. *Marília e Dirceu, genealogias e diversos*, 1990, p. 32.

⁷⁸ BOSCHI. *Os leigos e o poder*, 1986, p. 1.

⁷⁹ BOURDIEU. *O poder simbólico*, 1998. Os elementos simbólicos são, ao mesmo tempo, estruturados e estruturantes de uma sociedade.

A atuação dos membros da família persistiu até o século XIX, como podemos observar nos quadros a seguir, mesmo considerando-se as diferenças que representava ser da elite no mundo luso-brasileiro durante o século XVIII e o século XIX.

Quadro 1 – Membros da família de Maria Doroteia Joaquina de Seixas na Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto

Nome	Entrada	Profissão	Ministra	Falecimento
Catarina Leonor da Silva Sotéria	2 de agosto de 1779	2 de agosto de 1780	1785	5 de abril de 1817
Capitão Balthazar João Mayrink	1787			14 de janeiro de 1815
Maria Doroteia Joaquina de Seixas	2 de agosto de 1793	18 de março de 1795	1804 1835*	10 de fevereiro de 1853
Emerenciana Joana Evangelista	12 de abril de 1804	20 de janeiro de 1806	1815	6 de abril de 1837, na cidade do Rio de Janeiro

Fontes: MA - Livro de Entrada e Profissões - Conta Corrente da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Assis de Ouro Preto - Livro 2, folhas 122, 171, 211 e 261.

* *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VII, fascículos I e II, jan./jun. 1902, p. 404. Transcrição do Livro de Entrada e Profissões - Conta Corrente da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Assis de Ouro Preto - Livro 3, folha 122 verso. Ver tabela 3.

Maria Doroteia seguiu a tradição familiar ingressando naquela irmandade religiosa. A irmandade à qual uma pessoa pertencia era sinônimo do seu lugar na sociedade, havendo distinção das instituições exclusivas para brancos, negros ou pardos. Após o exame da divisão racial, o valor pago para entrada era outro fator seletivo e que permitia a acessibilidade ou não a determinadas associações religiosas. Ascendendo ainda mais nessa escala de valor estavam as famílias que dispunham de recursos para assumir algum cargo na Mesa Administrativa de uma Ordem Terceira. Essas instituições possuíam grande patrimônio, templos imponentes, chegaram a possuir escravos, movimentar grandes quantias em ouro e dinheiro e emprestar dinheiro a juros.

Interessa-nos mais especificamente a relação social que a família de Maria Doroteia poderia ter a partir da inserção na Ordem Terceira de São Francisco de Assis, mesmo que a documentação não seja suficiente para afirmarmos que a família de Maria Doroteia pertencia à elite mineira. O fato de pertencerem a uma irmandade religiosa destinada exclusivamente a brancos de condição social e econômica elevada os incluía em um seletivo grupo naquele período, aproximando seus membros de uma ascensão social almejada.

Fizeram parte da irmandade, por exemplo, o Cônego Luiz Vieira da Silva, “professor de filosofia em Mariana e considerado por alguns como um dos teóricos do movimento abortado da Conjuração Mineira”, dono de uma biblioteca composta “de 270 obras com cerca de 800 volumes”⁸⁰. O Cônego chegou a comissário da Ordem em 1770, mesmo não sendo do clero de Vila Rica e com cargo público em Mariana. Cláudio Manuel da Costa também fez parte da irmandade, além de ter desempenhado a função de “advogado da Ordem desde 1771, recebendo anualmente para isso 60 oitavas de ouro”⁸¹. Tereza Ribeiro de Alvarenga, mãe de Cláudio Manoel da Costa, também pertenceu à Ordem e foi eleita Ministra no ano 1766-1767.⁸²

Não podemos deixar ainda de citar artistas que contribuíram para a construção de seu templo, a Igreja de São Francisco de Assis, como Manoel da Costa Ataíde e Antônio Francisco Lisboa, “O Aleijadinho”. Eles não faziam parte da elite mineira, mas foram bastante reconhecidos e requisitados para a execução de templos na época. Ataíde e Lisboa foram dos mais ilustres responsáveis pelo traço, esculturas, pinturas e composição daquele templo. Tudo isso contribuiu para o prestígio e a imagem da Ordem, levando a concluir “que a Ordem Terceira de São Francisco era a irmandade dos intelectuais e altos funcionários”⁸³. Ser aceito pela Ordem era ser reconhecido perante toda a sociedade colonial:

Via de regra, as ordens terceiras se caracterizavam por serem associações das camadas mais elevadas, sendo a composição de seu quadro social mais sofisticada. Haja vista o exemplo de Minas Gerais colonial, onde elas foram instituídas somente no momento em que a sociedade local se consolidou.⁸⁴

Outro aspecto importante para os seus membros era a visibilidade adquirida com o pertencimento àquelas ordens, cujos homens possuíam importantes cargos em outras instituições⁸⁵ como em Ordens Militares, na Câmara ou no Senado, por exemplo. A entrada em determinadas irmandades de brancos só se dava por inegável prestígio ou indicação de um dos irmãos e após um exame minucioso da origem da família.

⁸⁰ SALLES. *Associações religiosas no Ciclo do Ouro*, 2007, p. 112.

⁸¹ BANDEIRA. *Guia de Ouro Preto*, 2000, p. 89.

⁸² SOUZA. *Os membros da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica*, 2008, p. 149.

⁸³ SALLES. *Associações religiosas no Ciclo do Ouro*, 2007, p. 9.

⁸⁴ BOSCHI. *Os leigos e o poder*, 1986, p. 20.

⁸⁵ Cristiano Oliveira de Souza, em sua dissertação, abordou a Ordem Terceira de São Francisco de Assis como instrumento de poder e prestígio nas Minas Gerais do Antigo Regime, cruzando a relação de seus membros com a de ocupantes de cargos e posições. Traçou, assim, a partir daquela ordem religiosa, o perfil dos homens mais influentes de Vila Rica.

A Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto foi fundada em 1746, mas a primeira eleição de Mesa ocorreu somente em 1751, devido à demora para reconhecimento da ordem religiosa e disputas com a Ordem do Carmo. No Estatuto levado à aprovação em 1756, lê-se no capítulo I as formas “como se hão de examinar os que hão de entrar na Ordem”, segundo o qual se proíbe a admissão de “mulatos ou cabra” e de “judeu, mouro, ou herege e seus descendentes até a quarta geração”⁸⁶. O Cônego Raymundo Trindade nos esclarece também que “tais Estatutos não eram originais da Ordem de Vila Rica [...] mas adotados. Tinham sido copiados, palavra por palavra, dos Estatutos por que se regia a Ordem Terceira da penitência do Rio de Janeiro”⁸⁷, tratando-se de seus princípios em toda a colônia. “As ordens terceiras do Carmo e de São Francisco de Assis eram as mais fechadas de Minas, revelando como a estratificação racial atuou nas irmandades e foi também influenciada por elas desde o princípio do século”⁸⁸. Segundo o Estatuto, a moralidade, os bons costumes e a dedicação religiosa também eram observados: “Consta do Livro de Profissões, fl. 15 v. (ano 1751): Manuel de Araújo e Souza, morador no Alto da Cruz, caixeiro de Félix Rodrigues, não pôde ser aceito na Ordem, “foi recusado por ser casado com uma mulata.”⁸⁹

Qualquer falha moral poderia destituir membro de uma irmandade religiosa, principalmente durante o século XVIII. Mas as regras possuíam suas exceções ou conveniências, o que explica certa maleabilidade:

As confrarias chamam à ordem os associados de mau procedimento e estabelecem regras bastante estritas de moralidade. Entretanto, dificilmente tais regras poderiam ser mantidas em terras mineiras daquele período. Praticamente teria sido impossível que as associações tivessem prosperado se agissem com a severidade pregada pelos seus estatutos, excluindo muitos homens de categoria de seus quadros por seus crimes.⁹⁰

Em documentação a ser analisada, Maria Doroteia foi acusada pelo viajante Richard Burton de ter sido mãe solteira, daí não ser uma mulher honrada. Essa era uma falha de conduta grave no contexto das famílias de brancos, segundo códigos morais dos séculos XVIII e XIX, como apontou, por exemplo, Leila Mezan Algranti. No caso

⁸⁶ TRINDADE. *São Francisco de Assis de Ouro Preto*, 1951, p. 23.

⁸⁷ TRINDADE. *São Francisco de Assis de Ouro Preto*, 1951, p. 25.

⁸⁸ SALLES. *Associações religiosas no Ciclo do Ouro*, 2007, p. 79.

⁸⁹ TRINDADE. *São Francisco de Assis de Ouro Preto*, 1951, p. 48.

⁹⁰ SACARANO. *Devoção e escravidão*, 1978, p. 37.

de ter ocorrido algum fato que lhe desabonasse a conduta moral, a inserção em uma Irmandade respeitada poderia contribuir para diluir essa impressão perante a sociedade.

A aceitação das mulheres nas irmandades se dava pela indicação de parentes próximos, ou seja, por serem esposas, filhas ou irmãs de membros das ordens religiosas. Existiam significados específicos para uma mulher como Maria Doroteia, na Vila Rica do fim do século XVIII, enquanto membro daquela irmandade:

As mulheres brancas, embora rompessem com o isolamento doméstico a que estavam submetidas, ao participarem das atividades das irmandades, não escaparam de encontrar aí barreiras e limitações que refletiam o autoritarismo existente no mundo exterior.⁹¹

Embora elas representassem a minoria nessas instituições e não tivessem voz ou mando, as irmandades religiosas eram um dos poucos locais que permitiam uma atuação social feminina. Pertencer a elas possibilitava às mulheres uma maior circulação e um trânsito lícito e honroso para os padrões morais da época.

A vida religiosa nas irmandades constituiu um dos principais canais de atuação social para as camadas femininas nas Gerais. Qualquer que fosse sua condição, cor e situação civil, encontrariam sempre lugar nestas instituições. O sentido e o modo de sua participação, entretanto, seriam diferenciados, o que, em verdade, refletiria objetivos distintos, de acordo com a posição ocupada pela mulher na sociedade.⁹²

Mulheres negras ou pardas teriam acesso às irmandades que sua condição social permitisse, podendo receber doações ou cuidados na doença, na pobreza ou na velhice, quando necessário. Às mulheres brancas, como as da família de Maria Doroteia, caberia a honra de pertencer às irmandades mais conceituadas e até de ser eleita Ministra, Mestre de Noviças, contribuindo com recursos financeiros substanciais para aquelas instituições. Os valores a serem pagos pelos membros da irmandade à qual a família de Maria Doroteia pertencia nos permitem analisar seu prestígio financeiro.

Sabe-se que, no período durante o qual sucederam os fatos aqui narrados, a moeda que corria era, em geral, o ouro em pó, cotado a 1\$200 por oitava. A oitava, que já era uma subdivisão do marco, subdividia-se, por sua vez, em vinténs – 32 vinténs [...] O vintém correspondia a \$037,5 réis; assim, é claro que 8 vinténs formavam $\frac{1}{4}$ de oitava; 16 vinténs – $\frac{1}{2}$ oitava; e 24 vinténs – $\frac{3}{4}$ de oitava.⁹³

⁹¹ FIGUEIREDO. *O avesso da memória*, 1993, p. 153.

⁹² FIGUEIREDO. *O avesso da memória*, 1993, p. 152.

⁹³ TRINDADE. *São Francisco de Assis de Ouro Preto*, 1951, p. 477.

Quadro 2 – Transcrição de valores pagos/devidos à Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto

	Oitavas*	frações	vinténs
1793 A Sr ^a . D ^a . Maria Dorotéia Joaquina de Seixas moradora nesta vila Sua recepção em 2 de agosto	2	3/4	4
Seu anual até 1795	2	3/4	4
1795 Sua profissão em 18 de março	2	3/4	4
Idem anuais até 1803 - 8 anos	8	3/4	4
Idem expensa de Ministra em 1804	41	1/2	6
1808 Idem anuais – 1808 abatendo anuais de Ministra	3	1/2	6
	60	1/4	2
		72\$375	
Anuais até 1823 – 15 anos		18\$000	
Anuais de 10 anos até 1833		12\$000	
Passou para Livro 3 folha 123		Soma - 102\$375	

Fonte: MA - Conta Corrente da Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Livro 2, folha 211.

*A oitava de ouro equivalia a 3,585 gramas de ouro ou 1\$200 (mil e duzentos réis).

Segundo a documentação, Maria Doroteia pagou como expensa de Ministra em 1804 o valor de 41 oitavas e $\frac{1}{2}$ de ouro e 6 vinténs. Sua tia Catarina, quando eleita Ministra em 1785, pagara o valor de 83 oitavas e $\frac{1}{4}$ de ouro e 3 vinténs⁹⁴, equivalente ao dobro do valor pago pela sobrinha. O que se lê a partir do quadro é que entre 1793 e 1804, quando se tornou Ministra, a soma dos pagamentos de Maria Doroteia à Ordem era de 60 e $\frac{1}{4}$ de oitavas de ouro e 2 vinténs. A partir da linha seguinte, o valor em ouro é convertido para 72 mil e 375 réis, seguindo os demais sempre na mesma moeda.

Quadro 3 – Continuação - Valores pagos/devidos à Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto

A Irmã D. Maria Dorotéia Joaquina de Seixas – Antônio Dias, pelo que vem a dever a conta no L. 2 fls 211 até 1833	102\$375
Engano na profissão	\$175
O Secretário Cintra	
Anual de um ano até 1834	1\$200
Expensa de Ministra em 1835	50\$000
Anuais até 1849	16\$800
D.os até 1851	2\$400
Remida por despacho da Mesa de 18 de janeiro de 1852 pela quantia de	63\$[9]70
Falecida a 10 de fevereiro de 1853. Jaz na Matriz de Antônio Dias	

⁹⁴ Livro de Entrada e Profissões - Conta Corrente da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Assis de Ouro Preto - Livro 2, folha 171.

Fonte: *RAPM*, ano VII, fascículos I e II, jan./jun. 1902, p. 404. Transcrição do Livro de Entrada e Profissões - Conta Corrente da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Assis de Ouro Preto - Livro 3, folha 122 verso.

A economia do período não é o foco da pesquisa. Além disso, as datas que envolvem a entrada e a permanência de membros da família de Maria Doroteia na Irmandade se estendem pelo menos de 1785, com a entrada de sua tia, até 1853, com o falecimento de Maria Doroteia, o que representa um período longo. Mas se convertermos os valores em ouro, por exemplo, um tipo de moeda negociável até os dias de hoje, Dona Catarina pagou aproximadamente 298 gramas e Maria Doroteia pagou 146 gramas de ouro para serem ministras da irmandade, com uma diferença de oito anos entre uma e a outra. Comparação possível também para o período seria o preço de um escravo, que variou de 120\$000 a 150\$000 no século XVIII. Para utilizarmos referências do final do século, segundo tabela de coartações⁹⁵, valores que os escravos negociavam com os senhores por sua própria liberdade, eles variavam de 192\$000 a 82\$562, entre os anos de 1784 e 1786. As flutuações cambiais⁹⁶, mesmo a partir do século XIX, não foram muito grandes e isso não ajuda a explicar a diferença de valores pagos pela tia e pela sobrinha, por exemplo, fazendo-nos supor que os motivos podem ter sido definidos pela própria irmandade. Mas o dinheiro foi sempre escasso para a maioria da população em Minas, entre os séculos XVIII e XIX, e qualquer um que dispusesse a pagar esse valor em ouro para a entrada em uma irmandade deveria ter lugar de certo destaque e certa condição financeira entre os membros daquela sociedade.

Os registros são transferidos do Livro 2 para o Livro 3. Destacamos acima a nova eleição de Maria Doroteia como Ministra da Ordem em 1835, pagando pelo cargo a quantia de 50.000 réis, mesmo valor pago por Emerenciana para ocupar o cargo em 1815.⁹⁷ O documento conclui com relato sobre o falecimento e sepultamento dela em jazigo da família na Igreja Matriz de Antônio Dias, a 10 de fevereiro de 1853, com 85 anos. Pouco menos de um ano antes, sua dívida com a irmandade havia sido remida pela mesa por um valor menor que a soma real. A hipótese que pode ser levantada é que

⁹⁵ Relação dos valores de coartações, alforrias e arrestos a partir dos testamentos da comarca do Rio das Velhas – 1720/1784. Cf. PAIVA. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do Século XVIII*, 2009, p. 207-211.

⁹⁶ MATTOSO. *Ser escravo no Brasil*, 1982, p. 254-255.

⁹⁷ Livro de Entrada e Profissões - Conta Corrente da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Assis de Ouro Preto - Livro 2, folha 261.

talvez, já em idade avançada, e temendo seu falecimento, cuidou de acertar as contas com a irmandade para garantir e facilitar aos herdeiros seu sepultamento.

Maria Doroteia deixou registrado o seguinte em seu testamento: “recomendo que meu corpo será sepultado em cova da Ordem de S. Francisco de Assis”⁹⁸. Entretanto, o sepultamento foi feito no interior da Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias. Em “nota da redação”, a *Revista do Arquivo Público Mineiro* observou: “Não se cumpriu, portanto a vontade da testadora nesta parte, aliás de tão fácil execução.”⁹⁹

De fato, o desejo de ser sepultada no cemitério de São Francisco de Assis, conforme constava no seu testamento, não foi atendido, mas gostaríamos de refletir sobre essa interpretação de que era um pedido de fácil execução.

Em dezembro de 1829 foi apresente à mesa o seguinte ofício:
Ilms.Srs. – A Câmara Municipal desta Imperial Cidade, tendo proibido em virtude da Lei de 1º de abril de 1828, o enterramento dos Corpos dentro do Recinto dos Templos, e convindo tratar da Construção de um Cemitério Geral, resolveu que se oficiasse as Ordens 3^{as} e Irmandades para que declarem se dentro do prazo marcado nas Posturas, apontam os seus cemitérios particulares ou se querem contribuir para as despesas do Geral que a Câmara pretende mandar fazer.¹⁰⁰

Era direito que os irmãos em situação regular fossem sepultados nos cemitérios pertencentes aos templos de cada Ordem. Mesmo que não houvesse tempo de abrir seu testamento ou que esse desejo nele não fosse mencionado e o irmão falecesse repentinamente, seria o mais natural. No caso de Maria Doroteia, tratava-se de uma irmã de família distinta, de descendentes de portugueses e residentes durante toda a vida naquela paróquia do Antônio Dias. Lembramos ainda que ela foi uma irmã professa e também que havia sido Ministra da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, das mais tradicionais da América Portuguesa. O mais natural seria ela ser sepultada ali em cova do cemitério de S. Francisco de Assis como havia declarado, uma vez que esse já havia ficado pronto em 1833, principalmente se considerarmos que estava proibido o sepultamento dentro das igrejas. Se não havia nenhum impedimento para tal, por que o desejo registrado no testamento não foi cumprido?

Pelo que indicam as fontes, o jazigo da família localizava-se na Matriz de Antônio Dias, templo mais antigo que o de São Francisco de Assis, embora sem

⁹⁸ *Revista do Arquivo Público Mineiro.*, ano VII, fascículos I e II, jan./jun. 1902, p. 404.

⁹⁹ *Revista do Arquivo Público Mineiro.*, ano VII, fascículos I e II, jan./jun. 1902, NOTA DA REDAÇÃO.

¹⁰⁰ TRINDADE. *São Francisco de Assis de Ouro Preto*, 1951, p. 475.

cemitério. Até mesmo seu tio, Marechal João Carlos Xavier da Silva Ferrão¹⁰¹, pertencente à Ordem Terceira do Carmo, fora sepultado na Matriz do Antônio Dias a 18 de novembro de 1820. Pareceria natural que Maria Doroteia também o fosse.

Em seu testamento [...] recomendou Dorotéia que fosse seu corpo sepultado em cova da ordem terceira de S. Francisco de Assis, de que era irmã remida. Esta disposição, porém, não foi cumprida, dizem porque o testamento foi encontrado e aberto, quando já não havia tempo para se providenciar em tal sentido. Esta explicação é aceitável até certo ponto. Entretanto, não é fora de razão admitir-se que tendo mudado de vontade no decurso do longo tempo que ainda viveu depois de feito o testamento, houvesse recomendado verbalmente a sua testamenteira que, em contrário do testado, fosse seu corpo sepultado na matriz onde estavam as cinzas de seus avós, das duas tias que a tinham criado, e do marechal João Carlos, seu tio e protetor.¹⁰²

Analisando a proibição de sepultamento dentro dos templos, podemos deduzir, num primeiro momento, que o fato mais atípico, depois de 1828, seria justamente ela ter sido enterrada dentro da Igreja na cova de número onze. Por outro lado, a aplicação das leis precisa ser analisada em cada contexto histórico, e o “que se pode provar é que a prática de sepultamentos no interior das igrejas continuou durante todo o século XIX”¹⁰³. Para fazê-lo, a mesa diretora teve que ir de encontro a uma proibição oficial da Câmara, em vigor desde 1828, mas que não era observada com tanta rigidez. Se isso ocorreu, pode ter sido por vários motivos, um deles a grande relevância ou consideração dada à sua família, possuidora de jazigo no interior do templo. Por isso, entendemos que ter oferecido sepultamento a D^a Maria Doroteia Joaquina de Seixas em local de tamanha distinção pode ser considerada uma grande honraria e consideração, mas principalmente para que no fim da vida seus restos mortais descansassem ao lado dos de sua família. Portanto, deduzir que seu sepultamento na matriz de Nossa Senhora da Conceição contrariou a sua vontade ou correspondeu a algum tipo de descaso, e que simplesmente seu último desejo não foi levado em conta nos parece precipitado.

A análise das fontes da Ordem Terceira de São Francisco de Assis aponta para uma ligação da família de Maria Doroteia com camadas distintas da sociedade mineira,

¹⁰¹ NEVES. *Do Monte Carmelo a Vila Rica*, 2010, p. 222. Foi um dos priores da Ordem “João Carlos Xavier da Silva Ferrão (Sargento-Mor) 1790-1791. Professou em 05/08/1790. Foi eleito em 4/7/1790 e empossado em 16/07/1790. Nasceu em Vila Rica em 04/03/1743 e foi batizado na Igreja Matriz de N. S^a. da Conceição em 06/04/1743. Era filho do Tenente Bernardo da Silva Ferrão e Francisca Seixas da Fonseca. Cavaleiro da Ordem de Cristo, era também membro das Irmandades do Senhor dos Passos e do Santíssimo Sacramento da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Freguesia do Antônio Dias. Era tio de Maria Dorotéia Joaquina de Seixas (Marília de Dirceu). Faleceu em 18/04/1820 e foi sepultado na Igreja Matriz de N. Sr^a da Conceição.”

¹⁰² BRANDÃO. *Marília de Dirceu*, 1932, p. 405-406.

¹⁰³ VIEIRA, 2004, p.175-183.

mas não nos permite confirmar se a família pertencia a uma elite econômica no século XIX. Autores que trabalharam com as irmandades religiosas no período colonial afirmam que “somente uma pessoa de vasto cabedal econômico poderia ser eleita para qualquer cargo desta Ordem”¹⁰⁴, o que nos leva a especular que Maria Doroteia, seu pai, sua tia e irmã podem ter entrado para a irmandade em um período em que dispunham de recursos financeiros suficientes para tal, permanecendo na ordem mesmo que, depois de adentrado o século XIX, restasse à família apenas o prestígio social. Isso talvez possa ser evidenciado pelo fato de ela ter se tornado Ministra da Ordem Terceira de São Francisco de Assis não apenas uma, mas duas vezes. Sua tia Catarina e sua irmã Emerenciana também foram ministras da ordem, o que poderia ser facultado somente a famílias de grande prestígio. Segundo registros no livro da irmandade, Maria Doroteia foi “remida”, ou seja, perdoada, de suas dívidas, ou de parte delas, e não há registro de como efetuou esse pagamento.

Pedido de emancipação das irmãs Maria Doroteia e Emerenciana

Avançando a análise das fontes, trataremos do pedido de emancipação feito pelas irmãs Maria Doroteia e Emerenciana, em 1805, o que dava direito a uma mulher de reger sua própria vida. Lembramos que este não é um trabalho focado no estudo de gênero, mas, por estarmos reconstituindo aspectos do perfil biográfico de uma mulher, é necessário entender o papel e a atuação feminina na sociedade das Minas Gerais colonial e provincial.

Durante o período colonial, as viúvas precisavam de autorização judicial para serem tutoras de seus filhos. No caso do falecimento do pai e da mãe, as crianças dependeriam de sentenças e/ou custódia temporária do Juízo de Órfãos, que providenciaria um tutor para lhes garantir a sobrevivência, administrar os bens e mantê-las sob um ambiente que a sociedade pudesse considerar honrado, principalmente as mulheres brancas.

As viúvas, bem como as mulheres da elite em geral, estavam constantemente preocupadas com a fama pública [...] que podiam angariar, já que a honra era um conceito estruturante da vida em sociedades marcadas por valores de Antigo Regime.¹⁰⁵

¹⁰⁴ SALLES, 1963, p. 95.

¹⁰⁵ FURTADO. As mulheres nas Minas do ouro e dos diamantes, 2007, p. 492.

Como já foi dito, quando não havia algum homem da família que lhes pudesse servir de tutor, as moças deveriam ser remetidas a conventos ou casas de reclusão que pudessem garantir o zelo sobre sua reputação.

Fundados em valores cristãos ligados ao gênero feminino, como fé, castidade e caridade, além das condutas derivadas desses mesmos valores, almejavam formar uma mulher que fosse recatada, submissa, com gestos comedidos, modesta, que rezasse as horas canônicas, se confessasse com frequência e recebesse a doutrina da Igreja. Tal comportamento, destaque-se, era esperado das mulheres que viviam fora dos recolhimentos, daí o fato de algumas famílias usarem-nos, assim como aos conventos, para educar as mulheres.¹⁰⁶

Depois de ficar viúvo e deixar os filhos e as filhas aos cuidados do tio e tias, o Capitão Balthazar casou-se novamente e foi morar em Itaverava. O pai ainda não havia falecido quando as duas irmãs fizeram o pedido para se emanciparem. Assim, no dia 27 de novembro de 1805, entregaram uma petição ao escrivão Antônio Balbino de Negreiros, Juiz de Órfãos, com as seguintes justificações:

Dizem D. Maria Dorotéia Joaquina de Seixas e sua irmã D. Emerenciana Joana Evangelista de Seixas que elas precisam justificar o seguinte Justificação (*sic*) que são filhas legítimas do capitão Balthazar João Mayrinck e sua mulher D. Maria Dorotéia Joaquina de Seixas já falecida e que vivem desde sua menor idade e por falecimento de sua mãe em companhia de seu tio o Coronel Ajudante de Ordens deste Governo João Carlos Xavier da Silva Ferrão.

Que as justificantes são maiores de 25 anos como mostram pela certidão junta e têm juízo e capacidade para se regerem e administrarem seus bens sem dependência de Tutor ou Curador.

[...]

Pedem a V. Mercê seja servido admiti-las a justificar o deduzido a fim de as declarar emancipadas e de receberem tudo que lhes pertencer E qualquer q.r (*sic*) de tudo que seja.¹⁰⁷

A necessidade das irmãs era a de poder receber rendimentos provenientes de bens deixados por sua mãe e, a partir daí, realizar pagamentos e se manterem, levando-se em conta que o pai não vivia na mesma cidade. Na justificação para se emanciparem, os argumentos favoráveis são: serem de família de origem conhecida na vila e alegarem capacidade e juízo para regerem-se sem mais a necessidade de tutor, tendo as irmãs idade suficiente para tal.

As justificantes, posto já tivessem a primeira trinta e oito anos e a segunda, trinta e um, não haviam entrado na livre administração dos bens que lhes couberam por legítima materna, e que consistiam principalmente de escravos que trabalhavam a jornal. Tendo tudo de que precisavam, não haviam até

¹⁰⁶ VILLALTA. Educação: nascimento, “haveres” e gêneros, 2007, p. 271.

¹⁰⁷ *Anuário do Museu da Inconfidência*, 1952, p. 277.

então cogitado de saber a quanto montavam por mês ou por ano os salários ganhos por seus escravos.¹⁰⁸

De acordo com o autor, parte da renda da família, legada em herança, vinha de escravos de ganho. Infelizmente, não é possível saber, através de documentação conhecida até o momento, que tipo de trabalhos esses escravos desempenhavam, mas devem ter sido aqueles trabalhos característicos das Minas colonial e imperial. Não é possível sabermos também quantos escravos de ganho as irmãs possuíam, uma vez que os inventários não traziam informações completas a respeito da escravaria

O fato de os inventários nem sempre trazerem as alforrias concedidas pelos proprietários ao longo dos anos pode ser exemplificado pelo caso de Maria Joaquina Doroteia de Seixas (*sic*)¹⁰⁹. No inventário dos bens de uma das principais musas dos inconfidentes não há qualquer menção à posse de escravos ou de cativos por ela manumitidos. No entanto, o nome dela aparece no Livro de Notas alforriando incondicionalmente, a 27 de junho de 1820, em Vila Rica, um crioulo de nome Simplício.¹¹⁰

É provável que já fosse responsável pela administração de sua vida há mais tempo; com o pedido de emancipação, tratou de legalizar isso. Embora a fonte ateste a alforria de um escravo, não dispomos de outros documentos que comprovem a posse ou administração de escravos por parte de Maria Doroteia. No recenseamento feito na Capitania de Minas Gerais¹¹¹, em 1804, o tio de Maria Doroteia declarou que possuía três escravos; sua tia Tereza, seis escravos; sua irmã Emerenciana, quatro escravos; Maria Doroteia e sua tia Catarina não possuíam escravos, mas existe a possibilidade de sonegação ou sub-registro de informações.

Muito além da necessidade de administrar os bens herdados, dentre eles escravos de ganho, o pedido de emancipação feito pelas irmãs pode nos levar à hipótese de que eram mulheres capazes de muito mais autonomia do que podemos julgar. Mesmo que as leis e os documentos não apontem isso, querer administrar os bens herdados já aponta para a perspectiva de autonomia. Havia mulheres que desempenhavam outros papéis no mundo lusitano. Júnia Furtado analisa vários casos de mulheres que gozaram de grande autonomia ou coragem. Podemos mencionar o de uma brasileira que aos 18 anos de idade, usando o nome de Balthazar do Couto Cardoso, “abandonou a casa dos pais na

¹⁰⁸ BRANDÃO. *Marília de Dirceu*, 1932, p. 340.

¹⁰⁹ Mesmo na documentação, existe uma inversão ao grafar seu nome. No entanto, adotamos no presente trabalho a ordem estabelecida no testamento, ou seja, Maria Doroteia Joaquina de Seixas.

¹¹⁰ Livro 183, folha 87, ACP. Cf. GONÇALVES. *As margens da liberdade*, 2011, p. 179.

¹¹¹ MATHIAS. *Um recenseamento da capitania de Minas Gerais*, 1969, p. 123.

capitania do Rio de Janeiro [...] e embarcou para Lisboa, onde, em 1º de setembro de 1700 assentou praça de soldado”¹¹², servindo na função militar durante muitos anos, chegando a ser condecorada por valentia. Em 1820 foi descoberto que “o valoroso militar era na verdade uma mulher [...] D. Maria Ursula de Abreu e Lencastro [...] então casada com Afonso Teixeira Arraes de Mello, que fora governador do forte de São João Bastista em Goa”. O exemplo talvez não seja a comparação ideal ao caso de Maria Doroteia, em Minas Gerais, mas demonstra o desejo e até a capacidade de autonomia feminina no período.

A autora trabalha também com outros três casos. Teresa Margarida da Silva Horta, nascida na capitania de São Paulo, em 1711, mudou-se com a família ainda criança para Lisboa e, aos 40 anos, publicou um livro usando o pseudônimo de Dorothea Engrassia Tavadra Dalmira. A outra mulher sobre a qual Júnia Furtado relata em seu texto é Jacinta de Siqueira, uma ex-escrava que viveu na Vila do Príncipe na primeira metade do século XVIII. Ela se relacionava com o ouvidor de Sabará, Luis Botelho de Queirós, chegando a influenciá-lo em decisões importantes da vila. Era mulher de posses e influência na região. A última mulher foi Maria da Cruz, mãe de Pedro Cardoso, os dois acusados de liderarem uma revolta contra a cobrança de impostos de capitação no sertão de Minas Gerais, entre os rios São Francisco e das Velhas.

O pedido de emancipação pode nos indicar a busca de Maria Doroteia e Emerenciana por um papel atuante em Vila Rica, maior inclusive que para gerir formalmente suas próprias vidas. Os casos estudados por Júnia Furtado podem reforçar a hipótese da busca feminina por ampliar sua atuação social.

Por que iniciar a discussão sobre o papel das mulheres na Capitania das Minas do ouro e diamantes com esses quatro casos paradoxais? Porque a guerra, a palavra, o exercício do mando e seu inverso, a rebelião, eram privilégio do mundo masculino, e o relato desses acontecimentos nos aponta as possibilidades que as Minas do ouro e dos diamantes abriram para o universo feminino e a heterogeneidade de papéis que as mulheres puderam ali desempenhar.¹¹³

Como podemos observar, mesmo que ainda considerados como exceção, a documentação revela vários casos de autonomia e atuação feminina na sociedade colonial mineira.

¹¹² FURTADO. As mulheres nas Minas do ouro e dos diamantes, 2007, p. 481-482.

¹¹³ FURTADO. As mulheres nas Minas do ouro e dos diamantes, 2007, p. 484-485.

Para as mulheres da elite, as possibilidades de autonomia eram mais restritas, mas não de todo impossíveis. Muitas saíam do domínio paterno diretamente para o controle do marido, algumas com um interregno de um período de clausura conventual. Era somente na viuvez que muitas delas alcançavam a autonomia, inclusive financeira, mas não raro essa também não era um processo direto e simples. A legislação previa que as viúvas, mas não os viúvos, tivessem que recorrer à justiça, via Juízo dos Órfãos e Ausentes, para legitimar a condição de tutoras de seus filhos menores e assim poder administrar seus bens. E, caso os bens do espólio excedessem à quantia de 60\$000 réis, a concessão da tutoria precisaria ser ainda homologada pelo próprio rei. Mas as Mulheres da elite mineradora não se furtaram em exercer esse papel e controlaram desta forma os seus destinos e os seus filhos.¹¹⁴

As irmãs órfãs e solteiras conseguiram alcançar sua autonomia social e financeira depois de adultas. Emerenciana casou-se posteriormente.

Outros casos de forte atuação, influência e autonomia feminina são analisados por André Figueiredo Rodrigues para o período de instalação da Devassa feita por ocasião da Inconfidência Mineira na comarca do Rio das Mortes. Segundo o autor, foram D^a Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, esposa do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes, e D^a Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira, esposa de Inácio José de Alvarenga Peixoto, as responsáveis por preservar e mesmo reaver bens sequestrados pela Coroa Portuguesa durante o processo de investigação que então se deu.¹¹⁵

Assim como Reis¹¹⁶, que tentou reconstituir o meio e o período de seus biografados, reconstituir os costumes do período em que Maria Doroteia viveu pode nos ajudar a levantar hipóteses interpretativas para a documentação encontrada sobre ela e sua família.

Depois da emancipação, a continuidade da apreciação das fontes nos leva às Atas da Câmara Municipal de Ouro Preto, de 1846. Nelas constam *pelejas* de D^a Maria Doroteia Joaquina de Seixas com a Câmara em razão da cobrança de conserto de encanamentos de água do Chafariz público e de sua fonte particular. Gravando novamente seu nome junto a uma instituição pública e demonstrando sua autonomia para gerir os negócios domésticos, Maria Doroteia demonstrou que era atuante no espaço público da Ouro Preto do século XIX, quando se fazia necessário.

As águas em Vila Rica sempre foram abundantes pela existência de muitas nascentes e rios, mas em Minas e em outras partes do Brasil, naquele período, “as

¹¹⁴ FURTADO. *As mulheres nas Minas do ouro e dos diamantes*, 2007, p. 491.

¹¹⁵ RODRIGUES. *A fortuna dos Inconfidentes*, 2010.

¹¹⁶ REIS. *Domingos Sodré, um sacerdote africano*, 2008; REIS; CARVALHO; GOMES. *O Alufá Rufino*, 2010.

residências não dispunham de água encanada, seu abastecimento era algo fundamental. Os poços e cisternas, mas mais frequentemente os rios e os chafarizes públicos, forneciam o líquido precioso.”¹¹⁷ Para regular sua utilização durante o período de extração do ouro, houve uma série de medidas e cartas régias que legislaram sobre o uso desse recurso natural, sendo a prioridade, logo que iniciado o agrupamento urbano, dada ao uso na mineração.¹¹⁸ Foram criadas também normas para provisão e abastecimento da população, bem como a restrição aos abusos e desperdícios em geral.¹¹⁹

Com o crescimento populacional, a organização do espaço urbano fez-se mais necessária. “O abastecimento de água envolve vários aspectos técnicos, gerenciais e de saúde pública, como, por exemplo, a escolha do manancial e do tipo de captação, o dimensionamento da rede adutora.”¹²⁰ Além das preocupações com o abastecimento de toda uma população, o poder público lidava com os casos das residências que tinham seu próprio ponto de abastecimento.

Observa-se também que algumas residências coloniais possuíam seus próprios chafarizes. Isso se deu, no caso de Vila Rica, quando os proprietários possuíam nascentes d’água nos próprios terrenos – porque, neste caso, as águas eram, juridicamente, consideradas de direito do dono do terreno – ou quando os particulares solicitavam licença do Senado da Câmara para “tirar” água do encanamento público.¹²¹

Muito já foi dito sobre o lugar privilegiado que a família de Maria Doroteia ocupava na sociedade de Vila Rica. As atas da Câmara que analisaremos são mais uma comprovação do prestígio e conforto de que desfrutava a família dos Silva Brandão, Silva Ferrão e Seixas, os sobrenomes usados pelos membros da família, como consta nos *Velhos Troncos Ouropretanos*¹²². Naquele período, somente famílias que dispunham de recursos financeiros e de relativo prestígio teriam uma mina de água particular.

¹¹⁷ ALGRANTI. Famílias e vida doméstica, 1997, p. 103.

¹¹⁸ FONSECA. Ouro Preto, água limpa: o abastecimento doméstico de água no epicentro do Ciclo do Ouro, 2008: “Comparada às cidades litorâneas da colônia, Vila Rica foi bastante privilegiada no que se refere às condições para saneamento básico. Em função da sua topografia e dos seus numerosos mananciais de água, não eram necessárias grandes obras de captação e condução das águas, e tampouco grandes esforços para se realizar o esgotamento sanitário.” (p. 179)

¹¹⁹ VASCONCELOS. *Vila Rica*, 1977; FONSECA. *Controle e uso da água na Ouro Preto dos séculos XVIII e XIX*, 2004, p. 113-115.

¹²⁰ FONSECA. *Controle e uso da água na Ouro Preto dos séculos XVIII e XIX*, 2004, p. 45.

¹²¹ FONSECA. Ouro Preto, água limpa: o abastecimento doméstico de água no epicentro do Ciclo do Ouro, 2008, p. 179.

¹²² TRINDADE. *Velhos troncos ouropretanos* 1951, p. 173-189.

No período colonial, a “água era captada em minas de propriedade do Senado [...] o arrematante devia seguir o risco a ele repassado pelo Senado da Câmara.”¹²³ Ou seja, pelo que indicam a documentação e bibliografia, a Câmara era responsável pela legislação, contratação de obras, manutenção e fiscalização referente às águas de Vila Rica. No ano de 1846, já avançado o Império, houve várias obras nesse sistema de abastecimento, incluindo algumas intervenções de grande porte, como no caso dos chafarizes públicos.¹²⁴

No que diz respeito a Maria Doroteia, nosso objeto de estudo, vamos encontrar sua ação junto à Câmara relacionando-a a fiscalizações ocorridas naquele ano. Na sessão ordinária de 6 de outubro de 1846,

Leu-se um requerimento de D^a Maria Dorotéia Joaquina de Seixas fazendo ver que o Procurador exige dela pagamentos de concertos de água e encanamentos feitos aquém do seu registro quando ela julga isenta de tais pagamentos e só sim deve pagar aqueles concertos que se fizeram do seu registro até a mina € Falando-se sobre a matéria resolveu-se que o Fiscal vá ao lugar e proceda os necessários exames e informe a Câmara a respeito. No mesmo sentido se lançou o despacho.¹²⁵

Esse documento e o da sessão seguinte nos mostram que a Câmara mandou fazer os concertos na rede pública, mas, depois de prontos, os moradores beneficiados deveriam arcar com parte dos gastos por meio de um rateio. Como ela usava a água, demandava que fosse obrigada a pagar somente o concerto do encanamento que ia da mina pública até a fonte situada em sua casa; o encanamento que seguia de sua casa para baixo não seria de sua responsabilidade, nem o concerto do chafariz e da própria mina, já que ela não os utilizava diretamente.

O documento elucida alguns aspectos de como se resolviam essas questões que envolviam o público e o privado. Achando-se lesada e não devedora de cobrança referente a concertos de dutos de água, D^a Maria Doroteia despachou requerimento ao órgão responsável para isentá-la desses pagamentos. Naquele tempo, já haviam falecido suas duas tias, tio, pai e até sua irmã mais nova, cabendo-lhe, como chefe de sua

¹²³ FONSECA. *Controle e uso da água na Ouro Preto dos séculos XVIII e XIX*, 2004, p. 52.

¹²⁴ FONSECA. *Ouro Preto, água limpa: o abastecimento doméstico de água no epicentro do Ciclo do Ouro*, 2008: “[...] as fontes documentais [...] mostram que parte deles teve seus tanques e carrancas ou trocados ou suprimidos. Mostram também que, em função das vicissitudes urbanas, muitos tiveram que mudar de lugar. Como no caso de um antigo chafariz da Ponte do Ouro Preto que, em 1846, foi mudado para a Praça Tiradentes, junto à Câmara e Cadeia, ficando em seu lugar um outro que restava enterrado no bairro Padre Faria.” (p. 179)

¹²⁵ CMOP - Ata de 6 de outubro de 1846 - folha 75 verso.

residência, a um mês de completar 79 anos de idade, buscar resolver a questão. Vemos no Livro de Atas, aquela que aparece como a reunião seguinte, datada de 14 de outubro de 1846:

[...] Uma informação do Fiscal Supp^e respeito ao que requereu D. Maria Doroteia Joaquina e faz ver que a mesma tem razão no que alega e que não deve pagar despesas de encanamento de sua pia para baixo, por não se servir do dito encanamento € Resolveu a Câmara que se oficiasse ao Pro.^{cor} para que não exija da dita D. Maria embolsamento de despesas que se fizerem de sua pia de água para baixo e que só deve a mesma pagar em rateio o que se gastar da dita pia até a mina e no mesmo sentido se lançou o despacho. [...]¹²⁶

A atuação de Maria Doroteia, neste e em outros casos, é bem diferenciada daquela das mulheres apresentadas por Júnia Furtado. Mas vale ressaltar que, mesmo não realizando atividades de tamanha projeção, ela não se furtava de cuidar de questões que afetavam seu cotidiano e que envolviam o poder público. A Câmara julgou a petição favorável a Maria Doroteia.

Existe ainda, na publicação de Gomes, um terceiro documento avulso que não conseguimos localizar no arquivo consultado. Refere-se ao parecer do fiscal que foi à residência da requerente:

Em virtude do Despacho de V.S.^{as} de 6 do corrente exarado no incluso requerimento de D. Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, informo a V.S.^{as} que tendo procedido aos necessários exames a respeito do alegado pelo Suplicante acho que ela tem razão, para isso que não se utilizando da Mina Pública, e nem do Chafariz da Ponte não deve concorrer com quantia alguma para tais consertos e só sim relativamente, ao encanamento de que se utiliza; parecendo-me também de justiça que ela seja obrigada a consertar o seu encanamento, pois tendo ela pedido permissão para pouco tempo, até que o consertasse, ainda não o fez tendo se passado 16 anos.
V.S.^{as} resolverão a respeito – Ouro Preto 15 de abril
Luiz José de Oliveira Jr
Fiscal Supp^e¹²⁷

A visita do fiscal confirma que D^a Maria Doroteia¹²⁸, não utilizava diretamente “da Mina Pública e nem do Chafariz da Ponte”, o que nos faz supor que eram dois pontos de abastecimento distintos. Mas registra o motivo pelo qual foi feita a cobrança a ela e seu julgamento de que ela deveria ser “obrigada” a pagar, pois já o prometia há 16 anos. Algumas pejeas entre os poderes públicos e os habitantes poderiam levar anos para serem resolvidas. Os lugares daquela pequena contenda - o Largo, a ponte, o

¹²⁶ CMOP - Ata de 6 de outubro de 1846 - folha 75 verso.

¹²⁷ GOMES. *Documentário sobre Marília de Dirceu*, 1966, p. 94.

¹²⁸ No documento ela recebe o tratamento de Dona, traduzindo certa condição social, como é sabido.

Chafariz e a Escola Estadual -, que se reúnem no mesmo espaço arquitetônico, no bairro Antônio Dias, são todos conhecidos atualmente pelo nome *Marília de Dirceu*.

Testamento e inventário

O último documento que selecionamos para o presente trabalho, o Testamento de Maria Doroteia, é dos mais conhecidos. Encontra-se, inclusive, disponível para visitação no Museu da Inconfidência, na antessala do Panteão dos Inconfidentes, em vitrine dedicada a *Marília de Dirceu*.

Seu testamento possui as disposições comuns ao período, deixando descritos sua origem familiar, os testamenteiros e os herdeiros, o lugar do sepultamento (como já comentamos anteriormente) e o pedido de missas. Maria Doroteia herdou a maioria dos bens transmitidos pelas sucessivas gerações da família e localizados na casa grande, a do largo de Antônio Dias, onde haviam morado seus avós, por parte materna. Nessa casa, onde foi criada pelas tias e pelo tio, de quem foi herdeira e testamenteira. O primeiro ponto que gostaríamos de ressaltar diz respeito a seus testamenteiros e herdeiros: "Instituo por meus testamenteiros e universais herdeiros D. Francisca de Paula Manso de Seixas, que vive em minha companhia, e Anacleto Teixeira de Queiroga, que ao presente   residente no Rio de Janeiro."¹²⁹

Francisca, que vivia em companhia de D^a Maria Doroteia, era

sua sobrinha por linha bastarda [...] vivia sob seu teto, servindo-lhe de companhia, descansando-a do manejo da casa, cercando-a de cuidados, confortando-lhe a velhice. Era, portanto, natural que lhe votasse entranhado afeto e reconhecimento. Movida destes dois sentimentos, não era de estranhar que a instituísse sua herdeira e testamenteira.¹³⁰

Anacleto, o segundo herdeiro, é apontado, pelo viajante Richard Burton, como filho ilegítimo de Maria Doroteia com o Capitão Teixeira de Queiroga. O viajante afirma, aliás, que além de Anacleto, Maria Doroteia teria tido mais duas filhas com Queiroga e que *Marília* não teria sido fiel a *Dirceu*. Para o viajante, parece estranha a expectativa de que ela permanecesse fiel ao ex-noivo: além de não terem nenhum compromisso, ele já havia falecido em 1810. Das duas supostas filhas não há qualquer registro documental, como o deixado pelo nome de Anacleto no testamento.

¹²⁹ *Anuário do Museu da Inconfidência*, 1952, p. 256.

¹³⁰ BRANDÃO. *Marília de Dirceu*, 1932, p. 414.

Aparentemente, a defesa da honra dela e a da família é o motivo que levou Brandão a fazer a pesquisa de tantos anos publicada em 1932.¹³¹ Toda a argumentação do autor tenta provar que “A biografia de Marília de Dirceu pode ser resumida em poucas palavras: foi uma donzela de rara beleza que teve a desdita de ser amada e decantada por um poeta infeliz.”¹³² A preocupação com a honra é atributo de grande valor para a sociedade do Antigo Regime, mesmo com a instauração de uma monarquia liberal e constitucional, o que aponta para uma análise das ideias, das mentalidades.

O autor reconstitui toda a linhagem da família para demonstrar que era uma das principais de Vila Rica. Para ele, Brandão argumenta que Anacleto era sim filho ilegítimo, mas a mãe era Emerenciana, irmã de Maria Doroteia. Quando Emerenciana ainda era solteira, Anacleto foi exposto em casa de amigos, que terminaram por batizá-lo. Era compreensível que Francisca fosse herdeira de Dona Maria Doroteia, pois havia morado com ela no fim de sua vida, mas o outro herdeiro levantava suspeitas.

Com respeito, porém ao Dr. Anacleto Teixeira de Queiroga, as circunstâncias eram completamente outras. Não residia em Ouro Preto, nem sequer era conhecido ali senão de poucas pessoas. Não se podia, pois, atinar como motivo por que ela o instituirá também seu herdeiro e testamentário. Seu sobrenome não indicava que tivesse parentesco com Ferrões ou Mayrinkes. Pois bem: apesar de tudo isso, ela o designara apenas pelo nome, suprimindo-lhe até o tratamento de senhor, a ele que era doutor em medicina e estava afastado dela dezenas de léguas. Esta familiaridade em tais condições só podia derivar de sentimento muito íntimo, cuja natureza ela não revelou. Qual fosse e de que se tinha originado ninguém sabia, ou se alguém sabia, não revelava, adstrito (*sic*) talvez a ponto de honra ou ditame de consciência.¹³³

O texto do próprio Brandão é carregado de incertezas e dubiedades. No livro, conclui que a maledicência humana havia tomado Anacleto por filho de Maria Doroteia. Muito se escreveu sobre o caso¹³⁴, mas não há documentação que comprove nenhuma

¹³¹ FRIEIRO. *O diabo na livreria do Cônego*, 1981: “Saindo em desagravo da memória de Maria Dorotéia, escreveu o professor mineiro Tomás da Silva Brandão a obra *Marília de Dirceu* [...] na qual buscou recompor a verdade dos fatos e restaurar, ao menos em parte, o lustre do brasão dos Brandões, Silvas, Ávilas e Ferrões, famílias aparentadas, às quais se ligava a noiva de Gonzaga. Os três filhos louros e de olhos azuis, asseverou o Professor Silva Brandão, não eram de Dorotéia e sim de sua irmã Emerenciana, moça de costumes folgados, também solteira. Ficou satisfatoriamente esclarecido o caso? Aparentemente, sim, se se der um crédito de confiança à primeira das duas irmãs.” (p. 88)

¹³² BRANDÃO. *Marília de Dirceu*, 1932, p. 11.

¹³³ BRANDÃO. *Marília de Dirceu*, 1932, p. 414-415.

¹³⁴ FRIEIRO. *O diabo na livreria do Cônego*, 1981: “Parece que era público e notório em Ouro preto que Marília tinha sido mãe e avó. Esta ideia horroriza certamente os veneradores da memória da noiva de Gonzaga, os quais só concebem virgem e pura, fiel à lembrança do namorado poeta, como uma espécie de santa da lenda dourada da Conjuracão Mineira. Entretanto, em que pode espantar que uma moça de alta

das versões. Não é possível sabermos se Maria Doroteia foi ou não mãe de Anacleto Queiroga. A dita maledicência não é bom argumento para a historiografia e não pode explicar de maneira conclusiva o nome de Anacleto no testamento de Maria Doroteia. É sabido, por inúmeras pesquisas realizadas, tomando por base testamentos, que estes costumavam ser uma espécie de acerto de contas da vida das pessoas, não apenas financeiro. Neles, os testadores imprimiam seus últimos desejos, corrigiam faltas de toda uma vida na tentativa de ficar em paz com suas consciências ou demonstravam gratidão às pessoas merecedoras. Se não podemos negar ou afirmar que Anacleto era filho de Maria Doroteia, temos no *Jornal do Commercio* uma pequena nota de falecimento que talvez aumente as dúvidas com relação ao caso: "Faleceu o major Pedro Queiroga, neto de Marília de Dirceu, vítima de lesão cardíaca. Era oficial maior aposentado na Secretaria do Interior, dotado de inteligência e por todos respeitado." (Grifo nosso)¹³⁵

Nenhuma opinião ou versão emitida diretamente. Apenas um fato, a comunicação de um obituário e um parentesco impresso pelo noticiário de um jornal carioca, onde residia o Dr. Anacleto e sua família. Sobre o jornal, Frieiro indaga: "Neto adotivo? Bem podia ser. Mas nesse caso o correspondente devia ter acrescentado essa particularidade."¹³⁶ O jornal, no final do século XIX e posteriormente à proclamação da república, faz questão de enfatizar o parentesco do major com a musa da Inconfidência. A importância dessa discussão se dá no âmbito da representação da personagem e não tem pertinência para uma discussão biográfica.

Com relação aos traços biográficos de Maria Doroteia é importante ressaltar que, a partir dos documentos disponíveis, talvez se disponha de poucas informações sobre ela e as conclusões que os estudiosos chegaram a seu respeito são especulativas e talvez

prosápia ouro-pretana, como era D^a. Maria Dorotéia, tivesse amores e fosse mãe solteira? Muitas princesas reais o foram, e muitas sinhazinhas de famílias emproadas [...] Lê-se no Diário de viagem do Imperador a Minas, 1881, publicado no Anuário do Museu Imperial, vol XVIII, 1975, dado a lume em princípios deste ano: 19 de abril [...] Segui até o chafariz da ponte para ver a neta de Maria de Dirceu (sic), mulher de Carlos de Andrade, que fica perto. Apareceu à janela. É elegante e graciosa, porém não é beleza, tem ares de inteligente." (p. 88) O texto do *Anuário* traz uma nota de publicação dos Diários de Viagem do Imperador D. Pedro II que diz: "D^a. Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, a famosa *Marília de Dirceu*, não teve neta, pois faleceu solteira, em 1853. Coube ao inglês Richard F. Burton [...] propagar a calúnia de que Maria Dorotéia teve descendência ilegítima, lenda destruída por Tomás Brandão, em livro a ela dedicado." Ao que parece, sempre haverá os que defendam e os que ataquem a honra de Maria Doroteia.

¹³⁵ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, quarta-feira, 18 de janeiro de 1893, TELEGRAMAS - Ouro Preto 17 de janeiro.

¹³⁶ FRIEIRO. *O diabo na livraria do Cônego*, 1981, p. 88, nota.

até mesmo abusivas. O máximo que se pode dizer é que ela fazia parte de uma família de projeção social. A documentação possui tantas lacunas que não permite estabelecer nem como se procederam as maiores mudanças relativas à sua vida, da mocidade à idade madura e depois à velhice, por exemplo, ou como se manteve financeiramente durante uma vida longa como foi a dela. Sabemos que os critérios de classificação social do século XVIII, com todas as permanências que se pode registrar, não permanecem intocados no século XIX.

O testamento de Maria Doroteia foi escrito por sua própria mão. Datado de 2 de outubro de 1836, só foi aprovado pelo Tabelião a 16 de maio de 1840.¹³⁷ Houve tempo para que a testadora refletisse sobre seu teor e fizesse mudanças, caso julgasse necessário. E assim ocorreu. O prêmio deixado para Francisca, a testamenteira, passou de 100\$000 (cem mil réis) para 400\$000 (quatrocentos mil réis). A alteração sugere aumento de gratidão e afeição ou recompensa por despesas feitas pela testamenteira, talvez com o próprio sustento de Maria Doroteia, ou as duas possibilidades.

Nessa época, Maria Doroteia já se encontrava em idade avançada e precisando de cuidados extras. Apesar de possuir bens, como a casa em que residia, no largo de Antônio Dias, e outra descrita como um sobrado localizado na rua Direita, em Ouro Preto, as quais aparecem no inventário, não se sabe se seus rendimentos facultavam-lhe uma vida confortável, uma vez que bens imóveis não permitiam liquidez a seus proprietários. O processo de avaliação e inventário aponta que “declarou a Testamenteira Inventariante Dona Francisca de Paula Manso de Seixas, que por falecimento de sua Testadora não ficou dinheiro algum em ouro, barras, notas e nem joias”¹³⁸. A testamenteira parece ter sido mesmo pessoa da sua confiança, pois o documento diz também: “Declaro que deixo uma cédula à minha Testamenteira, a qual não será obrigada a apresentá-la em Juízo, e só com seu juramento se lhe levará em conta a despesa que com a mesma fizer”¹³⁹. A cédula, feita à parte ao testamento, consiste em algum desejo, dívida ou alguma recomendação particular qualquer que deveria ficar somente entre testadora e testamenteira. Nesse caso, o texto do documento não sugere o que a cédula deixou à testamenteira. Foram separados 460 mil réis “para satisfazer as disposições da cédula”¹⁴⁰.

¹³⁷ *Anuário do Museu da Inconfidência*, 1952, p. 256.

¹³⁸ *Anuário do Museu da Inconfidência*, 1952, p. 262.

¹³⁹ *Anuário do Museu da Inconfidência*, 1952, p. 256.

¹⁴⁰ *Anuário do Museu da Inconfidência*, 1952, p. 267.

No que se refere aos bens, de acordo com a partilha, o monte mor apurado foi de 2:951\$550 (dois contos novecentos e cinquenta e um mil e seiscentos e cinquenta réis). Após subtrair 400\$000 (quatrocentos mil réis) de prêmio da testamenteira, coube à D Francisca de Paula Manso de Seixas e Anacleto Teixeira de Queiroga o valor de 1:275\$825 (um conto, duzentos e setenta e cinco mil e oitocentos e vinte e cinco réis) para cada um. A herança consistia em parte na casa grande¹⁴¹, avaliada em 1:400\$000 (um conto e quatrocentos mil réis), e parte na casa da Rua Direita, avaliada em 850\$000 (oitocentos e cinquenta mil réis) quando

Ambos os herdeiros têm convencionado em pagarem entre si as dívidas e despesas. Desta forma se darão por findas as sobreditas partilhas que acharão conformes e por isso se assinam comigo a quem encarregarão de fazer as referidas. Ouro Preto 18 de março de 1854.¹⁴²

Chama-nos a atenção que todas essas fontes foram tornadas públicas pelo menos desde a publicação, em 1902, pela Revista do Arquivo Público Mineiro, do Testamento de Maria Doroteia e depois, em 1932, com a publicação do livro *Marília de Dirceu*, de Thomas Brandão¹⁴³. O autor esclarece, no prefácio da obra, que levou mais de uma década a pesquisar em arquivos da cidade de Ouro Preto.¹⁴⁴ São fontes disponíveis há muito tempo, mas que não foram capazes de suplantam a imagem que o mito literário de *Marília de Dirceu* criou, ignorando a existência da vida cotidiana de Maria Doroteia.

Outro livro que trouxe a público as fontes aqui trabalhadas, sendo talvez sua edição de maior alcance para a época da publicação que a primeira, foi o *Documentário sobre Marília de Dirceu*, de João Batista de Magalhães Gomes. Publicado em 1966, no Rio de Janeiro, pelo Ministério da Educação e Cultura, reúne fontes primárias importantes sobre Maria Doroteia.

Publicações que citam as fontes ou tentam dar-lhe publicidade rendem-se à necessidade de Thomas Brandão, seu descendente, em dizer que a “biografia de Marília de Dirceu pode ser resumida em poucas palavras: foi uma donzela de rara beleza que teve a desdita de ser amada e decantada por um poeta infelizmente”¹⁴⁵. Nessa linha,

¹⁴¹ Trata-se da casa no largo do bairro Antônio Dias, hoje conhecido como Largo Marília de Dirceu, o terreno onde se localiza a Escola Estadual Marília de Dirceu.

¹⁴² *Anuário do Museu da Inconfidência*, 1952, p. 274.

¹⁴³ TRINDADE. *Velhos troncos ouropretanos* 1951, p. 173-179. Thomas Brandão era primo em quarto grau de Maria Doroteia.

¹⁴⁴ Com relação às fontes reunidas por Brandão, até onde pudemos observar, rastreando-as nos arquivos - o autor foi bastante minucioso e as fontes aqui utilizadas têm sua existência comprovada e/ou transcrições corretas -, algumas diferenças são observadas, mas sem concorrerem para seu descrédito.

¹⁴⁵ BRANDÃO. *Marília de Dirceu*, 1932, p. 11.

Gomes afirma que “Tomás Brandão publicou uma obra [...] feita com o propósito firme de uma rigorosa e incontestável, a reabilitação completa da bela mineira.”¹⁴⁶ Parece-nos que uma reabilitação da imagem de Maria Doroteia como moça de boa família, após o que Brandão denominou “maledicências” publicadas por Burton e Frieiro, se fazia necessária sob o ponto de vista da imagem esperada pelas mulheres nos séculos XVIII e XIX. No processo de construção da imagem de Maria Doroteia, sob a designação de Marília e digna de figurar ao lado do herói Gonzaga, era preciso reabilitar sua memória, o que vale para a reabilitação da honra da família também.

¹⁴⁶ GOMES. *Documentário sobre Marília de Dirceu*, 1966, p. 6.

Capítulo 2

A construção da imagem dos heróis da Inconfidência Mineira e a formação da identidade nacional brasileira ao longo do século XIX

A linha mestra do nosso trabalho é compreender a importância e o papel atribuído a Maria Doroteia Joaquina de Seixas, noiva do poeta árcade e inconfidente Tomás Antônio Gonzaga, no processo de construção da imagem dos heróis¹⁴⁷ que viveram no século XVIII e cujas trajetórias foram apropriadas por intelectuais brasileiros do século XIX, para entrarem na conformação da identidade e da nacionalidade brasileiras.

Precisamos ter em vista que a inclusão de Maria Doroteia no processo acima referido se dá por meio da personagem lírica *Marília de Dirceu* e que o que a faz ser reconhecida como musa da Inconfidência Mineira é sua ligação com Tomás Antônio Gonzaga, um dos envolvidos no movimento. O levantamento e a análise de seus traços biográficos revelam o modo de vida das famílias mineiras coloniais, comum às mulheres de sua condição social. Relacionada e sujeita aos acontecimentos históricos do período, a documentação aponta para direções historiográficas diferentes do estudo da construção da imagem da musa lírica, em que ela, na maioria das vezes, nem chega a ser nominalmente lembrada como Maria Doroteia, mas apenas como *Marília*.

A Inconfidência Mineira “é um tema ainda no início de sua profunda explicação, guardando muitos aspectos obscuros, pouco ou insuficientemente pesquisados”¹⁴⁸. Apesar disso, alguns pontos importantes foram elucidados por meio de inúmeras

¹⁴⁷ DOSSE. *O desafio biográfico*, 2009, p. 160-161. O autor analisa toda uma trajetória ligada à biografia de heróis. Segundo ele, no século XVIII, das Luzes, inicia-se “no curso do qual a exemplaridade heroica desce do seu pedestal e se difunde pelo corpo da sociedade. É a partir desse momento [conforme sublinha Daniel Fabre] que evolui o campo lexical do termo ‘herói’. Até o século XVIII, ele permaneceu ligado ao que outrora se designava por *herooi*, os semideuses da Antiguidade. Desde o século das Luzes, ele toma uma nova acepção e o “herói” passa a ser simples “personagem” de uma narrativa.”

¹⁴⁸ JARDIM. *A Inconfidência Mineira*, 1989, p. 12.

pesquisas nas últimas décadas¹⁴⁹, ainda que exista um novelo a ser desembaraçado pela natureza do processo-crime, contra o qual os “Inconfidentes escamotearam, até o fim, informações completas sobre o seu movimento”¹⁵⁰, temendo as condenações às quais estavam sujeitos e defendendo suas vidas. Tudo isso faz com que os historiadores permaneçam ainda devassando as evidências e documentos à procura de informações-chave para compreender a conjuração, os motivos, os planos, as traições e tudo em fim da “revolução” que não houve para Minas Gerais.

No caso da pesquisa sobre a construção do mito de *Marília*, a relação entre história e literatura, levando em conta as peculiaridades dos dois elementos no século XIX, é um dos principais motivos para esse novelo permanecer emaranhado, pois “quando exploramos a fronteira que separa a biografia da literatura e da história, descobrimos que ela é fluida e instável e que se desloca no tempo”¹⁵¹. Este trabalho não se refere a uma biografia propriamente dita, mas esboça traços metodológicos e fontes relacionados à biografia de Maria Doroteia Joaquina de Seixas e de Tomás Antônio Gonzaga, sempre relacionada nos prefácios das publicações da obra *Marília de Dirceu*.

Por se tratar de um dos temas mais investigados na nossa historiografia, é necessário percorrermos o caminho de pesquisas sobre a Inconfidência Mineira e versões anteriores da historiografia relacionada ao evento, as quais vão se somando para o entendimento de novas nuances do tema. Tanto as fontes quanto a própria historiografia produzida são imprescindíveis.

Historiografia da Inconfidência Mineira no século XIX

Embora ainda seja um tema em aberto e com inúmeras possibilidades de pesquisa, para Maria Efigênia Lage de Resende a “produção de 180 anos sobre a Inconfidência Mineira já nos permite estabelecer clivagens”¹⁵². Para identificá-las, a autora analisa aquelas que considera as “principais obras que durante determinados períodos constituíram-se em matrizes do pensar a Inconfidência Mineira, tanto do ponto de vista da sociedade quanto do ponto de vista da produção de novos discursos

¹⁴⁹ JARDIM. *A Inconfidência Mineira*, 1989; MAXWELL. *A devassa da devassa*, 1995; FURTADO. *O manto de Penélope*, 2002; VILLALTA. *1789-1808*, 2000; RODRIGUES. *A fortuna dos Inconfidentes*, 2010; SOUZA. *O Tiradentes leitor*, 2008.

¹⁵⁰ JARDIM. *A Inconfidência Mineira*, 1989, p. 13.

¹⁵¹ SOUZA; LOPES. Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema, 2012, p. 31.

¹⁵² RESENDE. *Inconfidência Mineira: leituras e releituras ou para ler a história da Inconfidência Mineira*, 1989, p. 83.

historiográficos.”¹⁵³ A autora cita como suas matrizes os trabalhos de Robert Southey¹⁵⁴, de Joaquim Norberto de Sousa Silva e Lúcio José dos Santos. Francisco Adolfo de Varnhagen não é mencionado, talvez por sua posição em relação ao movimento, como veremos adiante.

A Inconfidência Mineira é tema diretamente imbricado na questão da formação da nacionalidade e, por esta razão, diretamente apropriado pelo Estado no seu ‘desideratum’ de difusão e homogeneização de seu ‘projeto nacional’. A questão do Estado fica, assim, erigida, na análise da historiografia da Inconfidência Mineira, como a variável fundamental condicionante da leitura que se quer difundir da História do Brasil.¹⁵⁵

Nesse contexto, interessa-nos diretamente a obra de Joaquim Norberto, por sua ligação com a formação da nacionalidade brasileira, com o romantismo e pelas publicações em que vai relacionar Maria Doroteia e/ou *Marília de Dirceu*. Um marco importante, do ponto de vista da historiografia da Inconfidência Mineira, foi a edição do livro *História da Conjuração Mineira: estudos sobre as primeiras tentativas para a Independência Nacional* – baseados em numerosos documentos impressos ou originais existentes em várias repartições, de Joaquim Norberto de Sousa Silva, em 1873.¹⁵⁶ Em se tratando de um marco, tomaremos essa obra como referência central e estudaremos aspectos anteriores e posteriores à sua publicação. Outro livro de Joaquim Norberto que nos interessa intitula-se *Brasileiras célebres*, de 1862.¹⁵⁷ Nele, Maria Doroteia aparece, pela primeira vez, juntamente com outras mulheres tomadas pelo autor como importantes para a História brasileira.

Joaquim Norberto tem grande importância para as pesquisas sobre o tema da Inconfidência¹⁵⁸, pois foi o primeiro a utilizar documentação e fontes primárias, incluindo os *Autos de Devassa*, e também por tratar do tema ainda durante o Império. Contrastando com o fato de ter sido historiador criterioso, Norberto era um escritor romântico, como a maioria dos homens de seu tempo, envolvido com as letras e as

¹⁵³ RESENDE. *Inconfidência Mineira: leituras e releituras ou para ler a história da Inconfidência Mineira*, 1989, p. 83.

¹⁵⁴ RESENDE. *Inconfidência Mineira: leituras e releituras ou para ler a história da Inconfidência Mineira*, 1989: “A versão de Southey, apoiada em escassa documentação que mandara coletar no Brasil, é permeada de equívocos quanto aos fatos e não avança além da versão oficial da justiça e da polícia coloniais que retira da sentença condenatória.” (p. 86)

¹⁵⁵ RESENDE. *Inconfidência Mineira: leituras e releituras ou para ler a história da Inconfidência Mineira*, 1989, p. 84.

¹⁵⁶ SILVA. *História da Conjuração Mineira*, 1873.

¹⁵⁷ SILVA. *Brasileiras célebres*, 1862.

¹⁵⁸ IGLÉSIAS. *Os historiadores do Brasil*, 2000, p. 107.

questões da nacionalidade.¹⁵⁹ Trataremos detalhadamente das questões do Romantismo no próximo capítulo. Uma amostra de como o autor reflete o pensamento do período é o fato de, já no título de sua obra, relacionar a Conjuração Mineira como uma das “primeiras tentativas para a Independência nacional”.

Independência e precedentes – historiografia

Questão fundamental para compreendermos o processo de emancipação e consolidação da nacionalidade brasileira é tentar descobrir, como o fez Malerba, qual “o tipo de relação que a independência guarda com os movimentos insurrecionais do final do século XVIII [...] entre os quais se destaca a Inconfidência Mineira, guardariam ou não alguma relação de continuidade com o processo separatista [...]?”. Além disso, qual teria “sido o ‘caráter’ da independência, se conservadora, reformista ou revolucionária. Em outras palavras: o que haveria de ruptura e de continuidade no processo de independência?”¹⁶⁰

A grande maioria das pesquisas recentes a respeito não aponta a Independência como uma continuidade natural do movimento da Inconfidência Mineira, como Joaquim Norberto sugeriu no título de seu livro, e também não atribui a nenhum dos dois eventos históricos um caráter revolucionário¹⁶¹ e de busca da nacionalidade brasileira. Pelo menos não no sentido de integração nacional territorial, cultural e política, como a compreendemos a partir do século XX.

Não parece fácil determinar a época em que os habitantes da América lusitana, dispersos pela distância, pela dificuldade de comunicação, pela mútua ignorância, pela diversidade, não raro, de interesses locais, começaram a sentir-se unidos por vínculos mais fortes do que todos os contrastes ou indiferenças que os separaram, e a querer associar esse sentimento ao desejo de emancipação política. No Brasil, as duas aspirações – a da independência

¹⁵⁹ CANDIDO. *O Romantismo no Brasil*, 2002.

¹⁶⁰ MALERBA. Esboço crítico da recente historiografia sobre a Independência do Brasil (c. 1980-2002), 2006, p. 19-20.

¹⁶¹ PIMENTA. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico, 2009: “Um acontecimento do passado, ao ser considerado revolucionário, dialogaria com questões do tempo presente na medida em que este fosse marcado, de várias formas e para o bem ou para o mal, por experiências abortadas ou em geral, por projetos visando o seu advento ou por temores de que estes pudessem se tornar reais. O tema *revolução* se revestiu, assim, da capacidade de produzir simbioses entre passado e presente, atribuindo ao respectivo conceito forte carga política e um caráter temporalmente transcendente.” (p. 54, grifo do autor) O autor representa exceção nas pesquisas sobre a Independência e seu caráter revolucionário. Para ele, a independência implicou em tantas mudanças que poderia ser considerada uma revolução. Além disso, considerarmos o evento desse modo potencializaria o seu diálogo com a historiografia contemporânea.

e a da unidade – não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas.¹⁶²

Maria Odila Dias, dando continuidade ao pensamento de Caio Prado Jr.¹⁶³ e ao de Sérgio Buarque de Holanda¹⁶⁴, na tentativa de responder algumas dessas questões, destaca em *A interiorização da metrópole*¹⁶⁵ particularidades da história sobre a independência e a emancipação brasileira de Portugal. Dentre as principais balizas teóricas destacadas pela autora está a “continuidade do processo de transição da colônia para o Império”. Dias também ressalta o fato de “o processo de separação política da metrópole (1822) não ter coincidido com o da consolidação da unidade nacional (1840-1850)”. Elege ainda, dentre os mais importantes elementos, o fato de o processo de separação política “nem ter sido marcado por um movimento propriamente nacionalista ou revolucionário”¹⁶⁶. Ela endossa a versão de que não houve ruptura entre os períodos colonial e imperial. Pelo contrário, o que ocorreu foram continuidades de certo modo desejadas pelos súditos que viviam no Brasil e que depois da Independência “viam na monarquia dual os laços que os prendiam à civilização europeia, fonte de seus valores cosmopolitas de renovação e progresso.”¹⁶⁷

A partir do momento em que a Coroa portuguesa se transferiu para o Brasil e, de acordo com István Jancsó, em que “aqueles colonos [...] atônitos se viram em 1808 mais próximos do centro decisório da Monarquia do que jamais poderiam ter sonhado”¹⁶⁸, a emancipação se tornaria, mais dia menos dia, um fato consumado. Dada a conjuntura em que transmigração da Família Real ocorrera, foi imprescindível aos soberanos portugueses instituírem mudanças administrativas e comerciais. Esses acontecimentos

¹⁶² HOLLANDA. Introdução geral, 1997, p. 9.

¹⁶³ PRADO JR.. *Formação do Brasil contemporâneo*, 1942. Para o autor, “o final da cena, ou antes, o primeiro grande acontecimento de conjunto que vamos presenciar será, não há dúvida, a independência política da colônia. Mas este final não existe antes dela, nem está ‘imane’ no passado; ele será apenas a resultante de um conjunto ocasional de forças que estão longe, todas elas, de tenderem, cada qual só por si, para aquele fim.” (p. 156)

¹⁶⁴ HOLLANDA. *A herança colonial – sua desagregação*, 1997. Na obra, publicada originalmente em 1960, o autor se afasta da hipótese de lutas de brasileiros contra portugueses quando aponta, inclusive, que as “sublevações e as conjuras nativistas são invariavelmente manifestações desconexas da antipatia que, desde o século XVI, opõe muitas vezes o português da Europa e o do Novo Mundo. E mesmo onde se aguça a antipatia, chegando a tomar colorido sedicioso, com a influência dos princípios franceses ou do exemplo da América Inglesa, nada prova que tenda a superar os simples âmbitos regionais.” (p. 9)

¹⁶⁵ DIAS. *A interiorização da Metrópole (1808-1853)*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.), 1822: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 160-184.

¹⁶⁶ DIAS. *A interiorização da Metrópole (1808-1853)*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.), 1822: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 160.

¹⁶⁷ DIAS. *A interiorização da Metrópole (1808-1853)*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.), 1822: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 162.

¹⁶⁸ JANCÓS. *Independência, Independências*, 2005, p. 33.

lançaram de modo irreversível o germe da autonomia cultural, política e econômica em território brasileiro. Depois que o Rei e todo o aparato governamental se deslocaram para a América, abrindo os portos ao comércio europeu, dentre outras tantas iniciativas, as relações entre colonizador e colonizado se modificaram irremediavelmente. Isso “despertou grandes e positivas expectativas nas diversas partes do Brasil, o que se traduziu, de imediato, em maciça adesão às iniciativas que conferiam visibilidade à liquidação do sistema colonial.”¹⁶⁹ No entanto, aquele processo não teria sido naturalmente portador do sentimento de unidade nacional.

As conclusões às quais chegaram nossos pesquisadores aumentam a dificuldade de compreender como se deu o processo de formação da nacionalidade brasileira durante o século XIX. Que processo de construção teria atribuído àqueles sujeitos do final do século XVIII valores heroicos de luta pela libertação do Brasil do jugo de Portugal por meio do suposto sentimento de uma mesma nacionalidade? Segundo Maria Odila Dias, para compreender os aspectos da emancipação política do Brasil é conveniente “desvincular o estudo do processo de formação da nacionalidade brasileira no correr das primeiras décadas do século XIX da imagem tradicional da colônia em luta contra a metrópole.”¹⁷⁰

Entre os anos de 1789 e 1801 as autoridades de Lisboa viram-se diante de problemas sem precedentes. De várias regiões da sua colônia americana chegavam notícias de desafeição ao Trono, o que era sobremaneira grave. A preocupante novidade residia no fato de que o objeto das manifestações de desagrado, frequentes desde os primeiros séculos da colonização, deslocava-se, nitidamente, de aspectos particulares de ações de governo para o plano mais geral da organização do Estado.¹⁷¹

Todo o período colonial e boa parte do período imperial são crivados de motins, conspirações, revoltas, inconfidências e descontentamento em geral. A Inconfidência não foi o único movimento rebelde ocorrido no Brasil com essas características entre o fim do século XVIII e início do século XIX, antes da Independência¹⁷². Contudo, o único evento que teve como implicados poetas de uma elite e no qual os intelectuais do século XIX puderam buscar material para a construção da identidade nacional brasileira foi o movimento mineiro. Organizado por letrados, bacharéis, ouvidores, proprietários

¹⁶⁹ JANCSÓ. *Independência, Independências*, 2005, p. 33-34.

¹⁷⁰ DIAS. *A interiorização da Metrópole (1808-1853)*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.), 1822: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 161.

¹⁷¹ JANCSÓ. *A sedução da liberdade*, 1997.

¹⁷² Dentro desse quadro, podemos citar como destaque a rebelião acontecida na Bahia, em 1798, e a revolução de Pernambuco de 1817.

de minas e terras, militares e membros do clero, a Inconfidência ficou marcada na história pelas ideias iluministas¹⁷³ e outras dela decorrentes¹⁷⁴. A Inconfidência Mineira foi uma revolta que surgiu dentro da própria máquina político-administrativa portuguesa, mas com pretensões regionais.

A Inconfidência Mineira, dentre outros movimentos do período, ainda não mirava aquele tipo de “independência”, um tipo que pensasse tão amplamente uma nacionalidade e que reunisse todo o país, um território composto por regiões muito distantes entre si, de difícil articulação cultural, política e até econômica.¹⁷⁵

Os envolvidos nos movimentos regionais consideravam os seus territórios como suas pátrias, como terra de nascimento, não considerando do mesmo modo o Brasil, num sentido do movimento e das paixões de uma nacionalidade. Embora alguma coisa estivesse mudando, nenhum deles era um movimento que tivesse essa proposta ou lutasse pela consolidação territorial e política de uma nação brasileira.

¹⁷³ VILLALTA. *1789-1808*, 2000, p. 13. Referindo-se à Independência das Treze Colônias Inglesas na América, em 1776, e à Revolução Francesa, em 1789, como marcos na mudança do pensamento ocidental, o autor afirma que “Essas revoluções que marcaram a virada do século XVIII para o XIX foram embaladas pelas ideias ilustradas. A ilustração punha em xeque toda 'autoridade exterior, não justificada pela razão', 'na política, na estética, no direito ou na moral' [...] A ilustração, com isso, constituía uma ameaça às verdades tidas como inquestionáveis e aos poderes constituídos. As Luzes, ainda, promoviam, de forma geral, uma rediscussão do passado e de elementos do Antigo Regime – absolutismo, colonialismo, sociedade estamental, monopólio comercial e escravismo – como um todo ou isoladamente.”

¹⁷⁴ SILVA. *Liberais e povo*, 2009: “As ideias liberais penetraram em Minas Gerais em fins do século XVIII, no influxo da Independência Americana e do Iluminismo francês, compreendidas no contexto de crise do antigo sistema colonial. Sua difusão limitou-se, basicamente, a uma camada de letrados e proprietários de terras e escravos, em sua maioria envolvidos também em atividades administrativas ou na magistratura.” (p. 73) Para além do Iluminismo constantemente considerado quando se trata de Inconfidência Mineira, o autor trabalha com o processo de construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais no início do século XIX, considerando que houve um liberalismo gestado em Minas desde o movimento frustrado daqueles mineiros letrados.

¹⁷⁵ Acreditamos que o motivo que levou a elite intelectual do século XIX a se apropriar de elementos ou construir heróis relacionados à Inconfidência e não a outro movimento é a ligação daqueles homens do fim do século XVIII com o mundo letrado. Se o motivo para a criação de heróis nacionais fosse o “romper dos grilhões” ou “a imagem tradicional da colônia em luta contra a metrópole”, como já foi negado por Maria Odila Dias, os revoltosos populares da Bahia seriam adequados, com seus representantes e objetivos populares. Se o modelo mais conveniente fosse a autonomia política implantada na prática, como aconteceu com a Revolução empreendida por grandes homens da agropecuária e que chegaram a concretizar, por mais de dois meses, um primeiro esboço real de autonomia e independência, os homens ligados à Revolta de Pernambuco em 1817 seriam os escolhidos. Mas nenhum dos dois pareceu adequado aos homens que terminaram por construir a imagem de heróis nacionais que ficou atribuída aos envolvidos na Inconfidência Mineira. O fato de ter sido o primeiro movimento com ideias sediciosas a ocorrer naquele contexto de fim do século XVIII não é o único e principal motivo para ser escolhido como o evento primeiro, que, segundo Joaquim Norberto, teria culminado na Independência de 1822 e merecia ser replicado como tal.

Pátria, nação e nacionalidade no Brasil entre os séculos XVIII e XIX

Do ponto de vista da população que vivia no território do Brasil do século XIX e especulando se ela se considerava parte de uma mesma “nação” ou de uma mesma “ninhada”, basta lembrar que se espalhavam movimentos rebeldes, ou mesmo “separatistas”, de outras regiões em relação ao centro-sul ou, mais especificamente, à Corte. Isso nos parece o suficiente para começar a entender que, para o Brasil, enquanto um Estado pluriétnico, um significado de nação mais político do que étnico, ou o conceito de nacionalidade que unisse os dois, conforme foi citado, seria útil na legitimação de um nascente Estado Nacional brasileiro.

Para a consolidação do império, é imprescindível amalgamar uma nacionalidade comum em um Estado “pluriétnico” onde os grandes proprietários ainda dependiam da mão de obra escrava e, principalmente, em um país sob a virtual ameaça de uma rebelião da população de negros, libertos e mestiços que representa a maioria da população.

[...] *pátria* é o lugar de origem, o da comunidade [...] *pátria* não se confunde com *país*. Este é inequivocamente o Brasil [...] A *nação*, por seu turno, desloca-se para outra esfera (...) Bahia e São Paulo são suas pátrias, o Brasil é seu país, mas a nação à qual pertencem é a portuguesa.¹⁷⁶

Se os revoltosos consideravam sua pátria a região do Brasil pela qual lutavam nas rebeliões anteriormente comparadas, como Minas, Bahia ou Pernambuco, o que entendiam como país, colonizadores e colonizados, era somente a porção territorial pertencente a Portugal: o Brasil. A nação à qual todos pertenciam, no entanto, era a portuguesa. Havia portugueses que viviam em Portugal e portugueses que viviam e haviam nascido na América, mas que tinham ascendentes nascidos em Portugal. Sob a ótica do conceito político de nação portuguesa, os súditos de todas as possessões lusitanas deviam obediência ao Rei e, de sua parte, buscavam se beneficiar dos laços que os prendiam à Europa civilizada e de suas oportunidades econômicas.

A busca por características e pela origem de uma nacionalidade propriamente brasileira, através de simbolismos próprios, que não se ligassem unicamente a Portugal, só veio a acontecer a partir do século XIX. Buscar essa nacionalidade comum é “privilegiar a origem e a herança[;] a pátria é, sobretudo, memória, instância que enlaça,

¹⁷⁶ JANCSÓ; PIMENTA. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira), 2000, p. 130.

retrospectivamente, os vivos e os mortos, numa cadeia de solidariedade através da qual os indivíduos se reconhecem como compatriotas.”¹⁷⁷ Esses simbolismos “brasileiros” englobariam ou teriam um apelo semelhante aos sentimentos antes dedicados à pátria regional.

No Brasil em transição, era um desafio constante manter unida uma população que vivia em um território tão extenso, com regiões distantes entre si; para a qual Portugal às vezes parecia mais acessível que as regiões do próprio Brasil; em que seus costumes não se comunicavam nem se igualavam; e, principalmente, que tinha interesses tão diferentes, como os que desejavam manter o sistema escravista e os que desejavam se libertar dele, por exemplo.

O caráter de indeterminação e complexidade do processo de transição da Colônia para o Estado Nacional brasileiro – caracterizado pela convivência conflituosa de múltiplas tendências, projetos e interesses, em grande medida facetados regionalmente - tem-se configurado em consenso entre os historiadores e, na perspectiva inaugurada por Caio Prado Júnior, orientado diversos estudos que apontam para a “diversidade”.¹⁷⁸

Como integrar um povo e um território com características e projetos tão diversos, como o do Brasil, nos moldes de uma nação? A apropriação de símbolos pátrios aglutinadores que pudessem ser vistos pela maioria como a representação de um ideal em comum é o que se pode pretender como elemento de ligação entre esses possíveis “com-patriotas”.

(...) no significado de pátria, a população e, em certa medida, o território tendem a sobrepor-se à faceta institucional, e a sua funcionalidade é dita numa linguagem lírica, afetiva e material, que antropomorfiza, tanto o território, transformando-o em paisagem, como a população, que se metamorfoseia numa comunidade fraternal.¹⁷⁹

Em outras palavras, a pátria de Minas, por exemplo, é representativa da terra de origem no sentido dos laços de nascimento, família, como também dos costumes, tradições em comum e da paisagem¹⁸⁰ à qual as pessoas se ligam. Essa “paisagem”,

¹⁷⁷ CATROGA. *Pátria e nação*, 2011, p. 14.

¹⁷⁸ SILVA. *Identidades políticas e a emergência do novo Estado nacional: o caso mineiro*, 2005, p. 515.

¹⁷⁹ CATROGA. *Pátria e nação*, 2011, p. 22.

¹⁸⁰ ALCIDES. *Estes penhascos*, 2003. “Destes penhascos fez a natureza / o berço, em que nasci [...]” (p. 14)

enquanto memória afetiva, simbólica¹⁸¹, liga o homem à sua terra mais que a noção de um território político e institucional¹⁸² imposto. O Estado, em sua dimensão de poder, aproxima-se da noção de opressão e também de uma instância “fria” de dominação. Justamente por isso, pode não conseguir, por si, pela imposição, unir uma população em torno da ideia de uma nação onde as pessoas se sintam “Com-patriotas”, unidas por laços afetivos comuns.

Marília de Dirceu é um desses elementos simbólicos que, como personagem lírica inserida na poesia de Tomás Antônio Gonzaga, foi apropriado durante o século XIX pelo processo de construção da nacionalidade, através do Romantismo, entrando na composição do panteão de heróis da pátria e da nação brasileira em formação. A poesia é um elemento capaz de carregar, replicar, disseminar significados e ideias finamente compostos em seus versos.

Afinal, que mensagem parecia ser transmitida pelos acontecimentos da sedição mineira, delineados de maneira poética pela obra de Gonzaga, e que vão da prisão dos revoltosos em 1789 até o dia 21 de abril de 1792, quando o alferes Joaquim José da Silva Xavier foi enforcado, esquartejado e partes do seu corpo foram expostas pelos caminhos de Minas Gerais? De um lado, uma mensagem bastante clara do absolutismo português, que tentava salvar o regime colonialista, em franca decadência, àqueles que ousassem trair a Coroa Portuguesa¹⁸³, fixando na memória dos seus súditos a imagem

¹⁸¹ BOURDIEU. *O poder simbólico*, 1989: “É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’.” (p. 11)

¹⁸² CATROGA. *Pátria e nação*, 2011: “o Estado alude, predominantemente, à dimensão institucionalizada do poder que se exerce sobre uma população – que ele divide entre governantes e governados – e sobre um dado território, lugar onde a sua soberania traça e defende ‘limites’ externos, ao mesmo tempo que procura eliminar os internos. (...), pelo que não admira que a sua linguagem seja de cariz técnico-jurídico e ‘fria’ (...).” (p. 22)

¹⁸³ VILLALTA. *1789-1808*, 2000: “A repressão aos inconfidentes de Minas Gerais revela o quanto a ocorrência de uma “revolução” na América atemorizava a Coroa. O julgamento da Conspiração Mineira foi uma verdadeira encenação, cujo sentido era glorificar a imagem da rainha, restabelecendo a ordem maculada pela sedição. No Rio de Janeiro, palco do julgamento, regimentos de reserva se mobilizaram, e edifícios públicos foram guarnecidos, numa demonstração visível de força. Por cerca de dezoito horas, procedeu-se, no dia 18 de abril de 1792, à leitura da sentença de condenação. Por ocasião da leitura, o tribunal já tinha em mãos a clemência régia, mas, por horas, os réus foram deixados acusando-se uns aos outros. Grande parte dos embargos foi negada e, após proferir a última negativa, o juiz passou à leitura da correspondência da Coroa, comutando-se “aos réus”, exceto Tiradentes, a pena de morte em degredo perpétuo para os lugares da África”, sendo registradas, então, cenas de alegria. A clemência real, saliente-se, reiterava o caráter sacro da monarquia e, sobretudo, a associação da rainha, dona Maria I, à imagem de Mãe.” (p. 26)

dos “Inconfidentes” como traidores e, portanto, merecedores de execração pública e punição exemplar. De outro lado, surgida de parte dos homens que integravam a estrutura administrativa portuguesa, mesmo com a “sedição” descoberta e punida, uma mensagem de descontentamento.

Devido às inúmeras revoltas que sempre surgiam uma após a outra e em regiões diferentes, o império português parecia ter dificuldades em manter unido sob seu comando, na capital do Rio de Janeiro, o território e sua população. Manter o Brasil coeso sob o manto de uma nação era importante, pois “é a nação que confere o poder ao soberano”¹⁸⁴, não importando se o soberano seja rei, imperador ou presidente. No caso do Brasil, reiteramos que uma nacionalidade baseada num conceito de nação política seria capaz de abarcar a população “pluriétnica”.

Construção de uma historiografia “brasileira” a partir de 1808

Depois da vinda da Família Real, o Brasil vai experimentar uma transformação social irreversível com várias consequências históricas relevantes¹⁸⁵, um quadro complexo de acontecimentos e acomodações sociais, políticas e econômicas, crivado de revoltas e interesses de grupos distintos. Vários historiadores se debruçaram sobre o tema em inúmeras de suas variáveis na tentativa de elucidar e completar o quebra-cabeça que foi o processo de independência brasileiro.¹⁸⁶ Nesse processo de acomodação, destacou-se a busca por mudanças em alguns aspectos e continuidades em outros.¹⁸⁷ O que se observa é que “a chegada da família real reacenderia o absolutismo

¹⁸⁴ CHIARAMONTE. *Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII*, 2003, p. 79.

¹⁸⁵ DIAS. *Aspectos da ilustração no Brasil*, 2005. A partir de 1808, D. João VI autorizará e incentivará a vinda de viajantes e cientistas estrangeiros; a abertura dos portos, de editoras e livrarias, permitindo a edição e venda de livros e jornais; a vinda da missão francesa e a interiorização de melhorias e investimentos, como estradas, por exemplo.

¹⁸⁶ DIAS. *A interiorização da Metrópole (1808-1853)*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.), 1822: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 160-84; SILVA. *Identidades políticas e a emergência do Novo Estado Nacional: o caso mineiro*, 2005; COSTA. *A Independência na historiografia brasileira*, 2005; MALERBA. *Esboço crítico da recente historiografia sobre a Independência do Brasil* (c. 1980-2002), 2006; GONÇALVES. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do estado nacional brasileiro*, 2008. Silva e Gonçalves trabalham com o recorte no caso de Minas Gerais...

¹⁸⁷ COSTA. *A Independência na historiografia brasileira*, 2005: “A complexidade que cerca o processo de Independência brasileira inscreve-se no próprio encadeamento peculiar dos acontecimentos que marcaram, na América portuguesa, a eclosão da crise do Antigo Regime: a instalação da Corte no território americano (1808), a subsequente extinção do exclusivo comercial e a transformação do estatuto político do antigo domínio colonial para a condição de Reino Unido a Portugal e Algarves (1816). Dentre outros efeitos econômicos e políticos de imensas consequências, essas medidas demarcavam, para os agentes políticos que se defrontavam naquela quadra histórica, um horizonte onde emergia possibilidade de combinar a eliminação dos entraves econômicos da dominação colonial com a continuidade do pertencimento, em novas bases, à nação portuguesa. A partir daí, projetos de reorganização política que

monárquico, associado à oportunidade de ascensão das “terras americanas”, e o patriotismo português”¹⁸⁸. Além disso, a “presença do príncipe regente era associada à prosperidade[...]”¹⁸⁹

O assentamento do Estado Imperial no Brasil através da Casa de Bragança como um prolongamento da antiga metrópole apoiado numa forte presença portuguesa, presença que se acentuava no contingente formador da elite burocrática dirigente e dá os contornos de um projeto de pensar a história brasileira no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional.¹⁹⁰

Através dessas elites, do topo da pirâmide social, processar-se-ia a difusão, para o resto da sociedade, de uma leitura oficial da História do Brasil.

Aprofundando a questão, István Jancsó aponta ainda que “a nova situação [...] despertou grandes e positivas expectativas nas diversas partes do Brasil, o que se traduziu, de imediato, em maciça adesão às iniciativas que conferiam visibilidade à liquidação do sistema colonial”. No entanto, liquidar o sistema colonial não aparecia como uma luta para romper os grilhões ou se libertar definitivamente da metrópole portuguesa, mas, em outros termos, uma “adesão entusiasmada à nova ordem deu-se por toda parte, e entre os portugueses da América generalizou-se a percepção de que a nova situação poderia trazer a ampliação de sua participação na gestão da coisa pública”¹⁹¹. As mudanças políticas e econômicas pensadas após a vinda da Família Real carregavam consigo motivações diferentes daquelas imaginadas pela posterior construção da nacionalidade brasileira.

O tradicional equilíbrio político entre os grandes polos de convergência do espaço luso-americano foi bruscamente substituído por um novo ordenamento que instaurava uma hierarquia entre espaços sociais que antes se relacionavam horizontalmente, alteração que, subordinando os outros ao Rio de Janeiro, trazia em si, para além de questões de precedência e similares, em si relevantes para homens do Antigo Regime, problemas muito objetivos envolvendo distâncias a percorrer para se chegar ao Trono, destinação de receitas fiscais, número de empregos e cargos a serem preenchidos, e muitos outros de semelhante conteúdo prático.¹⁹²

procuravam combinar a superação do vínculo colonial com a manutenção da unidade da nação portuguesa encontram abrigo tanto no campo da lealdade a D. João VI quanto nos setores que aderiram à Revolução do Porto entre 1821 e 1822. Além disso, o posterior retorno da Corte (1821), deixando no Brasil, agora Reino Unido, um herdeiro legítimo da Coroa foi uma decisão política que teve efeitos importantíssimos na dinâmica de todo o processo, estabelecendo uma das diferenças cruciais entre a América portuguesa e a América hispânica.” (p. 55)

¹⁸⁸ SILVA. *Liberais e povo*, 2009, p. 75.

¹⁸⁹ SILVA. *Liberais e povo*, 2009, p. 75.

¹⁹⁰ RESENDE. *Inconfidência Mineira: leituras e releituras ou para ler a história da Inconfidência Mineira*, 1989, p. 87-88.

¹⁹¹ JANCÓS. *Independência, Independências*, 2005, p. 34.

¹⁹² JANCÓS. *Independência, Independências*, 2005, p. 34.

A Independência é o marco a partir do qual o Brasil deixa oficialmente de ser colônia, mas sua emancipação não acontece de fato nessa data. Mesmo assim, são inúmeras as mudanças ocorridas a partir daí; algumas inevitáveis, devido aos acontecimentos, e outras construídas a partir deles.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

Dentro do processo de emancipação e formação da nossa identidade nacional, coube ao “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, a materialização de um projeto de delineamento de um perfil da nação brasileira.”¹⁹³ O IHGB¹⁹⁴ foi a matriz geradora na construção de heróis da nacionalidade brasileira, na qual *Marília de Dirceu* se encontra. A instituição possuía, entre seus membros “saquaremas”¹⁹⁵, grandes nomes da Corte do Rio de Janeiro. Esse órgão também recuperou e preservou documentos; inaugurou estátuas de homens de vulto; contou com a publicação de uma revista periódica e promoveu concursos de monografia para incentivar a produção de trabalhos, feitos com objetivos específicos, sobre temas inéditos da história brasileira.

O imperador precisava dos historiadores para legitimar-se no poder [...] A nação recém-independente precisava de um passado do qual pudesse se orgulhar e que lhe permitisse avançar com a confiança para o futuro. Era preciso encontrar no passado referências luso-brasileiras: os grandes vultos, os varões preclaros, as efemérides do país, os filhos distintos pelo saber e

¹⁹³ RESENDE. *Inconfidência Mineira: leituras e releituras ou para ler a história da Inconfidência Mineira*, 1989, p. 87-88.

¹⁹⁴ IGLÉSIAS. *Os historiadores do Brasil*, 2000, p. 60-62. Segundo o historiador, o IHGB foi “um marco de nossa periodização na história da historiografia que modestamente intentamos [...] a proposta da entidade deveu-se ao Cônego Januário da Cunha Barbosa e ao brigadeiro Raimundo de Cunha Matos, que a apresentaram à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional [...] há no Instituto no início uma linha nativista [...] como se compreende pela proximidade da independência, quando se busca toda e qualquer afirmação [...] traços mais notáveis do órgão, no entanto, são o pragmatismo da história e o gosto da pesquisa. Pretende-se fazer uma história que tenha função pedagógica, orientadora dos povos para o patriotismo, com base no modelo dos antepassados. É o velho conceito da história como mestra da vida que se cultua. Daí certa insistência em biografias de vultos tidos como exemplares”. O IHGB foi concebido dentro de outra instituição da elite, ligada à indústria, também em formação e expansão, e por homens diretamente ligados a essa “classe” de interesses. Vale ressaltar ainda que todo esse gosto patriótico ou nativista permanece sob a proteção do imperador D. Pedro II, que inclusive frequentava as sessões do IHGB e sugeria temas de pesquisa aos seus sócios. Sugeriu, por exemplo, a Joaquim Norberto de Sousa Silva que escrevesse sobre a intencionalidade ou não do descobrimento do Brasil.

¹⁹⁵ MATTOS. *O tempo Saquarema*, 2004. O conceito de Saquaremas adotado pelo autor se encaixa no perfil dos membros do IHGB. “Por dirigentes saquaremas estamos entendendo um conjunto que engloba tanto a alta burocracia imperial – senadores, magistrados, ministros e conselheiros de Estado, bispos, entre outros – quanto aos proprietários rurais localizados nas mais diversas regiões e nos mais distantes pontos do Império, mas que orientam suas ações pelos parâmetros fixados pelos dirigentes imperiais, além dos professores, médicos, jornalistas, literatos e demais agentes “não públicos” – um conjunto unificado tanto pela adesão aos princípios de Ordem e Civilização quanto pela ação visando a sua difusão.” (p. 15)

brilhantes qualidades, enfim, os luso-brasileiros exemplares, cujas ações pudessem tornar-se modelos para as futuras gerações.¹⁹⁶

A partir do século XIX e principalmente da Independência, os historiadores foram convocados a investigar as raízes da história do Brasil¹⁹⁷ e tiveram mesmo um papel contundente na formação da nacionalidade brasileira, mas é necessário esclarecermos que nacionalidade era essa. Como se trata de um grupo de elite, de letrados, como é que seus trabalhos poderiam atingir um público mais amplo? Trata-se da recepção e da difusão do que se produzia no IHGB, tema que tem sido estudado agora, por exemplo, com a historiografia das disciplinas escolares, com os trabalhos sobre o magistério no Oitocentos e dos livros didáticos. A historiografia do século XIX deixa algumas marcas impregnadas na formação da nacionalidade do Brasil, apenas esclarecidas depois de trabalhos atuais.

[...] os legados, as heranças foram marca indelével de determinada historiografia sobre a Independência, mesmo a apontada como fundadora, como é o caso da obra de Varnhagen, apenas precedida pela proposta de Martius cujas premissas, contidas em sua monografia vitoriosa no concurso promovido pelo IHGB, “Como escrever a História do Brasil”, o autor de *História Geral do Brasil* pretendeu desenvolver em sua obra.¹⁹⁸

Von Martius, em sua monografia publicada na *Revista do IHGB*, em 1845¹⁹⁹, havia dado ênfase à questão brasileira da mescla de raças, mas privilegiava a raça branca e considerava que o historiador do Brasil devia centralizar suas atenções no imperador e enfatizar a unidade brasileira. Von Martius afirma ainda que “a extensão

¹⁹⁶ REIS. *As identidades do Brasil*, 1999, p. 25.

¹⁹⁷ Não que deixasse de haver uma historiografia antes disso. Cf. KANTOR. *Esquecidos e renascidos*, 2004. O trabalho da autora é sobre eruditos que se reuniram na cidade de Salvador para fundar a Academia Brasílica dos Esquecidos (1724) e a Academia Brasílica dos Renascidos (1759) com a intenção de escrever a história da América portuguesa, no que foi considerado a pré-história da historiografia brasileira. DIAS. Aspectos da ilustração no Brasil, 2005. A autora trata em seu trabalho de “certos aspectos da mentalidade de uma geração que participou da Independência e que tem raízes nas primeiras tentativas dos brasileiros de adaptar às condições de seu meio, a cultura ‘ilustrada’ da Europa no século XVIII; características de pensamento que continuam depois pelo século XIX adentro”, e esclarece ainda que se refere “às atividades dos brasileiros formados nas primeiras universidades europeias, principalmente Coimbra, a partir de 1772, e também Montpellier, Edimburgo, Paris e Estrasburgo.” (p. 39) Esses “formados” em Coimbra nos interessam, pois envolvem os letrados idealizadores da Inconfidência Mineira e vão interessar também aos intelectuais do IHGB. REIS. *As identidades do Brasil*, 1999: “Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-78) é considerado o ‘Heródoto brasileiro’, portanto, o fundador da história do Brasil, mesmo se antes dele, entre outros, Pero de Magalhães Gândavo, frei Vicente do Salvador, Sebastião da Rocha Pita, Robert Southey escreveram, respectivamente, *História da província de Santa Cruz* (1576), *História do Brasil* (1627), *História da América portuguesa* (1730), *História do Brasil* (1810). Southey disputa com Varnhagen, sem nunca ter estado no Brasil, aquele título historiográfico.” (p. 24)

¹⁹⁸ GONÇALVES. *Estratificação social e mobilizações políticas na formação do Estado Nacional brasileiro*, 2008, p. 22.

¹⁹⁹ REIS. *As identidades do Brasil*, 1999, p. 27.

territorial dificulta essa unificação, ele propõe que se façam histórias regionais que garantam uma direção rumo à centralização. Por exemplo: as histórias de São Paulo, Minas Gerais, Goiás são convergentes²⁰⁰ numa proposta de reunir tematicamente as regiões do Brasil em grandes blocos por proximidade e características geográficas. Para ele essa história deveria realizar um elogio ao Brasil, deveria ser “uma história que não falasse de tensões, separações, contradições, exclusões, conflitos, rebeliões, insatisfações, pois uma história assim levaria o Brasil à guerra civil e à fragmentação²⁰¹”, o que comprometeria os projetos nacionais de se constituírem na nação poderosa que almejavam. Conforme analisado anteriormente, vemos contemplados sob a perspectiva de Von Martius as preocupações com o que chamamos um “Estado pluriétnico” e a busca por soluções para esse Estado através de uma nacionalidade unificadora. Vemos também a valorização da regionalidade, relacionada à pátria de Minas, São Paulo ou Pernambuco, por exemplo, transformando seus aspectos positivos em nacionalidade brasileira.

É a partir do plano de Martius que Francisco Adolfo de Varnhagen, que considerava a si próprio o primeiro historiador brasileiro²⁰², se entregou às investigações que culminaram com a publicação de *História Geral do Brasil*, em 1850, concebida sob o ponto de vista das elites brancas e a proteção do Poder Monárquico.

A perspectiva do autor, resumida na ideia de que a História do Brasil constituiu-se como um ramo da História de Portugal, por si só afastaria qualquer possibilidade de ruptura entre o passado colonial e a nação independente, cabendo à Monarquia o trunfo da preservação da unidade territorial, espaço cuja dimensão estaria à altura do projeto civilizacional empreendido pelos portugueses.²⁰³

Varnhagen considerava, por exemplo, a exaltação dos índios injusta para com os colonizadores²⁰⁴; para ele, “a colonização portuguesa era vista como bem-sucedida [pois] trouxera a civilização européia, a religião cristã e tornara produtiva uma região abandonada e desconhecida²⁰⁵”, replicando o olhar do colonizador. Mas, como observa

²⁰⁰ REIS. *As identidades do Brasil*, 1999, p. 27.

²⁰¹ REIS. *As identidades do Brasil*, 1999, p. 28.

²⁰² COSTA. A independência na historiografia brasileira, 2005: “A *História Geral* tratou de três séculos de colonização portuguesa na América *como processo de constituição de uma nacionalidade*, o que significava tomar uma posição nítida no intenso debate que envolvia as elites letradas do Segundo Reinado, aglutinadas em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838).” (p. 57)

²⁰³ GONÇALVES. *Estratificação social e mobilizações políticas na formação do Estado Nacional brasileiro*, 2008, p. 22.

²⁰⁴ REIS. *As identidades do Brasil*, 1999, p. 29.

²⁰⁵ REIS. *As identidades do Brasil*, 1999, p. 32.

José Carlos Reis²⁰⁶, qualquer posição diferente indicaria um Varnhagen e uma obra fora de sua atmosfera e de seu tempo.

É nessa perspectiva, que podemos entender a condenação do autor aos movimentos de contestação ao domínio português em fins do século XVIII e primeiras décadas do XIX, sobretudo pela ameaça que representaram, no caso da Conjuração Mineira, à unidade da nação, pois de seu êxito resultaria “Uma pequena república encravada no império” estimulando a que outras nações se aproveitassem “da quebra da unidade [para] lutar por outros territórios brasileiros”; o que não seria diferente no caso da Revolução Baiana, com o agravante de que se teria constituído “um arremedo do horror da Revolução Francesa”; ou ainda da Revolução Pernambucana de 1817, totalmente “desprovida de sentido” visto já ser a independência do Brasil uma realidade pelo menos desde 1808.²⁰⁷

Segundo José Carlos Reis, o pensamento de Varnhagen sobre os acontecimentos de 1789 considerava o seguinte:

Em Minas, alguns planos aéreos de insurreição foram logo denunciados e severamente punidos. Na verdade, ele acusa, só houve um verdadeiro rebelde: Silva Xavier. Uma figura antipática, feia e espantada, ambiciosa, que se tinha dado mal no exército e na mineração e só era hábil dentista. Era pobre, sem respeito e louco. Seu pensamento estava abrasado por patriotismo e independência. O patíbulo deu-lhe a glória que jamais teria tido vivo. Infeliz! Seus companheiros não eram tão febris quanto ele. Tomás Antônio Gonzaga não era um conspirador. Varnhagen lamenta a violência da repressão, mas a considera necessária. E se vencesse a revolução, ele pergunta, o Brasil estaria hoje em melhor estado? [...] Felizmente, a providência veio em socorro do Brasil e o manteve unido, resguardando-o na única situação em que podemos procurar ser felizes e fazer-nos respeitar como nação.²⁰⁸

Varnhagen chega a afirmar que o patíbulo havia dado glória a “Tiradentes”, mas tenta detratar sua imagem por causa do compromisso desses historiadores e literatos com a Casa de Bragança, principalmente pelo mecenato exercido por D. Pedro II. Para reforçar a detração à imagem do herói enforcado, aqueles literatos enaltecem a imagem de Tomás Antônio Gonzaga que levaram a herói e carrega consigo *Marília*.

²⁰⁶ REIS. *As identidades do Brasil*, 1999: “Os sujeitos da história do Brasil são o homem branco e o Estado Imperial. O passado colonial deve ser reconstituído como suporte de um Brasil branco e europeu. O problema político que os historiadores brasileiros enfrentavam teoricamente nos anos 1840-50 era o da transformação da ex-colônia em uma nação. A colônia tinha legado uma sociedade heterogênea, incompatível social e etnicamente. Parecia impossível estruturar uma nação a partir desse legado colonial. Como transformar em cidadãos indivíduos que sempre mantiveram uma relação de exploração social e étnica? Como organizar um país com tais dados? Isto é, sem população livre? Era preciso criar uma ideia de homem brasileiro, de povo brasileiro, no interior de um projeto de nação brasileira.” (p. 31) Isso reforça a ideia de uma nação política que pudesse dar soberania ao governante e unificar o país, como já foi mencionado.

²⁰⁷ GONÇALVES. *Estratificação social e mobilizações políticas na formação do Estado Nacional brasileiro*, 2008, p. 22-23.

²⁰⁸ REIS. *As identidades do Brasil*, 1999, p. 45.

Joaquim Norberto de Sousa Silva

Desde que os envolvidos foram punidos, considerado “perigoso e maldito, o tema da Inconfidência nasce para a historiografia através da obra do inglês Robert Southey, publicada em 1810 e 1819”²⁰⁹. Joaquim Norberto é o primeiro historiador brasileiro a valorizar o movimento ou aprofundar as pesquisas para esclarecimento e escrever uma obra totalmente dedicada ao assunto. É um dos principais agentes que contribuiu para o processo de construção da imagem de heróis atribuída aos envolvidos na Inconfidência Mineira, dando grande proeminência aos sujeitos letrados e agraciando Gonzaga e os demais inconfidentes com esse *status*, ainda durante o Império. O autor dá grande destaque também a *Marília de Dirceu*, tanto na obra sobre a Inconfidência quanto em outras.

No livro *História da Conjuração Mineira: estudos sobre as primeiras tentativas para a Independência Nacional* – baseados em numerosos documentos impressos ou originais existentes em várias repartições, Joaquim Norberto de Sousa Silva concordou com o posicionamento de Varnhagen, principalmente sobre a admiração a Tomás Antônio Gonzaga e a antipatia a “Tiradentes”, a quem considera de família “modesta” e um injustiçado “esquecido em todas as promoções que se faziam em seu regimento”²¹⁰. Condenado a ficar estacionado no posto de Alferes, atingira a idade de trinta e nove anos preterido pelos seus inferiores”²¹¹. Em sua concepção - por ser preterido, teria se tornado ambicioso -, a vingança teria lhe subido à cabeça e teria sido melhor que “fosse ele prudente e não passasse do amor da pátria ao exaltado fanatismo”²¹². A rejeição de Joaquim Norberto a Tiradentes fica evidente no livro.

A sua fisionomia nada tinha de simpatia e antes se tornava notável pelo [que] quer que fosse de repelente, devido em grande parte ao seu olhar espantado. Possuía, porém, o dom da palavra e expressava-se as mais das vezes com entusiasmo; mas sem elegância nem atrativo, resultado de sua educação pouco esmerada; ouvindo-o porém na rudeza de sua conversação, gostava-se da sua franqueza selvagem, algumas vezes por demais brusca e que quase sempre degenerava em leviandade, de sorte que uns lhe davam o característico de herói e outros de doido.²¹³

²⁰⁹ RESENDE. *Inconfidência Mineira: leituras e releituras ou para ler a história da Inconfidência Mineira*, 1989, p. 86.

²¹⁰ Novas pesquisas apontam um Tiradentes não tão pobre (FURTADO. *O manto de Penélope*, 2002) nem ignorante (SOUZA. *O Tiradentes leitor*, 2008) e um Tomás Antônio Gonzaga, esse sim, sem riquezas (FURTADO. *O manto de Penélope*, 2002).

²¹¹ SILVA. *História da Conjuração Mineira*, 1873, p. 75.

²¹² SILVA. *História da Conjuração Mineira*, 1873, p. 78.

²¹³ SILVA. *História da Conjuração Mineira*, 1873, p. 74.

Não é nosso objetivo detalhar o movimento da Inconfidência Mineira, já tão devassado em estudos específicos e que verticalizaram seu entendimento em vários aspectos da trama. Interessa-nos conhecer o posicionamento historiográfico que no século XIX levou à construção da imagem de heróis para os envolvidos na Inconfidência Mineira. Também não é possível ampliarmos a análise para um grande número de envolvidos. Por isso, concentraremos o estudo na figura de Tomás Antônio Gonzaga, noivo de Maria Doroteia Joaquina de Seixas e considerado por nós como um representante dos letrados envolvidos e responsável pela notoriedade atribuída à figura de *Marília de Dirceu*. A rivalidade intelectual criada entre Tiradentes e Gonzaga pelos intelectuais do IHGB pode demonstrar como alguns daqueles homens se utilizaram da desvalorização da imagem de Tiradentes para valorizar a imagem de Gonzaga.²¹⁴

O trabalho de Joaquim Norberto deixa visível a exposição e a relevância dada por ele à diferença de instrução e de origem social, por exemplo, entre Gonzaga e Tiradentes. O poeta mineiro era admirado por ele e outros escritores brasileiros e membros do IHGB, talvez por ter estudado em Coimbra, passado por cargos importantes dentro da administração portuguesa, como outros envolvidos, magistrados e poetas admirados pela geração romântica brasileira.

Joaquim Norberto e, antes dele, Varnhagen²¹⁵ haviam restabelecido intelectualmente no Brasil a discussão sobre o movimento rebelde de 1789. Justamente

²¹⁴ LAPA. Tiradentes e Gonzaga, 1958. Essa polarização entre Tiradentes e Gonzaga se manteve na historiografia, por evidências apontadas nos depoimentos dos *Autos de Devassa* e por Lapa, por exemplo, em conferência realizada a 21 de abril de 1958, em Ouro Preto, para as festividades de Tiradentes quando o autor vai “focar em breve relance as duas figuras cimeiras da Inconfidência, que são sem dúvida Tiradentes e Gonzaga. O confronto é aliciante e deveras instrutivo. Quis o destino adverso que estes dois homens se não estimassem nem entendessem; mas manda a justiça dizer que o mais humilde deles, na hora suprema da verdade, deu ao outro uma lição de tolerância e nobre perdão das ofensas. O Alferes, nesse instante, excedeu de muito o altivo Desembargador. No momento em que Tiradentes estava defendendo Gonzaga, empenhando-se em arredá-lo da conjura, estava o Ministro no seu cárcere do Rio de Janeiro interessado em fazer poeticamente a sua defesa.” Não gostaríamos de incorrer aqui em anacronismo, usando opiniões do século XX para uma festividade que já aparece institucionalizada ao festejo de Tiradentes, como maior herói da Inconfidência. Fazemos isto para demonstrar que essa “rivalidade” intelectual parece ter sido criada ainda no século XIX e também para ressaltar o fato de que o contexto que Joaquim Norberto encontrou, à primeira vista, nos *Autos de Devassa*, onde Tiradentes, não alinhado à elite intelectual e que não negou veementemente sua participação no movimento, somado ao uso que Gonzaga fez dos seus poemas de *Marília de Dirceu* escritos na prisão (a segunda parte do livro), entendidos hoje como uma sua defesa das acusações de traição à Coroa Portuguesa, pode ter contribuído para a antipatia dos intelectuais do IHGB ao Alferes e o enaltecimento do Desembargador e poeta.

²¹⁵ CEZAR. Varnhagen em movimento: antologia de uma existência, 2007: “sua postura crítica em relação aos índios o afastou desta versão brasileira do romantismo. Apesar disso, ele parece guardar preceitos da atmosfera romântica, desde, por exemplo, a busca pelo original e pelo nacional até a paixão pelas viagens [...] acima de tudo é autor de uma obra imensa, que, embora a partir de um certo momento privilegie a história, atravessa vários domínios, da literatura à crítica literária, passando pela biografia, pela etnologia, pela política e diplomacia, pela economia e mesmo pela filosofia. Vários campos de saber

o tema que Von Martius aconselhara ignorar no século XIX, para não causar uma guerra civil na nação recentemente independente, e que Maria Odila Dias disse que se deveria evitar, pois confunde as reais intenções da emancipação brasileira no início do século XIX e nubla as interpretações historiográficas.

Joaquim Norberto parece querer deixar registrada em sua obra uma posição que demonstre que os magistrados nada almejavam contra o rei, apenas houve na figura de Tiradentes um “doido” e sua “leviandade”. Se os amotinados desejavam algo, talvez fosse uma república para a pátria de Minas: um erro por conspirarem contra a casa real, mas que, no conjunto de ideias iluministas, pensado pelo brilhantismo dos envolvidos, poderia ser considerada entre “as primeiras tentativas de independência nacional”. Por outro lado, Tiradentes considerou abusivos os impostos cobrados pela coroa no período da Inconfidência e que “o vexame em que trazia os povos pela sua opressão, tornava ainda mais desejada a emancipação política, e com ela a aquisição de todos os direitos civis” diante desse quadro de aperto fiscal e escassez de recursos para o cumprimento das exigências do fisco. “Os povos desanimaram, e do desânimo passaram à murmuração”²¹⁶. No mesmo capítulo, acima citado, o autor chega a dizer que o povo era tiranamente oprimido, por exemplo, e as afirmações nesse sentido são tantas que teríamos que reproduzir aqui uma infinidade de citações.

Analisando de perto o discurso inserido na *História da Conjuração Mineira*, de Joaquim Norberto, o que esses homens da elite letrada, inseridos no IHGB e ligados ao Império²¹⁷, queriam era a emancipação econômica e cultural, mas sem perder a ligação política primordial com a civilização europeia e todos os benefícios civilizatórios que ela representava e trazia de concreto, incluindo a possibilidade de negócios, ampliada depois da abertura dos portos, além de outros benefícios e melhorias nunca imaginados sem essa proximidade. Um último ponto importante é a discordância de Joaquim Norberto com os inconfidentes no que se refere ao desmembramento do território nacional e seu fracionamento caso aquela república almejada para as Minas Gerais tivesse vingado.

escritos (em diversos idiomas), todos aproximadamente da mesma maneira: sem estilo, sem elegância, em suma, uma linguagem nada apropriada [...] Varnhagen não escrevia, redigia.” (p. 162)

²¹⁶ SILVA. *História da Conjuração Mineira*, 1873, p. 53-54.

²¹⁷ GONÇALVES. Aspectos da história e da historiografia sobre o Brasil e Portugal das primeiras décadas do século XIX, 2012: “Se a categoria Império luso-brasileiro é central para explicar as relações entre colônia e metrópole, sobretudo em fins do século XVIII e início do XIX, mais destaque ela ganha na conjuntura que vai desde a vinda da família real para a América até cerca de dez anos após a Independência do Brasil, tanto em Portugal quanto na sua ex-colônia.” (p. 33)

Comparando novamente o trabalho de Varnhagen com o de Joaquim Norberto, a diferença que podemos apontar é que se o primeiro considerou a Inconfidência uma insurreição insignificante e seu desmantelamento necessário, o segundo considerou-a um movimento precursor da independência brasileira. Maria Efigênia resende considera que, “na sua proposta de leitura dos ADIM, Souza e Silva revela certa percepção do sentido político-ideológico, subjacente à sentença, única parte do processo à qual até então se tivera acesso”. No entanto, ele não deixa de ser um legítimo homem do IHGB e, “embora capte os interrogatórios como cheios de ‘argúcias e artifícios’[,] ele não consegue transcendê-los”²¹⁸. Como já foi tão enfatizado, a independência representava mais continuidades que rupturas com os antigos colonizadores portugueses do ponto de vista intelectual e na historiografia que também estava em processo de construção.

Pensou-se por muito tempo não só na Europa como entre nós, que a malograda conjuração de Minas Gerais do ano de 1789 não passara de uma invenção do governo colonial, que tinha por fim derribar a influencia de alguns brasileiros distintos por seus conhecimentos, afamados por seus talentos, conhecidos por suas obras e respeitáveis por suas riquezas.²¹⁹

O autor valoriza e enaltece, com algumas reservas, o movimento mineiro, cujos detalhes históricos, na opinião dele, mereciam e precisavam vir à tona depois do esquecimento de tantos anos. O tema ainda era um tabu no início do século XIX, pois os representantes dos responsáveis pela repressão ao movimento estavam no poder no Rio de Janeiro. Era preciso tato para falar do assunto sem ofender a casa reinante, mas ao mesmo tempo, redimir os intelectuais participantes do movimento de 1788-89 - homens cujas obras os haviam tornado conhecidos e a riqueza os havia tornado respeitáveis. Essas características vincaram a diferença entre os participantes ilustres e aquele a quem se atribuiu toda a culpa pelo exagero nas atitudes que poderiam ser consideradas antipatrióticas e cuja ruptura definitiva ou desmembramento territorial representariam grande prejuízo para o Brasil.

Com a vinda da família real para o Brasil avultou na Europa o nome do gigante do novo mundo; começou-se a falar na opulência, riqueza e fertilidade da possessão americana que contava Portugal, e que já a esse tempo competia com a metrópole.²²⁰

²¹⁸ RESENDE. *Inconfidência Mineira: leituras e releituras ou para ler a história da Inconfidência Mineira*, 1989, p. 88.

²¹⁹ SILVA. *História da Conjuração Mineira*, 1873, p. 11.

²²⁰ SILVA. *História da Conjuração Mineira*, 1873, p. 12.

O discurso é de louvor à vinda da Família Real, exaltando a competição e a virada da colônia sobre a capital lusitana, além da “opulência”, “riqueza” e “fertilidade” que a Monarquia instalada no Rio de Janeiro traria para os súditos da nação portuguesa dessa parte do Atlântico.

Pouco a pouco, porém, foram-se desassombrando os ânimos da funesta e bárbara impressão das cenas de sangue dessa tragédia representada pelo governo colonial com suas peripécias calculadas de antemão; *veio depois a publicação das liras de Gonzaga tão suaves, tão ternas e tão harmoniosas*, falando a linguagem familiar sem degenerar em trivial, recordar os padecimentos do seu autor, trazer à lembrança o seu nome, e os seus amigos, e despertar as simpatias não só pelo infortúnio do poeta encarcerado, carpindo suas saudosas [endeixas] ao tinir de seus grillhões, como pela paixão do infeliz e desgraçado amante arremessado à praias inóspitas do desterro.²²¹

Para Joaquim Norberto, dentre os revoltosos letrados Gonzaga aparece como o protagonista mais admirado. Ao mesmo tempo, o autor e sua poesia, onde figurava a imagem de Marília, poderiam redimir toda a brutalidade e atitudes assombradas daqueles tempos, tanto do movimento quanto da repressão que a debelou. Ao contrário do homem sem instrução que Joaquim José da Silva Xavier representava, Gonzaga deixou um legado de poemas de tamanha perfeição e leveza que era capaz de despertar as mais afamadas simpatias. Em linguagem poética e metricamente rimada de um mundo letrado e erudito, Gonzaga, encarcerado “injustamente” na Ilha das Cobras e falando naquela pátria das Minas Gerais, louvando a saudade da musa amada, que fora obrigado a deixar em Vila Rica por causa da repressão do movimento de cuja participação se dizia inocente, consegue representar em versos a paisagem e não o território apenas, o sentimento afetivo de pátria transformado em nacionalidade brasileira e não apenas o desejo imperial de manter suas possessões intactas. Uma operação próxima à descrita por Fernando Catroga:

(...) no significado de pátria, a população e, em certa medida, o território tendem a sobrepor-se à faceta institucional, e a sua funcionalidade é dita numa linguagem lírica, afetiva e material, que antropomorfiza, tanto o território, transformando-o em paisagem, como a população, que se metamorfoseia numa comunidade fraternal.²²²

O campo literário invade o histórico - a partir disso, o poder da poesia de Gonzaga teria sido capaz de suavizar a instância dura e fria das instituições impositivas e unificar a nacionalidade brasileira através dos sentimentos de apropriação da terra de

²²¹ SILVA. *História da Conjuração Mineira*, 1873, p. 11-12. Grifo nosso.

²²² CATROGA. *Pátria, nação e nacionalismo*, 2010, p. 22.

nascimento, do lugar em que se deixou tudo que era representativo, desde os ideais de criação de uma república até a mulher amada com quem pretendia formar uma família, um verdadeiro lar, dar continuidade à família brasileira.

Posteriormente, esses sentimentos da pátria regional seriam ampliados aos sentimentos de nacionalidade brasileira. A construção da imagem de heróis se dá pelo que fizeram de sacrifício de suas vidas pessoais pelo bem-comum. Nesse caso, Maria Doroteia, a *Marília de Dirceu*, fez o sacrifício maior de permanecer sozinha no lugar onde tudo aconteceu, ser a interlocutora, principal musa inspiradora e mulher idealizada a partir da qual, segundo os românticos brasileiros, todos os versos de Gonzaga foram criados e deixados para a posteridade.

Gonzaga, em seu depoimento, afirma ser inocente e tenta justificar sua permanência em Vila Rica. Joaquim Norberto tenta em tudo dar a Gonzaga uma imagem imaculada. Quando convidado, segundo o autor, para ir a Lisboa, teria se esquivado de sair de Vila Rica, não pela participação nas reuniões conspiratórias, mas por compromissos pessoais.

Desculpou-se o ex-ouvidor com a licença que impetrara da Corte de Lisboa para o seu casamento, pois as pessoas distintas e de representação não podiam contrair relações matrimoniais na colônia sem tal permissão. Nessa demora quiseram ver os seus inimigos que eram poderosos, o maior indício de que abraçava a causa do levante e que era o seu mais prestimoso chefe; pois que a não ser assim devia apressar-se em ir tomar posse do seu novo emprego pela figura que passava a fazer e mui principalmente por não ter rendimento algum, e estar perdendo os do lugar em que fora provido, além de seu adiantamento. E não pouco concorreu a demora para dar peso ao boato fundado ou não de que ele se encarregara da colaboração das leis para a nova república.²²³

O autor está se baseando principalmente nos depoimentos das devassas para fazer seus julgamentos.

De fato, Maria Doroteia é utilizada por Gonzaga como principal álibi para justificar, em seu depoimento, o motivo que fazia com que ele estivesse em Vila Rica quando já poderia ter ido assumir alto posto de desembargador no Tribunal da Relação da Bahia, conforme mencionado anteriormente. A noiva é inserida por Gonzaga como importante sujeito histórico no contexto da Inconfidência Mineira. A partir daí será vinculada à personagem lírica *Marília de Dirceu*, num processo de construção iniciado

²²³ SILVA. *História da Conjuração Mineira*, 1873, p. 138.

pelos românticos brasileiros, onde se inclui o próprio Joaquim Norberto, como veremos no próximo capítulo.

Joaquim Norberto atribuiu a Gonzaga participação na Inconfidência como uma das “inteligências” na liderança intelectual do movimento, embora nos depoimentos ele negasse sua participação ou traição à Coroa portuguesa.

(...) participação de Gonzaga, de Cláudio e do Cônego Vieira, as três inteligências mais eruditas de Minas Gerais, na época. Não há dúvida que os três se interessaram com maior ou menor cautela pelo movimento. Desejavam, senão uma revolução e uma república, pelo menos reformas que aliviassem os rigores do sistema colonial e colocassem talvez mesmo o Brasil num pé de igualdade com Portugal, solução que mais tarde será adotada. Ainda muito ligados à cultura portuguesa, hesitariam em quebrar os laços que os uniam à pátria lusitana.²²⁴

Joaquim Norberto de Sousa Silva teve o grande mérito de ser o primeiro a escrever um trabalho histórico documentado, completo e de fôlego sobre o movimento que preferiu chamar de Conjuração Mineira.²²⁵ Utilizou os autos das duas devassas, a do Rio de Janeiro e a de Minas Gerais, além de outros documentos. As ideias sobre o livro começaram a ser esboçadas quando ele teve acesso à documentação dos processos de devassa em uma das secretarias do Império, em que trabalhou em 1859. No ano seguinte fez a primeira leitura avaliando as fontes disponíveis e solicitando outras para compor o quadro mais fiel e documentado sobre o assunto até então. A partir daí, o autor fez requerimento “junto às diversas repartições públicas e ordens religiosas – de documentos que eram necessários para que ele conseguisse preencher as lacunas que considerava ainda existir na história da conjuração mineira”²²⁶. Empreendeu minuciosa investigação recolhendo documentos de várias outras instituições oficiais a que teve acesso pelo privilégio que os cargos públicos e a inserção no IHGB ofereciam e conseguiu reunir numerosa documentação relacionada ao processo.²²⁷

²²⁴ HOLLANDA. Introdução geral, 1997, p. 401.

²²⁵ FURTADO. *Inconfidência Mineira*, 2000, p. 44, nota 53.

²²⁶ SOARES. *Joaquim Norberto de Souza Silva: Historiador*, 2002, p. 66.

²²⁷ Segundo a pesquisadora Sônia Soares, citada na nota anterior, em sessão do IHGB “de 18 de novembro de 1859, Joaquim Norberto apresentou sete propostas ao IHGB referentes à Conjuração Mineira”, resumindo-se a pedidos de cópia de documentação: 1) pedir ao Ministério do Império “a sentença proferida pela alçada contra os conjurados Mineiros de 1789”; 2) requerer junto ao Ministério da Guerra uma cópia de quaisquer documentos relativos à Conjuração Mineira; 3) solicitar ao presidente da Província de Minas Gerais “a remessa de cópias dos atos oficiais [...] do Visconde de Barbacena [...] relativos à conjuração mineira”; 4) pedir ao Ver. Ministro Provincial do Convento de Santo Antônio correspondências e ordens dadas relativas às confissões dos indivíduos que figuravam na conjuração mineira; 5) pedir à administração “da venerável Ordem Terceira da Penitência desta corte, cópia de quaisquer ordens dadas pelo vice-rei D. Luiz de Vasconcellos e Souza, quando mandou praticar, no edifício do hospital da mesma ordem, segredos para os presos incomunicáveis [...]”; 6) pedir ao “Ver.

Foram 14 anos desde que teve acesso à documentação até a publicação do livro, em 1873. Durante esse período, conseguiu localizar, dentre outros, o texto de Frei Raimundo de Penaforte chamado "Memória do êxito que teve a Conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro desde o dia 17 até 26 de abril de 1792", a princípio de autoria anônima e que ajudou a completar a visão dada pelos depoimentos das devassas.

Francisco Iglésias esclarece que Joaquim Norberto “nada produziu, no entanto, que lhe fixasse o nome. Este ficaria como historiador pelo estudo da conjuração mineira”²²⁸; mas, se Iglésias lhe tira alguns méritos, lhe dá outros.

O livro é fruto de muita pesquisa e tem sentido crítico, na exposição dos 19 capítulos. As fontes disponíveis foram usadas, muitas delas até aí desconhecidas. É o primeiro escrito considerável sobre o movimento de 1788-89, pois, apesar da distância de mais de oitenta anos, ainda se temia tocar no assunto. Afinal, a dinastia bragantina, firme no trono, fora a grande repressora. Norberto estuda o ambiente, os motivos, a trama. A principal acusação até hoje feita à obra é o tratamento severo a Tiradentes, cuja atuação é menosprezada ou subestimada. O certo é que o livro é bem construído, de estrutura harmoniosa.²²⁹

A obra minuciosa de Joaquim Norberto de Sousa Silva, seria, então, a primeira a reunir em uma publicação, no campo da história, um discurso que pode ser considerado responsável pela “invenção da tradição”²³⁰ e construção de uma imagem para os “heróis da Inconfidência Mineira” ou ainda pela criação do “discurso fundador”²³¹ sobre o movimento, criando uma nova tradição capaz de reinventar uma imagem para os

Prior do Convento das Carmelitas desta corte cópia do sermão que pregou Frei Fernando de Oliveira Pinto no Te-Deum que cantou em ação de graças pelo benefício de ficar esta cidade livre do contágio da conjuração mineira, na Ordem Terceira do Carmo no dia 26 de abril de 1792 [...]”; 7) solicitar à Câmara Municipal do Rio de Janeiro “cópia de todos os atos relativos à conspiração mineira de 1789 existentes no seu arquivo, bem como o que constar das atas do antigo senado relativo ao mesmo objeto desde 1789 até 1792.” (p. 140-142)

²²⁸ IGLÉSIAS. *Os historiadores do Brasil*, 2000, p. 107.

²²⁹ IGLÉSIAS. *Os historiadores do Brasil*, 2000, p. 107.

²³⁰ HOBSBAWM; RANGER. *A invenção das tradições*, 1984: “Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”. (p. 9)

²³¹ SOARES. *Joaquim Norberto de Sousa Silva: Historiador*, 2002: “A obra *História da Conjuração Mineira* é importante porque criou uma nova tradição, deu um novo significado ao movimento das Minas Gerais, e é a partir desse trabalho, que novos estudos surgiram e, ainda hoje, é utilizado como fonte por inúmeros pesquisadores que se dedicam aos estudos da Conjuração Mineira. Portanto, ele pode ser considerado como sendo o discurso fundador dessa historiografia.” (p. 144-145) A autora usa a noção de discurso fundador apresentada por Eni P. Orlandi. Ou seja, ele “cria uma nova tradição, ele resignifica o que veio antes e institui aí uma memória outra”. Com base nas noções de tradição inventada e discurso fundador, é possível compreendermos a importância do trabalho de Joaquim Norberto para a construção da imagem dos heróis da Inconfidência Mineira.

envolvidos no movimento rebelde, exemplarmente punido pela Coroa portuguesa. Segundo a visão, por exemplo, de Luciano Figueiredo, o trabalho de Joaquim Norberto foi “verdadeiro marco que reinaugurou a historiografia da Conjuração, sobretudo por revelar movimentos e ações inexistentes nas obras de seus antecessores”; para além disso, por ter sido “densamente documentado [...], abriria definitivamente e irreversivelmente caminhos de investigação. Pode-se dizer que aí começava a historiografia da Conjuração”²³².

Ainda no que diz respeito à reabilitação de personagens e dos movimentos nos quais estiveram envolvidos, é interessante considerarmos, ainda que brevemente, a opção de Joaquim Norberto pelo termo Conjuração, em lugar de Inconfidência, durante o período imperial e como membro do IHGB, o qual, como já foi dito, tinha como benfeitor e frequentador D. Pedro II, o imperador, descendente direto da família real portuguesa. Joaquim Norberto foi um dos primeiros historiadores a utilizar o termo conjuração, antes utilizado pela literatura.²³³ O termo inconfidência²³⁴ era mais conhecido da historiografia pela designação de infidelidade ao príncipe, enquanto conjuração seria simplesmente a reunião de pessoas para um fim comum. Se ele modificou o uso dos termos com o qual denominou o movimento significa que sinalizou alguma mudança no olhar sobre o assunto, mesmo que imperceptível durante o seu próprio tempo.

Apesar do resultado frustrado do movimento, ele é amplamente conhecido como a “primeira conspiração antiportuguesa séria [de] um grupo de cidadãos proeminentes [que] planejavam assassinar o governador e proclamar uma república independente”²³⁵; pensa-se também que a “manifestação de rebeldia mais importante ocorrida no Brasil, a partir de fins do século XVIII, foi a chamada Inconfidência Mineira. Sua importância não decorre do fato material, mas da construção simbólica.”²³⁶

²³² FIGUEIREDO. Painel histórico, 1996, p. XXII.

²³³ SOUSA. *Gonzaga ou a Conjuração do Tiradentes*, 1848. O autor do referido romance também já havia utilizado o nome de conjuração em sua obra literária.

²³⁴ BLUTEAU. *Vocabulário portuguez & latino*, 1712-1728; PINTO. *Diccionario da Lingua Brasileira*, 1832. O dicionário de Rafael Bluteau dá significados em certo ponto semelhantes para as duas palavras, denominando por inconfidência a “falta de fidelidade ao seu príncipe” e por conjuração a “união de várias pessoas para a morte de um príncipe ou para a ruína de um Estado”. O dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto, já do século XIX e cujo título chama a atenção por dar ênfase ao vocabulário brasileiro, denomina por inconfidência “falta de fidelidade”; por inconfidente, “infiel ao governo”; por conjuração, “liga de pessoas para algum fim” e por conjurar, “entrar em alguma conjuração: unir-se com outros contra alguém”.

²³⁵ SKIDMORE. *Uma história do Brasil*, 1998, p. 53.

²³⁶ FAUSTO. *História concisa do Brasil*, 2011, p. 63.

É interessante vermos que ao longo da própria “construção” historiográfica houve tentativas de aproximação entre eventos tão distintos. As motivações que levaram os letrados mineiros à rebelião são diferentes das que culminaram no Grito do Ipiranga e também são diferentes das motivações acalentadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ao longo do Império. Mesmo se analisássemos um desses processos separadamente veríamos que dentro de cada um deles os seus agentes também tinham diferentes motivações para se inserirem neles.

Com a obra de Joaquim Norberto foi quebrado o tabu de um autor brasileiro abordar e tentar entender historicamente os fatos referentes à Inconfidência Mineira durante o século XIX, com os descendentes da Família Real portuguesa ainda no poder.

“Marília de Dirceu” – brasileira célebre

A ligação de Joaquim Norberto com Maria Doroteia, através da figura lírica de *Marília de Dirceu*, não se restringe à sua *História da Conjuração Mineira*. Em 1862 ele publicou o livro *Brasileiras célebres*²³⁷, que o editorial da Garnier chamou de “galeria das senhoras brasileiras dignas de celebridade” e que o autor inseriu no princípio da busca pelas nacionalidades.

Nação de ontem, o Brasil já escreve a sua história, já tem os seus heróis, que enumeram gloriosas batalhas, que apontam os lugares de suas vitórias; já possui a sua literatura, ao princípio pálida cópia, depois elegante imitação, e por fim donosa originalidade; já conta seus artistas, de não pequena nomeada, já mostra seus homens científicos com sua reputação europeia; [...] e em breve terá seus monumentos históricos como as estátuas equestres de seus imperadores, como a coluna gigantesca de sua independência, como a cruz colossal de seu descobrimento, como os bustos marmóreos de suas celebridades, e pois não serão menos condignas de memória as Brasileiras que se tem distinguido ou se tem tornado célebres.²³⁸

Além de historiador, o autor figura entre os intelectuais brasileiros, românticos do início do século XIX, que se empenhavam explicitamente²³⁹ na “construção” de monumentos físicos e simbólicos, representados por uma galeria de brasileiros ilustres

²³⁷ SILVA. *Brasileiras célebres*, 1862; SOARES. *Joaquim Norberto de Souza Silva: Historiador*, 2002: “Enquanto alguns sócios, entre eles Varnhagen, Macedo e Januário da C. Barbosa se dedicaram a biografias masculinas, Joaquim Norberto inovou e escreveu para a Revista do IHGB duas biografias femininas: uma sobre Rosa Maria de Siqueira e outra sobre Maria Úrsula de Abreu Lencastre. Foi o início de uma série de trabalhos baseados na vida de diversas mulheres; em 1862, essas duas biografias iniciais comporiam com outras dezoito o livro *Brasileiras Célebres*.” (p. 46)

²³⁸ SILVA. *Brasileiras célebres*, 1862, p. 1-2.

²³⁹ São características próprias do Romantismo a busca pelas raízes e originalidade do país na composição das artes, conceitos intimamente ligados à formação da identidade e da nacionalidade. Esses conceitos serão detalhados no próximo capítulo.

entre poetas, cientistas, artistas e mulheres. As biografias²⁴⁰ e os concursos de monografia do IHGB contribuíram muito para a investigação e divulgação de uma história original entre os brasileiros. Em *Brasileiras célebres*, após um capítulo dedicado a introduzir o leitor na história do Brasil, somos apresentados à galeria feminina de Joaquim Norberto, onde figuravam Catarina Paraguaçu²⁴¹; as senhoras pernambucanas Dona Clara Camarão, Dona Maria de Souza, Dona Rosa de Siqueira²⁴²; a jovem pintora e poetisa de Olinda, Dona Rita Joana de Souza; a poetisa do Rio de Janeiro, Dona Ângela do Amaval (*sic*), e uma terceira poetisa, Delfina Benigna da Cunha²⁴³, do Rio Grande do Sul; Maria Úrsula de Abreu Lancaster²⁴⁴ e Joana Angélica²⁴⁵, dentre outras. “O IHGB produziu uma história biográfica”²⁴⁶ e o autor vai criar um livro com biografias rápidas e direcionadas para as mulheres brasileiras que haviam se destacado até o século XIX.

²⁴⁰ OLIVEIRA. *Escrever vidas, narrar a história*, 2009: “No esforço coletivo empreendido para a elaboração da história nacional, os trabalhos biográficos estiveram longe de desempenhar um papel secundário ou mesmo de terem contestado o seu valor historiográfico dentro do Instituto. Entretanto, os usos do gênero pelos seus sócios sempre foram acompanhados pela afirmação da função moralizadora e pedagógica da história, tal como a formulara Cunha Barbosa no discurso inaugural.” (p.20)

²⁴¹ SILVA. *Brasileiras célebres*, 1862, p. 54-82. Segundo o autor, ela era uma bela índia da Tribo dos Tupinambás que, por volta de 1510, foi dada como esposa ao “famigerado Diogo Álvares”, denominado pelos índios de Caramuru. Ela se tornou “mártir do amor conjugal” e a primeira mulher, transformada em cristã pelo batismo, a povoar o Brasil. A história foi transformada em poema por Frei José de Santa Rita Durão.

²⁴² SILVA. *Brasileiras célebres*, 1862, p. 83-99. “As dignas e corajosas pernambucanas compreenderam o perigo a que se expunham seus maridos, seus pais e seus filhos e pegaram em armas e correram as [meias do reduto].” O autor se refere à guerra contra os holandeses no século XVII.

²⁴³ WANGLON. *Armas, letras e virtudes*, 2009, p. 271. “Diante das considerações de Joaquim Norberto, é possível afirmar que o autor não valoriza a matéria a qual intenta apresentar. Como se sabe, Delfina foi precursora da literatura no Rio Grande do Sul, que teve como marco inicial a obra *Poesias oferecidas às senhoras rio-grandenses* (1834).”

²⁴⁴ FURTADO. *As mulheres nas Minas do ouro e dos diamantes*, 2007, p. 481-482. Maria Úrsula é a mesma mulher que assentou praça como soldado, citada por Júnia Furtado, quando analisa a busca de autonomia de algumas mulheres durante o período colonial brasileiro. WANGLON. *Armas, letras e virtudes*, 2009, p. 271-272. “tem-se uma abordagem acanhada da biografia de Maria Úrsula [...] reforça valores e modelos vigentes na sociedade do século XIX”. Por outro lado, a autora do artigo, analisando outras mulheres pertencentes àquele livro de pequenas biografias femininas, chega à conclusão que “em muitos momentos de sua obra, Joaquim Norberto vai além das restrições impostas pelo seu tempo e aponta ainda que de forma tímida, a gênese dos processos de transformação da condição feminina.” SOARES. *Joaquim Norberto de Souza Silva: Historiador*, 2002, p. 27. Joaquim Norberto “foi o primeiro historiador a indicar uma mulher como sócia do IHGB, a poetisa Beatriz Francisca de Assis Brandão, o que acabou não se transformando em realidade, pois os responsáveis pela comissão de admissão de sócios, Gonçalves Dias e J. M. Macedo, acharam que no Instituto uma mulher não se sentiria à vontade.” Segundo a autora, a informação consta de ata do IHGB da sessão de 25 de outubro de 1850, tomo 13, p. 530-1. Não há informação se a indicação da poetisa teria sido motivada por sua produção literária ou por seu parentesco, já citado, como prima em primeiro grau de Maria Doroteia Joaquina de Seixas.

²⁴⁵ SILVA. *Brasileiras célebres*, 1862, p. 199-203. O autor considera a freira uma mártir, por ter morrido defendendo o Convento da Lapa em Salvador, durante a revolta de 1822.

²⁴⁶ REIS, 1999, p.25.

Observando o conjunto estabelecido por Joaquim Norberto, vemos mulheres inseridas em contextos e período bem diferentes da história do Brasil. Mulheres de Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Uma seleção aparentemente eclética, mas bem arquitetada e capaz de unificar o território brasileiro, de maneira simbólica e a partir de “histórias” regionais, como sugeriu Von Martius, para a composição de uma história do Brasil, em sua Monografia de 1845.

Da indígena [...] à pensadora, da religiosa à guerreira, da poetisa à patriota, modelos perfeitos e ideais a serem cultuados e seguidos. São exemplos de vida em que virtude, fé, destemor, pureza, fidelidade e caráter se misturam na idealização da esposa casta, da mãe amantíssima e da filha recatada.²⁴⁷

O livro é parte do projeto para a construção da identidade nacional brasileira vinculado à unificação do território. O livro *Brasileiras célebres* aponta para uma unificação de histórias regionais pelo viés feminino, comungando a ideia de que “todo regime político busca criar seu panteão cívico e salientar figuras que sirvam de imagem e modelo para os membros da comunidade”²⁴⁸. O panteão de heróis precisava se valer de modelos para homens e mulheres.

De acordo com a visão do historiador, todas aquelas mulheres pertenciam a um conjunto modelo. Percebemos, contudo, algo em comum na seleção daquelas mulheres e na maneira como Joaquim Norberto conta suas histórias. Cada uma à sua maneira, todas elas dedicaram ou perderam a felicidade ou suas vidas por uma causa ou realização maior. Para ele a causa que liga todas as suas biografadas é o amor à pátria, regional, que depois será convertido, no discurso do autor, em nacionalidade unificadora - o “amor da pátria, um dos mais nobres caracteres do coração humano, pertence a todos os países, resplandece em todos os tempos, brilha entre todas as classes e fulgura como partilha de todos os sexos”²⁴⁹ - ou, de maneira mais direta, quando expõe:

Fatos sublimes e gloriosos apresenta a sagrada guerra da independência nacional, que é necessário não deixá-los nas trevas do olvido, embora se percam como sombras ou como acessórios do quadro grandioso da nossa emancipação política, para mais e mais realçar em toda a sua magnificência o vulto equestre e venerando do herói do Ypiranga, que com o braço hercúleo lança a sua espada na balança da nossa causa.²⁵⁰

²⁴⁷ BARBOSA. In: SILVA. *Brasileiras Célebres*, 1997, p. IV.

²⁴⁸ CARVALHO. *A formação das almas*, 1990, p. 14. O autor trabalha com o imaginário forjado para o fortalecimento do período republicano, imediatamente posterior ao período que estamos avaliando, ou seja, quando as figuras forjadas no início do século XIX já estavam construídas. A mudança que observa-se no período tratado pelo autor é o fortalecimento da imagem heroica de “Tiradentes”.

²⁴⁹ SILVA. *Brasileiras célebres*, 1862, p. 89.

²⁵⁰ SILVA. *Brasileiras célebres*, 1862, p. 198.

Esse texto está inserido no capítulo que se refere às mulheres que o autor elegeu como célebres durante a “revolução” baiana, de 1821 a 1823, período de adesão às cortes portuguesas. No livro fica claro o tom de sacrifício pela pátria que Joaquim Norberto atribuiu a algumas elas, existindo casos heroicos, por exemplo, de senhoras envolvidas em lutas armadas.

Maria Doroteia não teve uma atuação efetiva²⁵¹ conhecida que possa igualá-la a nenhuma das outras mulheres do livro de Joaquim Norberto. Não lutou em nenhuma revolta, não escreveu poemas reconhecidos nem se tornou religiosa, por exemplo. Sua imagem permanece por ter sido a musa de Gonzaga. Ela aparece entre as brasileiras célebres junto com Bárbara Eliodora, esposa de Alvarenga Peixoto, em um capítulo dedicado a mulheres de dois inconfidentes. Como é comum, a fala sobre Maria Doroteia vem precedida de breve biografia de Gonzaga e da história da Inconfidência Mineira.

(...) e Tomás Antônio Gonzaga, que eternizou a história dos seus amores em suas liras, primando na suavidade das suas rimas, que depois foram publicadas com o título de *Marília de Dirceu*, a delinear a em seus versos, como a arcádia dessas cenas campestres, de que se fez pastor, para poder falar uma linguagem menos ostensiva e mais própria da sua modéstia, tomando para si o nome pastoril de *Dirceu*, e dando à sua amante, a mulher que devia ser sua esposa, o de *Marília*, com que a imortalizou.²⁵²

E assim, em sucessivas publicações semelhantes, Maria Doroteia vai sendo imortalizada pelo nome lírico de *Marília de Dirceu* e por sua relação com Gonzaga.

Joaquim Norberto é o primeiro autor a fazer uma publicação em livro a respeito da morte de Maria Doroteia Joaquina de Seixas, após nove anos apenas do ocorrido.

Na manhã do dia 10 de fevereiro de 1853 a velha porta da rústica choupana rangeu sobre seus enferrujados gonços, para deixar passar um féretro, que foi

²⁵¹ GONÇALVES. *História & gênero*, 2006, p. 18. A autora trata da evolução da atuação e da história das mulheres, tanto de maneiras sutis que usaram para se fazerem inseridas na sociedade, como a literatura, até uma atuação efetiva como o movimento feminista, por exemplo. O tema pode ser tão amplo que a datação de alguns eventos pode se tornar difícil: “mais provável, porém, é que a dificuldade real esteja realmente em datar um *movimento* que se manifesta em lugares e mediante formas e iniciativas as mais variadas. E que exatamente por ser um movimento, não se reduz apenas às mobilizações que se intensificaram no século XIX em torno da ‘questão feminina’, mas que corresponde ao processo crescente e com ritmos variados da participação da mulher [...]”. A seleção feita por Joaquim Norberto apresenta mulheres brasileiras com atuações variadas e em várias épocas. Um estudo criterioso sobre cada uma delas seria uma tarefa que demandaria mais fôlego e cuidado, tornando-se, inclusive, difícil igualá-las num mesmo patamar como foi feito por Joaquim Norberto. O século XIX, período em que ele produz o livro, é bastante significativo do ponto de vista de uma “virada” da luta feminina por espaço na sociedade. Isso pode justificar o desejo do emissário do IHGB de atingir o público feminino, cooptando-o para fazer parte da construção da identidade nacional através da imagem de suas representantes “célebres”.

²⁵² SILVA. *Brasileiras célebres*, 1862, p. 177.

levado por poucas pessoas, todas oficiosas ou domésticas, à antiga capela de um dos fundadores de Vila Rica, o famigerado taubateano Antônio Dias. A campa dos mortos levava os seus lúgubres e compassados sons aos extremos da cidade, e o modesto cortejo se aproximava; os sacerdotes se adiantam, tomam o féretro e o colocam sobre a ęa; abrem-no, e dentro estava a cadáver de uma mulher, trajando vestes nupciais e coroada com as flores da virgindade.²⁵³

O sepultamento é de Maria Doroteia, mas os louvores são para *Marília de Dirceu*. No texto, a musa de Gonzaga é retratada por Joaquim Norberto com todos os requisitos de mulher perfeita, virtuosa, pura e fiel, sepultada virginalmente e digna de figurar no panteão heroico da jovem nação brasileira.

Thomaz Brandão contestou algumas informações do livro, publicado no Rio de Janeiro:

Joaquim Norberto de Souza [...] tratando de Dorotéia em seu livro intitulado *Brasileiras Célebres*, fez a descrição de seu enterro [com] tantas inexactidões em tão poucas palavras e cometidas, não por um escritor, entregue aos caprichos de sua fantasia, mas por quem se arrogava o papel de historiador da conjuração mineira!²⁵⁴

E o membro da família rebate o historiador do IHGB:

Dorotéia morreu no antigo solar dos Ferrões, uma das melhores habitações de Ouro Preto, situada quase no coração da cidade e da qual se tornara por herança a única proprietária. No entanto esse solar venerável, que atravessou os anos sempre o mesmo em seu aspecto severo [...] foi transformado pela pena de um biógrafo em CHOUPANA, e choupana RÚSTICA, com uma PORTA VELHA sobre GONZOS ENFERRUJADOS!²⁵⁵

Após detalhada exposição por meio de seu livro, Brandão conclui que

Do esboço genealógico que acabamos de traçar, vê-se que Marília, quer pelo lado paterno, quer pelo lado materno, procedia de famílias nobres e preclaras, que contavam em seu conjunto varões ilustres e senhoras distintíssimas. Não era, pois, uma plebeia de ascendência obscura, como se tem dito; mas, ao contrário, uma nobilíssima donzela, descendente de fidalgos de linhagem e solar conhecido.²⁵⁶

Primeiro observamos que Brandão também trata sua prima pelos nomes de Doroteia e de Marília. Em seguida, pelo exame da documentação feito no capítulo anterior, vimos que no inventário referente à herança que o tio deixou para Maria Doroteia, constava a casa à qual Thomaz Brandão se referiu. Pela longevidade que Maria Doroteia alcançou, morrendo aos 85 anos, talvez não dispusesse de bens que lhe

²⁵³ SILVA. *Brasileiras célebres*, 1862, p. 178.

²⁵⁴ BRANDÃO. *Marília de Dirceu*, 1932, p. 19.

²⁵⁵ BRANDÃO. *Marília de Dirceu*, 1932, p. 19-20. Grifos do autor

²⁵⁶ BRANDÃO. *Marília de Dirceu*, 1932, p. 78.

permitissem uma liquidez a ponto de garantir uma vida de padrões “nobres”, como o autor quis deixar registrado em seu livro, demonstrando o poder da família à qual pertencia. Ainda com relação à casa, no inventário dos bens de Anacleto Teixeira de Queiroga, de 1861, um dos herdeiros de Maria Doroteia Joaquina de Seixas que recebera aquela residência como herança, ele declara que

nesta casa de Ouro Preto, minha e de Dona Francisca de Paula Manso de Seixas, quatrocentos e oitenta e oito mil reis somente no madeiramento do telhado e mão de obra despendi em consertos no ano de mil oitocentos e cinquenta e quatro, e deste ano em diante tenho gasto talvez maior quantia em diversos reparos por ser a casa muito velha, cujas [férias] não estão somadas por de novo se aferirem novos consertos.²⁵⁷

O documento informa que a casa não estava em bom estado de conservação. Pelo contrário, parecia distante da realidade que Thomaz Brandão tentou impor em seu texto. Por mais que Joaquim Norberto tenha usado dos exageros de uma linguagem romântica, não fugiu muito a uma possível realidade exposta pelo inventário, onde, em 1854, um ano após a morte de Maria Doroteia, a casa já havia custado tantos reparos.

Outro ponto que Brandão contesta, mas que pode ser analisado através dos documentos, é com relação ao féretro modesto que Joaquim Norberto descreve. Maria Doroteia foi a última de sua família, considerando os parentes mais próximos como tio, tias e irmãos, a falecer, passando a velhice sob os cuidados de sua sobrinha Francisca de Paula Manso. Dessa forma, existe grande possibilidade de que seu funeral não tenha sido envolto pela ostentação digna da elite. Essa nobreza que Brandão defende e requisita para a família parece se relacionar mais à árvore genealógica e possíveis brasões de ascendência da elite luso-brasileira, à qual diziam pertencer, e menos a uma elite econômica, principalmente àquela altura da vida de Maria Doroteia.

Gostaríamos de analisar também o modo como o autor de *Brasileiras célebres* conseguiu informações documentais para o seu trabalho, conexão que julgamos importante para compreender a construção da imagem de Maria Doroteia como *Marília de Dirceu*, a qual parece interligada à construção de outros mitos no mesmo contexto e período. Em nota de seu livro, Joaquim Norberto aponta que deve “estas importantes notícias às pesquisas do Ilmo. Sr. Rodrigo José Ferreira de Bretas, digno sócio correspondente do Instituto histórico na província de Minas Gerais”²⁵⁸. O deputado à

²⁵⁷ GOMES. *Documentário sobre Marília de Dirceu*, 1966, p. 111-114.

²⁵⁸ SILVA. *Brasileiras célebres*, 1862, p. 195.

Assembleia Provincial de Minas e autor²⁵⁹ da primeira biografia sobre o Aleijadinho foi o informante de Joaquim Norberto, remetendo-lhe dados que acreditamos serem da certidão de batismo de Maria Doroteia, pois coincidem com as citadas em capítulo anterior deste trabalho, no que se refere, por exemplo, à data, à filiação, aos padrinhos e madrinha com seus referidos nomes. O mesmo parece ter acontecido com as informações sobre o falecimento. Isso indica que Bretas realizou pesquisa na paróquia ouro-pretana e despachou ao solicitante no Rio de Janeiro.

Para a publicação de *Brasileiras célebres*, por exemplo, além de sua própria pesquisa, Joaquim Norberto parece ter contado com correspondentes em grande parte do território brasileiro, devido às notas inseridas no livro, citando documentos originais, despachos e bibliografia utilizada.

Conforme tratado anteriormente, após o contato com os *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, Joaquim Norberto iniciou uma longa busca por documentos comprobatórios para ajudá-lo na composição do seu livro sobre a história da Conjuração ocorrida em Minas Gerais, província para onde enviou também pedido oficial de informações e cópia de documentos a seus correspondentes. Mas não permaneceu até 1873, o ano de publicação final daquele livro, sem realizar outros trabalhos editoriais²⁶⁰.

Sobre o informante, é sabido que o “primeiro texto a nos dar a conhecer a figura do arquiteto e escultor que chamamos ‘Aleijadinho’ - fonte de praticamente todos os textos seguintes que se ocuparam da questão - é o publicado por Rodrigo José Ferreira Bretas”²⁶¹. Assim como ocorreu com a *História da Conjuração Mineira*, de Joaquim Norberto²⁶², ambos foram precursores e responsáveis pela construção da imagem posteriormente atribuída aos “personagens” que retrataram em seus textos²⁶³.

²⁵⁹ BRETAS. *Antônio Francisco Lisboa: O Aleijadinho*, 2002, 73-74. Obra publicada inicialmente em 1858 no *Correio Oficial de Minas* (n. 169-170). “Rodrigo José Ferreira Bretas, autor deste trabalho, nascido em Cachoeira do Campo a 10 de setembro de 1814 e falecido em Ouro Preto a 15 de julho de 1866, foi deputado à Assembleia Provincial de Minas em quatro legislaturas (1852-1861) [...] foi sócio e correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.”

²⁶⁰ No ano de 1862, por exemplo, além de *Brasileiras célebres*, Joaquim Norberto publicou também: SILVA. *Marília de Dirceu*, 1862.

²⁶¹ GRAMMONT. *Aleijadinho e o aeroplano*, 2008, p. 67. Sobre a biografia de Aleijadinho, do século XIX, “É corrente que, para escrevê-lo, Bretas se teria baseado não apenas no testemunho da própria nora do artista, mas também na memória da coletividade de Vila Rica que teria conhecido o homem e com ele convivido. Embora tenha sido sempre lido como um documento que descortina ‘fatos reais’, o texto de Bretas deve ser qualificado como ficção, que se insere, sem dúvida alguma, no gênero do retrato biográfico encomiástico, ainda tão comum no Brasil do seu tempo.” (p. 67)

²⁶² Uma exceção dentre os conjurados mineiros retratados pelo autor seria o caso de “Tiradentes”, que Joaquim Norberto retrata através de uma imagem negativa, mas que os republicanos vão transformar em

A trama criada pelo IHGB para construir o panteão de heróis parece ter mobilizado inúmeros homens de diferentes províncias num mesmo propósito. É assim que Joaquim Norberto pode contar com Bretas, residente em Mariana, para localizar e enviar as informações de que precisava para compor as poucas páginas dedicadas a Maria Doroteia em seu livro.

Como a morte parece trazer novo frescor às celebridades, o autor tratou do falecimento daquela que havia sido a musa “que inspirara ao desditoso Gonzaga tantas líras imortais, a formosura peregrina, que lhe despertara o gênio pelos estímulos do amor”, e como o fim de sua trajetória “vinha agora povoar a morada dos mortos, habitar no asilo das lágrimas, cair na mudez do sepulcro, sumir-se enfim para sempre no seio da eternidade.”²⁶⁴ E o recurso da reiteração laudatória vai contribuindo para firmar a imagem que os românticos do século XIX querem construir para as figuras que elegeram como heróis da nacionalidade brasileira.

Coluna Saldanha

No título de seu livro, Joaquim Norberto relacionou a Inconfidência Mineira à Independência do Brasil²⁶⁵. A obra foi recebida com entusiasmo desde a época de sua publicação pelos elogios ao uso de documentação inédita até então e também por pontos polêmicos. A representação negativa que o autor imprimiu ao “Tiradentes” não passou despercebida aos mineiros²⁶⁶ e gerou uma série de críticas que o autor procurou responder depois²⁶⁷. As críticas a Joaquim Norberto e outros acontecimentos

herói nacional no final do século XIX, conforme tratado por José Murilo de Carvalho em *A formação das almas*.

²⁶³ GRAMMONT. *Aleijadinho e o aeroplano*, 2008, p. 67. A autora observa que o texto de Bretas “é lido desde então não como obra especificada por um gênero literário, segundo usos ainda correntes no século XIX, mas como documento que revela ‘fatos reais’. Mesmo quando a veracidade desse documento é contestada, as dúvidas se referem a um plano pressuposto como um extratexto: o ‘real’.” E conclui que, “Como retrato encomiástico, a finalidade do texto é a individuação do personagem “Aleijadinho” por meio de elementos de caracterização que o tipificam ao exagerar certos traços, segundo um procedimento epidítico comum a obras semelhantes do tempo” (p. 67). O caráter encomiástico, laudatório, louvando a figura de Marília de Dirceu pode ser observado no texto de Joaquim Norberto

²⁶⁴ SILVA. *Brasileiras célebres*, 1862, p. 178.

²⁶⁵ SILVA. *História da Conjuração Mineira*, 1873.

²⁶⁶ SOARES. *Joaquim Norberto de Souza Silva: Historiador*, 2002, p. 150-151. Segundo documentação apresentada pela autora, a crítica a Joaquim Norberto havia partido de uma notícia anônima no jornal *Reforma*. Hélio Gravatá teria afirmado que esse mineiro era Cristiano Benedito Ottoni, pela coincidência do período em que publicou no mesmo jornal e de sua opinião com relação ao livro.

²⁶⁷ Joaquim Norberto de Souza Silva foi bastante criticado por sua severidade com Joaquim José da Silva Xavier, o “Tiradentes”. Alguns anos depois da publicação de 1873, tentou amenizar o efeito das críticas com duas outras publicações, a saber: *O Tiradentes perante os historiadores oculares de seu tempo: resposta a um injusto reparo dos críticos da História da Conjuração Mineira*, publicado na *Revista*

demonstram que em Minas Gerais os inconfidentes, e dentre eles o “Tiradentes”, tenderam a ser encarados de forma positiva, oposta àquela da desonra e exemplaridade que a sentença de 1792 tentara impor aos brasileiros.

Em 21 de setembro de 1821 instalou-se o Governo Provisional da Capitania de Minas e foi mandado demolir o “padrão de infâmia no terreno da casa onde residia ‘Tiradentes’, à rua São José”²⁶⁸, o que, segundo Tarquínio de Oliveira, ocorreu por desejo e manifestações populares²⁶⁹. A demolição do padrão da infâmia de 1792, quando a independência parece iminente, não deixa de relacionar também os dois movimentos.

Se, no final do século XVIII, a Coroa portuguesa, ainda em Lisboa, havia exercido sua autoridade, punindo os envolvidos no movimento, durante o processo de independência a corte portuguesa encontrava-se instalada no território brasileiro desde 1808. D. João VI volta para Portugal em abril de 1821, deixando D. Pedro como Príncipe Regente. Essa proximidade, de certa forma, facilitava o trânsito no território nacional no início de 1822 quando, “atento à necessidade de consolidar a união do país, José Bonifácio alertou D. Pedro sobre a importância de ir o príncipe pessoalmente a Minas Gerais para apaziguar os ânimos e garantir a adesão daquela rica parte do território brasileiro.”²⁷⁰ Isso possibilitava a presença e o trânsito mais rápido do monarca²⁷¹ entre as províncias, sem abandonar por muito tempo a capital do império durante períodos de crise política.

Não é nosso objetivo discorrer sobre a Independência, tema de tão amplas interpretações e investigações por parte de nossos historiadores. Reportamo-nos a esse

Trimestral do IHGB, tomo 44, parte 1, referente à descrição de memória lida na sessão do IHGB de 9 de dezembro de 1881. Publicou também *O martírio do Tiradentes ou Frei João do Desterro*: lenda brasileira. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1882. Mas nenhuma das duas publicações parece ter conseguido suplantar a impressão inicial que o autor deixou sobre ‘O Tiradentes’.

²⁶⁸ *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, 1977, v. 9, p. 405. Transcrição das Efemérides Mineiras de Xavier da Veiga, Ouro Preto, 1897, v. 3, p. 385.

²⁶⁹ *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, 1977, v. 9, p. 406. Segundo nota de Tarquínio Oliveira, “O ato oficial parece ter sido uma homologação de manifestação popular na mesma data, que, por iniciativa própria, demolira o dito ‘padrão de infâmia’ nas agitações porque passava todo o país a caminho direto de sua independência.” Cf. SILVA. Identidades políticas e a emergência do novo Estado nacional: o caso mineiro, 2005. A autora analisa a instalação “do Primeiro Governo Provisório, eleito em 20 de setembro de 1821” em sua ampla conjuntura.

²⁷⁰ LUSTOSA. *D. Pedro I*, 2006, p. 141.

²⁷¹ LUSTOSA. *D. Pedro I*, 2006: “Na manhã de 25 de fevereiro, D. Pedro pôs-se a caminho, levando em sua companhia pequena comitiva [...] A viagem foi um sucesso, alcançando plenamente seus objetivos. D. Pedro saiu-se muito bem nessa primeira prova de ação política fora da corte. Ele chegou de volta ao Rio de Janeiro no dia 25 de abril, depois de uma viagem de oitenta léguas feita a cavalo em menos de cinco dias.” (p. 141)

fato para ressaltar a importância de Minas no cenário nacional (tanto que o imperador veio pessoalmente à província) e para enfatizar o interesse pela política que os mineiros sempre mantiveram durante esse período de transição e emancipação nacional. Por fim, importa também tratar dos monumentos simbólicos, dentre os quais se insere a imagem de *Marília de Dirceu*.

Se podemos pensar que a “demolição do marco de infâmia a Tiradentes, em 1821, pode ser vista inversamente como um primeiro monumento à sua memória, erguido simbolicamente no ato de sua destruição”²⁷², significa também dizer que essa demolição representou um ato de ruptura com relação à condição política anterior. Pode ter significado ainda continuidade, relacionando-se, pela demolição do padrão da infâmia, diretamente a Inconfidência Mineira a uma nova condição política almejada. Mesmo que naquele momento não se soubesse que os eventos levariam à Independência de 7 de setembro de 1822, havia um processo em andamento. Podemos considerar essa demolição um primeiro ato simbólico, pois a destruição ocorreu no dia seguinte à instalação do Governo Provisório. A emergência do ato de derrubada de um monumento de infâmia a “Tiradentes” demonstra a grande importância dada à simbologia da Inconfidência, e o momento em que essa demolição ocorreu relaciona os dois movimentos, pelo menos no imaginário popular.

Maria Doroteia, nesse período, vivia em Ouro Preto; seu tio João Carlos havia falecido em 1820 e deixado todos os bens para ela. Pelo menos para os moradores da cidade, sua presença era física e não simbólica.

Depois disso as mudanças foram muitas e “com maior ou menor ímpeto, conforme as circunstâncias, houve várias iniciativas em prol da memória de Tiradentes”²⁷³. Nessa sequência de atos simbólicos “o primeiro desses monumentos, a chamada Coluna Saldanha Marinho, foi inaugurado na praça principal de Ouro Preto em 1867, durante a gestão de Joaquim Saldanha Marinho como presidente da Província de Minas Gerais”. Curiosamente, o monumento tinha o nome de quem o erigiu e não dos homenageados.

No ano de 1867 fazia 75 anos da morte de Tiradentes, ocorrida em 1792, mas, não nos parece que os homens do IHGB buscassem alguma data comemorativa

²⁷² FONSECA. Representações de um passado de ouro: mitos, memória e imaginário da Inconfidência, 2007, p. 656.

²⁷³ FONSECA. Representações de um passado de ouro: mitos, memória e imaginário da Inconfidência, 2007, p. 656.

relacionada à Inconfidência. Ocorre entre o período em que Joaquim Norberto havia intensificado suas pesquisas sobre o tema, dedicando-se à interpretação dos *Autos de Devassa* e a leituras dos capítulos no IHGB no Rio de Janeiro, a partir de 1859, e a publicação do livro em 1873. Indagamos se as pesquisas do autor e o pedido de remessa de informações documentais, feito por ele a várias instituições e até a outras províncias²⁷⁴, dentre as quais se incluía a província mineira, poderia ter reacendido o germe do enaltecimento daqueles sujeitos históricos, que se intensificava até o seu auge durante o período republicano.

O livro de Joaquim Norberto se tornava mais uma peça que, durante o processo de formação da identidade nacional, promoveu a construção da imagem de heróis para os inconfidentes e tudo o que se relacionava a eles, mesmo quando promoveu a polêmica pela imagem negativa atribuída a “Tiradentes”. Dentro desse contexto, durante o período imperial e em solo mineiro, a “primeira pedra do monumento levantado pela gratidão nacional à memória dos Inconfidentes de 1792”²⁷⁵ foi a Coluna Saldanha:

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1867, 46º da Independência do Império do Brasil e 37º de Reinado do S. M. e Imperador, Sr. D. Pedro II, filho do Fundador do Império, aos 3 dias do mês de abril do dito ano, nesta imperial cidade de Ouro Preto, antiga Vila Rica, Capital da Província de Minas Gerais, no Paço da Câmara Municipal [...] foi apresentado aos circunstantes um cofre em que se encerrou o presente auto, e com ele um exemplar da Constituição Política do Império, um dito da Lei de Orçamento Provincial do corrente exercício de 1866 a 1867, um dito jornal – Diário de Minas – desta data, uma cópia da planta monumental tirada pelo desembargador da repartição das Obras Públicas João Raymundo Duarte, *um volume das poesias intitulas – Marília de Dirceu – pelo Desembargador Tomás Antônio Gonzaga*, outro do poema – Vila Rica – pelo Dr. Cláudio Manuel da Costa, outro das poesias de Inácio José de Alvarenga, poetas estes *que se sacrificaram à independência nacional na Inconfidência*²⁷⁶

O documento vem exemplificar a institucionalização do Império no Brasil com a devida obediência aos seus agentes históricos. Vem também demonstrar a exaltação aos autores árcades envolvidos na Inconfidência, a guarda de um exemplar da obra *Marília de Dirceu*, lançado também no cofre que daria origem à pedra fundamental de louvor

²⁷⁴ SOARES. *Joaquim Norberto de Souza Silva: Historiador*, 2002: “durante o ano de 1859, Norberto começou a esboçar suas ideias no que, vários anos depois, se transformou na História da Conjuração Mineira. Na sessão de 18 de novembro de 1859, Joaquim Norberto apresentou sete propostas ao IHGB referentes à Conjuração Mineira; elas foram enviadas à secretaria do Instituto, que deveria encaminhá-las aos respectivos departamentos. As propostas referiam-se à requisição – junto às diversas repartições públicas e ordens religiosas – de documentos que eram necessários para que ele conseguisse preencher as lacunas que considerava ainda existir na história da conjuração mineira. Com essas requisições, ele começou a invadir um território que ainda não fora explorado.” (p. 66)

²⁷⁵ *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, v. 1, 1976, p. 77-78.

²⁷⁶ *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, v. 1, 1976, p. 77. Grifos nossos.

àqueles que se sacrificaram pelo bem-comum. A tradicional busca pelas origens da nacionalidade de um povo que pretende se firmar material e simbolicamente. E o documento continua:

[...] e sendo o cofre convenientemente fechado o conselheiro Joaquim Saldanha Marinho, Presidente da Província, recebendo-o das mãos do Presidente da Câmara, declarou que, tendo-se de colocar a pedra fundamental do monumento que a gratidão do povo ergue à memória dos mártires que em 1792 levantaram o primeiro grito de liberdade na terra brasileira, ia o dito monumento erigir-se na praça principal desta capital, no mesmo lugar em que, pelos fins do século passado, estivera ereta em alto poste a cabeça do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha Tiradentes – um dos conjurados e único que sofreu a pena de morte no patíbulo – sendo que o cofre ia ser colocado na base do monumento *ad perpetuam rei memoriam*.²⁷⁷

Na ata de reunião da Câmara de Ouro Preto, não vemos o tratamento rigoroso que Joaquim Norberto de Sousa Silva dedicou a Tiradentes; pelo contrário, o alferes é louvado como herói e mártir, seu nome recebe destaque e o local escolhido para a fixação da coluna comemorativa é o mesmo onde, exemplarmente, esteve fixada sua cabeça. Pelo teor do documento, parece mesmo possuir, ao lado dos outros envolvidos na Inconfidência, uma imagem consolidada nesse sentido, em Minas Gerais, já em 1867.

Por essa época, quando o exemplar de *Marília de Dirceu* foi depositado na pedra fundamental, Maria Doroteia já havia falecido. Passava agora a pertencer apenas às lembranças de alguns moradores que a conheceram e transmitiam as impressões sobre ela àqueles que visitavam a cidade, como foi o caso de Richard Burton ou do Imperador D. Pedro II.

Tanto os mineiros, com sua coluna comemorativa, quanto Joaquim Norberto no Rio de Janeiro, nos seus 50 anos de IHGB, casa que chegou a presidir, desempenharam bem o papel de “estimular os brios nacionais, coligir troféus e formar padrões de nossa glória”. Podemos observar que ele ajudou a construir uma nação fundamentada naqueles que seriam locais de memória²⁷⁸, um firme propósito de manter o Brasil uma nação unificada sob a proteção monárquica europeia, vantajosa aos homens da elite brasileira. Observamos também a prática da exaltação de figuras importantes e “lugares” da memória no meio político, como foi o caso da Coluna Saldanha.

²⁷⁷ *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, v. 1, 1976, p. 77.

²⁷⁸ SOARES. *Joaquim Norberto de Souza Silva: Historiador*, 2002, p. 64.

Viagem do imperador a Minas, 1881: “fui ver a casa de Marília ...”

Indicamos até aqui algumas impressões relevantes sobre vestígios da construção de uma imagem de heróis para os envolvidos na Inconfidência Mineira, provenientes do Rio de Janeiro, capital do império, e de Ouro Preto, capital de Minas Gerais. Destacamos agora um tipo de impressão que une as duas províncias. Em 1881 o imperador D. Pedro II²⁷⁹ fez uma viagem a Minas Gerais que se iniciou no dia 26 de março, partindo de trem da estação de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, até Barbacena, de onde seguiu a cavalo e a imperatriz, de liteira. Nas anotações feitas em seu diário, o imperador, um homem curioso e culto, relata o planejamento e as ocorrências daquela viagem.

Hei de falar-lhe do mais importante da viagem, que promete ser interessante pelo rio das Velhas, navegável até o São Francisco; mineração de ouro, e exame das grutas onde o sábio dinamarquês Dr. Lund, que morreu junto a Lagoa Santa, perto delas descobriu muitos fósseis, entre os quais um crânio humano. *Hei de também visitar os lugares dos sucessos da conspiração do Tiradentes e celebrados pelos versos de Gonzaga na sua Marília de Dirceu, e de Cláudio Manuel da Costa em seu poema de Vila Rica.*²⁸⁰

Antes da partida, o imperador escreveu um texto explicativo, dando informações sobre a província e o passado de pessoas ilustres que planejava conhecer. Alongamos um pouco na citação para deixar claro o seu conhecimento sobre os lugares que iria visitar e o que pretendia fazer neles. Se o imperador queria conhecer tudo, não deixaria de lado, em Ouro Preto, a memória que envolveu os Inconfidentes. É interessante que não deixou de citar Tiradentes, Gonzaga e a obra *Marília de Dirceu*, além de Cláudio Manuel da Costa. O Imperador prosseguiu depois já com o relato das ocorrências durante a viagem:

Depois de Ouro Branco [...] Varginha. Casa onde se reuniram os inconfidentes. Pertencia então a um hospedeiro de nome João da Costa [...]

²⁷⁹ CARVALHO. D. *Pedro II*, 2007. Segundo o autor, o Imperador “Tinha vocação de andarilho e uma vontade insaciável de conhecer novos lugares e pessoas. Na ânsia de ver tudo, viajava em correria desabalada, para o desespero dos acompanhantes. Escrevia diários de quase todas as viagens, pelo Brasil e pelo exterior. Neles anotava detalhadamente todos os passos, os locais visitados, a geografia, a temperatura, a altitude, as pessoas com quem falava e o assunto das conversas. Planejava com minúcias o roteiro e o seguia rigorosamente. Estudava com antecedência os lugares aonde ia, levava livros que os descreviam e conferia a exatidão das descrições. Os diários das viagens ao exterior pareciam relatórios para ser lidos pela condessa de Barral.” (p. 139) A leitura do texto deixa a impressão de que existe um interlocutor, alguém para quem o imperador narra suas viagens. Esse gosto pela viagem coincide com o que fez, por exemplo, Varnhagen, que, como historiador brasileiro, viajou por todo o mundo buscando documentos e fontes para escrever os primeiros volumes da História Geral do Brasil. Cf. CEZAR. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência, 2007.

²⁸⁰ VIANA, 1957. Cf. *Anuário do Museu Imperial*, v. XVIII, 1957, p. 69-70. Grifo nosso.

Atravessada a ponte do ribeirão da Varginha entra-se no município de Ouro Preto.²⁸¹

Nota-se que anteriormente a opção do imperador foi por denominar o movimento de conspiração, mas, nesse momento vai chamá-los de inconfidentes e não de conspiradores. O imperador não deixou de apontar tudo o que viu sobre os amotinados do século XVIII, incluindo os lugares onde se reuniram por Minas Gerais. Após chegar à imperial cidade de Ouro Preto, relatou o que viu e o que as pessoas contaram a ele.

Aí morou o ouvidor Tomás Gonzaga e de uma das janelas veem-se muito bem ao longe as da casa de Marília. Disseram-me que Gonzaga costumava passear até perto de uma igreja no alto da ladeira onde se deitava a contemplar a casa de Marília.²⁸²

O relato do imperador demonstra, já naquela época, a existência de uma curiosidade pela musa inspiradora de Gonzaga e o que contavam sobre seu amor pela noiva, de onde ele a observava:

Fui ver a casa de Marília de Dirceu onde se conservam uma cadeira e o cabide na alcova em que dormia. Cortaram os pinheiros que havia no fundo da pequena chácara. A capela em ruínas junto á qual se reclinava Gonzaga para contemplar a casa de Marília tem invocação das Dores. De uma janela do fundo desta casa descobre-se a casa de Ouvidoria. Assentei-me perto dela.²⁸³

Entre os compromissos oficiais e as visitas a instituições públicas que inspecionava, como a delegacia ou a Escola de Minas, por exemplo, dedicou um tempo de sua viagem e um espaço de seu diário a *Marília de Dirceu* e à pessoa de Maria Doroteia, embora não a chamasse por seu nome, maior que aos inconfidentes, indo ver o lugar onde ela havia morado, contando detalhes do que viu, sentando-se lá por algum tempo a contemplar e romantizar o passado.

O imperador partiu para outros lugares da província, mas na viagem de volta ao Rio de Janeiro se hospedou novamente em Ouro Preto e, mais uma vez, percorreu lugares relacionados a *Marília de Dirceu*, ou Maria Doroteia, deixando relatos sobre eles. "Segui até o chafariz da ponte para ver a neta de Maria de Dirceu (sic), mulher do

²⁸¹ *Anuário do Museu Imperial*, v. XVIII, 1957, p. 75.

²⁸² *Anuário do Museu Imperial*, v. XVIII, 1957, p. 77.

²⁸³ *Anuário do Museu Imperial*, v. XVIII, 1957, p. 78-79.

Carlos de Andrade, que mora perto. Apareceu à janela. É elegante e graciosa, porém não beleza (sic), tem ares de inteligente."²⁸⁴

O imperador, homem curioso, conversava com as pessoas das cidades por onde passava. Em Ouro Preto foi informado por moradores onde moraria a neta de Maria Doroteia, indo até o local e vendo a pessoa indicada. Com o que deixou relatado em seu diário, coloca, então, mais uma dúvida sobre a vida pessoal de Maria Doroteia: se teve ou não um filho e deixou descendência. O comentário do Imperador poderia perfeitamente reacender a polêmica plantada pela publicação do viajante Richard Burton.

Sob outro ponto de vista das notas tomadas em seu diário de viagem, com relação à Inconfidência, o imperador pareceu mais interessado nos envolvidos enquanto poetas.

Voltamos ao ponto em que, para a consolidação do império, é imprescindível amalgamar uma nacionalidade comum em um Estado “pluriétnico”, onde os grandes proprietários ainda dependem da mão de obra escrava e se veem sob a virtual ameaça de uma rebelião da população de negros, libertos e mestiços, que representam a maioria. O processo de independência do Brasil, promovido pelas elites luso-brasileiras, não contemplaria a massa da população, mas consolidaria muitos dos benefícios alcançados por aqueles setores a partir de acontecimentos históricos desencadeados com a vinda da Corte para o Brasil.

Procuramos seguir o fio tênue que os acontecimentos de 1788-89 deixaram ao longo do século XIX. A construção de uma imagem para os inconfidentes se relaciona à construção da imagem da musa do movimento, na figura de *Marília de Dirceu*, e seu completo entendimento só é possível aprofundando a relação de nacionalidade com o romantismo do século XIX. Essa relação possui bastante força entre os literatos que contribuíram para esse processo, através de uma historiografia brasileira em construção, onde se incluiu Joaquim Norberto de Sousa Silva.

²⁸⁴ *Anuário do Museu Imperial*, v. XVIII, 1957, p. 106.

Capítulo 3

Apropriações românticas no processo de construção da nacionalidade brasileira

Romantismo e historiografia brasileira

No presente capítulo, pretendemos estudar a maneira como a imagem de *Marília de Dirceu* foi construída durante o Romantismo no Brasil, tentando relacionar como isso contribuiu para a formação da identidade nacional brasileira no século XIX. Criada a partir das musas²⁸⁵ do poeta Gonzaga, *Marília* foi fundida à pessoa de sua noiva, Maria Doroteia, e seu estudo pressupõe investigarmos a relação existente entre história e literatura uma vez que naquele período “o Romantismo começa a exercer irresistível atração sobre o historiador, levando-o a buscar os traços precursores que constituem a sua raiz imediata”²⁸⁶. Ao longo de grande parte do século XIX, o ideal romântico foi fiel companheiro dos homens das letras, testemunhas e herdeiros de um legado colonial em um mundo posterior à independência de 1822 e que os fazia construtores da nacionalidade brasileira.²⁸⁷ O Romantismo pressupunha a valorização das raízes da

²⁸⁵ SERELLE. *Os versos ou a história*, 2002: “Há ainda quem questione [...] a historicidade de alguns poemas, que teriam sido elaborados primeiramente em Portugal e depois adaptados à nova circunstância amorosa.” (p. 72); FRIEIRO. *O diabo na livraria do cônego*, 1981. Para o autor, não fora então Maria Doroteia “a musa inspiradora de Dirceu (...), mas uma portuguesinha, que no ultramar fora autêntica Marília” (p. 71-72). Era característica própria do Arcadismo nomear suas musas com nomes pastorais. Nesse caso, a Marília do livro publicado por Gonzaga, em 1792, pode não ter sido inspirada por uma única mulher de quem o poeta se enamorou.

²⁸⁶ CANDIDO. *Formação da Literatura Brasileira*, 1981, p. 303. O autor é dos mais importantes para tratar da literatura brasileira em seus períodos fundadores e precursores. Inclusive, os autores contemporâneos recorrem a ele no tratamento do assunto.

²⁸⁷ CANDIDO. *Formação da Literatura Brasileira*, 1981: “O Romantismo no Brasil foi episódio do grande processo de tomada de consciência nacional, [...]. Afirmar a autonomia no setor literário significava cortar mais um liame com a mãe Pátria. Para isto foi necessário uma elaboração que se veio realizando desde o período joanino, e apenas terminou no início do Segundo Reinado, graças em grande parte ao Romantismo que, importando em ruptura com o passado, chegou num momento em que era bem-vindo tudo que fosse mudança. O Classicismo terminou por ser assimilado à Colônia, o Romantismo à Independência – embora um continuasse a seu modo o mesmo movimento, iniciado pelo outro, de realização da vida intelectual e artística nesta parte da América, continuando o processo de incorporação à civilização do Ocidente.” (p. 303) O autor se refere à Pátria portuguesa.

nação como critério de originalidade de suas composições e via nos acontecimentos históricos uma fonte de compreensão de sua identidade e da criação literária.

Mais precisamente ao Brasil do século XIX e às primeiras tentativas de se fundar aí uma historiografia literária nacional. E fundar a disciplina mesclava-se, nesse caso, à ideia de descoberta da *origem* da própria literatura nacional em sua diferença, enquanto dotada de singularidade e de marcas inconfundíveis de brasilidade. "Qual é a origem da literatura brasileira?", pergunta literalmente Gonçalves de Magalhães, em 1836, no seu "Discurso sobre a história da literatura do Brasil". E, mesmo ressaltando a ausência de um "caráter nacional pronunciado que a distinga da portuguesa", sugere o século XVIII como marco de uma abertura verdadeira da "carreira literária para o Brasil".²⁸⁸

Quando os românticos olharam para o passado do Brasil à procura do que era particular encontraram na riqueza e exuberância da natureza, nos índios e em fatos históricos recentes e pujantes, como a Inconfidência Mineira, um legado a ser apreendido e reproduzido.

Toda uma historiografia encontrava-se por ser formulada, inclusive no que se referia à fundação de uma história literária, a partir de origens precedentes e fundadora de uma literatura brasileira a partir dali.

No presente capítulo, não se pretende aprofundar características de escolas literárias, por isso nos deteremos apenas nos aspectos necessários à compreensão não de uma história da literatura, mas da relação entre história e literatura no século XIX. As relações analisadas são entre produção historiográfica e literária, entre historiadores e literatos. Em alguns casos, essa separação não chega a existir.

Podem parecer comum o pensamento de que o Arcadismo e o Romantismo, por exemplo, surgidos em períodos e sob influências históricas diferentes, possuidores de certas características e regras distintas de composição artística, sejam estilos literários completamente diferentes entre si. O raciocínio nos leva a pensar sobre a tendência de isolarmos certas fases da História, colocando-as em contenções temporais, dando-lhes um nome e/ou atribuindo-lhes uma série de tendências específicas e estanques.²⁸⁹ De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, em *Capítulos de literatura colonial*, estudo

²⁸⁸ SÜSSEKIND. *O Brasil não é longe daqui*, 1990, p. 16. Grifo da autora.

²⁸⁹ HOLLANDA. *Capítulos de literatura colonial*, 2000: "Os esforços tendentes a isolar do curso da História certas fases espirituais, dotando-as de significado objetivo – a do Barroco, por exemplo -, no intuito de melhor se apreciarem seus motivos dominantes e seus traços individuais, têm encontrado objeções muitas vezes consideráveis. Não corresponderiam eles a uma reedição do hábito, muitas vezes denunciado, que consiste em repartir-se a história da humanidade em seções absolutamente distintas e separadas, umas das outras, por barreiras poderosas ou imobilizadas como as estátuas num museu?" (p. 177)

que nos parece apropriado ao tema, essa necessidade nos leva, fatalmente, a produzir artifícios e repesar, em cada um dos recipientes, componentes muito díspares entre si²⁹⁰. Ainda assim, fazê-lo é um “mal” necessário para que possamos comparar e compreender certos aspectos historiográficos.

(...) seus estudos, de natureza empírica e objetiva, refletiram tão de perto a realidade brasileira, que constituem valor documental mais acessível para o historiador do que a simbologia da obra dos poetas e oradores da mesma época, adstritos ao formalismo dos moldes do classicismo francês e do arcadismo italiano, sob cujo arcabouço devem ser desvendadas as imagens da terra e as primeiras manifestações nativistas.²⁹¹

Quando Tomás Antônio Gonzaga produziu sua poesia árcade, o fez “sob a inspiração das humildes pastoras que povoam o imaginário da literatura europeia setecentista”²⁹², que conheceu como ávido leitor de poemas clássicos e replicou na imitação métrica de suas próprias líras, adaptadas à cor local da Vila Rica do século XVIII.²⁹³ Joaquim Norberto de Sousa Silva foi, por sua vez, leitor de Tomás Antônio Gonzaga. Além de historiador do IHGB, foi também um “homem das letras” do Romantismo brasileiro²⁹⁴, escreveu e publicou em 1845 um conjunto de poemas denominado *Dirceu de Marília*²⁹⁵, que ele atribuiu, de maneira fictícia, a Maria

²⁹⁰ HOLLANDA. *Capítulos de literatura colonial*, 2000: “É inevitável, no entanto, quando se trate de melhor compreender qualquer período histórico, destacá-lo, ao menos provisoriamente, do processo onde se insere, moderar-lhe mentalmente o ritmo, tentar discernir, quando possível, suas fronteiras aparentes, para chegar a uma visão nítida e unitária. Há em tudo isso uma parte de artifício, mas artifício prestativo e inocente, desde que seja tido apenas como tal [...] Tal recurso é comparável, no fundo, ao do observador ou árbitro que se socorre da câmara lenta para estudar com mais segurança as fases de uma contenda esportiva. O engano de alguns historiadores está em que se deixam seduzir pela imagem assim obtida, pela precisão sedutora das suas formas e dos seus contornos, a ponto de esquecerem, logo depois, o estratagema que tornou possíveis esses resultados.” (p. 177)

²⁹¹ DIAS. Aspectos da ilustração no Brasil. In: *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p.40.

²⁹² ALCIDES. *A pátria de Dirceu*, 1994, p. 1.

²⁹³ HANSEN. As líras de Gonzaga: entre retórica e valor de troca, 1997: “caracterizo brevemente a lírica de Tomás Antônio Gonzaga por meio de algumas convenções do gênero da tragicomédia pastoral, diferenciando-a da poesia seiscentista anterior e da romântica posterior, [...] não é só pelos temas imitados da poesia anterior que a poesia árcade põe em representação os critérios contraditórios de construção ilustrada do mundo social. Em suas formas, também evidencia que os efeitos resultam de uma seleção criteriosa de procedimentos técnicos que importam para seus fins – por exemplo, quando transforma os textos imitados em poesia para ser lida; quando reduz ou descomplica os enredos como uma conversação particular de personagens ajuizadas; quando faz as personagens tratar de temas da vida cotidiana, incluindo ou estilizando discursos contemporâneos nas tópicas tradicionais; quando reduz ornatos, adaptando a fala a um novo ideal de relações humanas.” (p. 41).

²⁹⁴ SERELLE. *Os versos ou a história*, 2002: “embora haja constantes revisões historiográficas e ficcionais sobre os inconfidentes, acreditamos que a elaboração do evento histórico, durante e logo após o romantismo, ainda influencie nossa maneira de compreender e interpretar a Inconfidência Mineira.” (p. 16) Joaquim Norberto é um dos grandes responsáveis pela construção e reprodução da imagem de Tomás Antônio Gonzaga, na forma como até hoje é replicada na história brasileira.

²⁹⁵ OLIVEIRA. *Dirceu de Marília*, 2001.

Doroteia e usou para responder às admiráveis líras de Gonzaga. Outro autor do período romântico que utilizou a obra e a vida de Gonzaga como fonte de inspiração foi Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa, no seu romance histórico *Gonzaga ou a conjuração do Tiradentes*, publicado em dois volumes nos anos de 1848 e 1851.

Percebemos que embora as diferenças temporais e espaciais não possam ser esquecidas, sendo úteis à sistematização do estudo histórico, existe certa capilaridade que perpassa e carrega rompimentos e continuidades durante os processos de transição.²⁹⁶ Do mesmo modo, existe capilaridade também entre a história e a literatura, essência do que era ser um romântico no Brasil do século XIX. Joaquim Norberto de Sousa Silva foi um romântico e historiador do IHGB que transitou entre história e literatura sem conseguir evitar que uma área “contaminasse” a outra. Esses autores se apropriam das obras de outros autores e dão a elas novos significados.

Joaquim Norberto foi um dos primeiros autores que, escrevendo após as publicações de *Marília de Dirceu*, de Tomás Antônio Gonzaga, cujas edições detalharemos a seguir, contribuiu para torná-la obra fundadora da nacionalidade brasileira, resignificando a composição do personagem lírico e fortalecendo o mito de Dirceu e Marília.²⁹⁷ A obra reflete a história de um grande amor desmantelado por forças políticas, num episódio que figura entre “aquele que seria um dos últimos espetáculos do absolutismo português no Brasil”²⁹⁸, quando a Coroa buscava garantir seu poder sobre a colônia e seus vassalos rebeldes.

A imagem mítica de *Marília de Dirceu* se consolidou pela destreza da composição poética de Gonzaga; pela relevância dada à Inconfidência Mineira, fortalecida com a apropriação dos envolvidos como heróis que figuraram na construção da nacionalidade brasileira a partir do século XIX; pela sucessão de publicações dos

²⁹⁶ CANDIDO. *Formação da Literatura Brasileira*, 1981: “É preciso inicialmente proceder à tarefa difícil de apontar os traços que permitem entrever sensibilidade nova. Relativamente nova, é claro, pois quando estabelecemos distinções marcadas entre as fases literárias, nunca devemos esquecer quanto há de comum entre elas e como as dominantes de uma já preexistem nas anteriores. Mas como se costuma associar o Romantismo a certa expansão da subjetividade, é quase obrigatório determinar os progressos desta nos momentos de transição.” (p. 279)

²⁹⁷ OLIVEIRA. *Os fios e os bordados*, 2012: “A leitura interpretativa do poema de Gonzaga no século XIX vai contribuir para a construção do mito de amor romântico, legitimando o amor idealizado entre Dirceu e Marília como algo nacional.” (p. 20)

²⁹⁸ FURTADO. *O manto de Penélope*, 2002, p. 12.

poemas originais, ocorrida desde o fim do século XVIII, e de recriações a partir da obra e da vida de Gonzaga.²⁹⁹

Marília de Dirceu – sucesso editorial a partir do século XVIII

Para compreendermos a importância do autor e da obra *Marília de Dirceu* levemos em conta suas trajetórias. Gonzaga chegou a Vila Rica para assumir seu cargo de ouvidor em 1782³⁰⁰; já no ano seguinte³⁰¹, pode ter conhecido Maria Doroteia, sua futura noiva. Estava comprometido a se casar pelo menos desde 1788³⁰², mas foi preso em 1789³⁰³ pelo crime de inconfidência, julgado e deportado para Moçambique em 1792³⁰⁴. Nesse mesmo ano, após a chegada de Gonzaga às terras do degredo na África,

²⁹⁹ HELENA. *Tomás Antônio Gonzaga*, 2005, p. 22. “As líras do ‘ciclo de Marília’ (e de Dirceu, certamente) enlaçam o leitor na magia de um possível romanceamento lírico-poético do famoso caso de amor do árcade Tomás. E o tema avulta, no conjunto da obra, como núcleo. [...] Nem a *Marília de Dirceu* é o romancear puro e simples, em versos claros, de uma realista e bucólica história de amor, nem deixa de conter uma referência a esta, embora desrealizada, ficcionalizada pelo trabalho poético da literatura. Seria atitude ingênua e empobrecedora confinar à mera autobiografia esta parte [...] da obra de Tomás. Nela, realidade e imaginação se imbricam, num trabalho ficcional (entenda-se aqui a palavra não como sinônimo do ato de narrar, mas como a natureza de todas as construções literárias, independentes do gênero a que pertençam).” A obra e a vida de Tomás Antônio Gonzaga e de Maria Doroteia Joaquina de Seixas estão, de certo modo, mesmo que a partir de um registro fictício, narradas nos poemas, assim como a produção dos poemas foi resultado de suas vidas, um modo de cortejar, de se expressar da prisão.

DOSSE. *O desafio biográfico*, 2009, p. 91. BARTHES. *Les vies parallèles*, 2002: “... o paradoxo biográfico nos leva a contemplar a vida do escritor não como algo que antecederesse e determinasse a obra, mas como algo que se lhe seguisse. Podemos então concluir que se operou uma osmose dos dois registros graças à magia da escrita, [de acordo com Barthes] ‘porquanto as duas vidas paralelas unem indissolivelmente sua duração. A escrita do narrador é, ao pé da letra, a escrita de Marcel [Proust]. Já não há autor nem personagem, já não há mais que uma única escrita’.” (p. 812)

³⁰⁰ FURTADO. Introdução, cronologia, notas e estabelecimento de texto, 1995: “**1782** Em 27 de fevereiro Gonzaga é nomeado ouvidor geral de Vila Rica, sede da capitania de Minas Gerais, na América portuguesa. Em 4 de agosto, com dinheiro emprestado por Custódio José Ferreira, embarca para a colônia, chegando ao Rio de Janeiro no dia 10 de outubro. Toma posse do cargo na capital de Minas em 12 de dezembro.” (p. 20-21)

³⁰¹ FURTADO. Introdução, cronologia, notas e estabelecimento de texto, 1995: “**1783** [...] É provável que ainda nesse ano Gonzaga tenha conhecido Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, de quem enamorou-se, filha de Baltazar João Mayrink, capitão do Regimento de Cavalaria Regular.” (p. 21)

³⁰² FURTADO. Introdução, cronologia, notas e estabelecimento de texto, 1995: “**1788** Barbacena toma posse em 11 de julho. Pedro José de Araújo Saldanha substitui Gonzaga no dia 7 de setembro. O agora ex-ouvidor requer imediatamente licença à rainha para se casar com Maria Dorotéia.” (p. 21)

³⁰³ FURTADO. Introdução, cronologia, notas e estabelecimento de texto, 1995: “**1789** [...] Gonzaga é detido em Vila Rica em 23 de maio e levado imediatamente para o Rio de Janeiro, deixando inacabada a sátira *Cartas chilenas*, encontrada mais tarde em manuscritos apógrafos. Chega à fortaleza da ilha das Cobras entre 5 e 6 de junho, aguardando o processo da devassa. Preso incomunicável, prossegue escrevendo as líras de *Marília de Dirceu*, cuja redação iniciou em Vila Rica em data ignorada.” (p. 22)

³⁰⁴ FURTADO. Introdução, cronologia, notas e estabelecimento de texto, 1995: “**1792** Em sentença de 20 de abril Gonzaga é condenado a dez anos de degredo em Moçambique, então capitania portuguesa da África. Parte no dia 23 de maio com outros réus da Inconfidência, chegando ao seu destino em fins de julho. O poeta hospeda-se na casa do ouvidor José da Costa Dias Barros, que se encontrava adoentado, passando a auxiliá-lo em suas tarefas até que viesse o substituto, Tavares de Sequeira (*sic*), que assumiu em 30 de agosto. O novo ouvidor nomeia Gonzaga provedor dos defuntos e ausentes. Sai, em Lisboa, pela Tipografia Nunesiana, a primeira edição de *Marília de Dirceu* (parte I, com 33 líras).” (p. 22-23) É

foi publicada, em Portugal, a primeira parte da obra *Marília de Dirceu*. A publicação tão rápida e num período tão conturbado se deve ao fato de que “a popularidade do ‘mavioso Dirceu’ só era comparável, na época, a ninguém menos que Camões”³⁰⁵. Além disso, saiu uma nova remessa da publicação, ou o que atualmente chamaríamos de reimpressão, da primeira parte da obra “menos de um ano depois[:] em 29 de junho de 1793 [...] a segunda fornada, depois de um lapso de tempo tão curto, só pode indicar que a aceitação da primeira tinha sido extraordinária”³⁰⁶. Sérgio Alcides demonstra seu espanto com o sucesso da obra:

Foram quase dois mil exemplares que se esgotaram em seis meses. Como agora não disponho de dados precisos sobre a população e o analfabetismo em Portugal às vésperas do século XIX, só posso dizer que duzentos anos depois, no Brasil, qualquer edição que alcance essa marca é best-seller.³⁰⁷

Uma segunda edição da obra, agora incluindo a segunda parte das liras que Gonzaga havia escrito na prisão da Ilha das Cobras, foi publicada em 1799³⁰⁸. A partir daí as edições foram inúmeras; em 1804, a obra já estava na sexta edição.³⁰⁹ O livro experimentou tamanho sucesso editorial e gerou tanto lucro que apareceu uma terceira parte da obra falsificada, posteriormente desmascarada.³¹⁰

interessante observarmos que Gonzaga se inseriu com rapidez em um cargo da administração pública portuguesa na África. Segundo cronologia de Joaci P. Furtado, em meados de 1806 Gonzaga foi nomeado procurador da Coroa e Fazenda pelo governador Francisco de Paula de Amaral Cardoso e em 2 de maio de 1809 foi designado juiz da Alfândega de Moçambique. Com relação a *Marília de Dirceu*, notamos que foi publicada em Lisboa, em 1792, a primeira parte, aquela que havia sido composta antes da prisão e durante os anos em que viveu em Vila Rica.

³⁰⁵ ALCIDES. *A pátria de Dirceu*, 1994, p. 13. O autor aponta também que “Até hoje não se sabe ao certo como chegaram ao prelo as liras que Gonzaga endereçou a sua noiva”. Em nota do trabalho, Sérgio Alcides esclarece que sua “principal fonte quanto a informações bibliográficas sobre *Marília de Dirceu* é o trabalho paciente e erudito do bibliotecário Emmanuel Eduardo Gaudie Ley, *Gonzagueana da Biblioteca Nacional* (1936)”.

³⁰⁶ ALCIDES. *A pátria de Dirceu*, 1994, p. 13.

³⁰⁷ ALCIDES. *A pátria de Dirceu*, 1994, p. 14.

³⁰⁸ FURTADO. Introdução, cronologia, notas e estabelecimento de texto, 1995: “**1799** Segunda edição de *Marília de Dirceu*, pela Oficina Nunesiana, contendo as partes I e II (totalizando 65 liras).” (p. 23)

³⁰⁹ FURTADO. Introdução, cronologia, notas e estabelecimento de texto, 1995: “**1804** Sexta edição de *Marília de Dirceu*, pela Tipografia Lacerdina (Lisboa).” (p. 23)

³¹⁰ AGUIAR. Prefácio e notas, 1992: “1800 – Sai pela primeira vez a terceira parte (falsa) de *Marília de Dirceu*, publicada em Lisboa pela Oficina de Joaquim Tomás de Aquino Bulhões./ 1802 – A Oficina Nunesiana reeditou *Marília de Dirceu* (sem a terceira parte), acrescentando à segunda parte cinco composições inéditas./ 1811 – A Tipografia Lacerdina publica em Lisboa *Marília de Dirceu*, acrescentando poemas e estrofes. Nega-se a publicar a terceira parte, de 1800, considerada apócrifa./ 1812 – Sai pela primeira vez pela Imprensa Régia de Lisboa a terceira parte, considerada autêntica, de *Marília de Dirceu*, contendo poemas sobretudo da mocidade do poeta. Posteriormente, surgiram dúvidas acerca da autoria de algumas composições.” (p. 13) Embora tenhamos optado por seguir prioritariamente a cronologia traçada por Joaci Pereira Furtado, incluímos aqui outra cronologia também importante traçada por Melânia Silva Aguiar para a edição do bicentenário da obra *Marília de Dirceu*. A autora refere-se às falsificações da terceira parte da obra. Lembramos que antes desses autores, Rodrigues M. Lapa havia

Em 1810, ano do falecimento de Tomás Antônio Gonzaga em Moçambique, saiu a sétima edição de *Marília de Dirceu*³¹¹, a primeira editada no Brasil. A publicação ocorreu pouco tempo após a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, evento que operou inúmeras mudanças na realidade dos brasileiros na sociedade da América portuguesa, incluindo aí as transformações culturais.

Inserida entre as primeiras publicações da Imprensa Régia no Brasil e com licença de Sua Alteza Real, a obra literária poderia nos iludir e indicar a superação de quaisquer indisposições causadas pela condenação de traição atribuída ao réu, poeta e ex-ouvidor de Vila Rica, acusado de inconfidência. Uma superação que se poderia observar também na indicação do bacharel Tomás Antônio Gonzaga a uma sucessão de cargos públicos na possessão lusitana de seu degredo, Moçambique. Mas a conjuntura de mudanças que o Brasil experimentava e a notoriedade da obra e do autor certamente foram os pontos principais que levaram *Marília de Dirceu* a figurar na lista dos primeiros livros a saírem publicados no Brasil após as mudanças de 1808.

É uma carreira bibliográfica meteórica para os padrões da época. Entretanto, ela representa apenas parte da popularidade das liras de Gonzaga. Tanto em Portugal quanto no Brasil a poesia do Setecentos conheceu grande difusão oral. Sua expressão deliberadamente simples – descomplicada, apesar do estilo elevado – alcançava com facilidade o ouvido do homem do povo (inclusive o analfabeto) que ainda se mostrava sensível aos modelos da poesia quinhentista.³¹²

A difusão da obra, tanto nos meios eruditos quanto populares, por via escrita e oral, deve ser levada em consideração para pensarmos os motivos por que *Marília de Dirceu* foi bem-aceita pelos leitores do século XIX e apropriada pelos escritores românticos: “nas primeiras décadas do século XIX, quem não tinha um exemplar de *Marília de Dirceu* em casa sabia as liras de cor, tanto em Portugal quanto no Brasil.”³¹³

tratado do tema referente à publicação da obra, sendo pioneiro e responsável pela atribuição da autoria das *Cartas Chilenas* a Tomás Antônio Gonzaga.

³¹¹ FURTADO. Introdução, cronologia, notas e estabelecimento de texto, 1995: “1810 Sétima edição de *Marília de Dirceu*, lançada em junho pela Imprensa Régia (Rio de Janeiro).” (p. 23); AGUIAR. Prefácio e notas, 1992: “1810 [...] A Imprensa Régia criada por D. João VI edita, no Rio de Janeiro, 'Com licença de S. A. R.', a primeira edição brasileira de *Marília de Dirceu*, inclusive a terceira parte, falsa.” (p. 13); ALCIDES. *A pátria de Dirceu*, 1994, p. 15: “as reedições são constantes, em 1812, 1817, 1819, 1820, 1824, 1827.”

³¹² ALCIDES. *A pátria de Dirceu*, 1994, p. 15.

³¹³ ALCIDES. *A pátria de Dirceu*, 1994, p. 15.

Aspectos do Romantismo no Brasil

Para divisarmos como a obra *Marília de Dirceu* se insere no Brasil do século XIX é preciso compreender as fases do Romantismo, seus paralelismos e sua sintonia com o processo de formação da nacionalidade brasileira durante o período imperial. Uma primeira fase do Romantismo se instala no Brasil entre a chegada da Família Real e a Independência. A partir desse período inicia-se um processo de transição literária que se alinha ao de transição política.

O lado A do neoclassicismo luso-brasileiro é bem conhecido: a visão de uma Arcádia onde os ideais letrados de polidez e exclusão social poderiam ganhar livre curso e agir sobre o restante do corpo da sociedade, especialmente sobre a direção dos assuntos públicos, através da acumulação de um prestígio específico das letras. E o lado B? Não menos frustrado do que o outro, em seus anseios de participação e privilégio, este é o lado imperial, que vê o imaginário ameno de uma “República das Letras” como coisa do passado [...] Neste hemisfério do Império lusitano [...] é indubitavelmente o lado da pátria, mesmo na dúvida sobre o que ela era ou poderia vir a ser.³¹⁴

Como parte da construção da nacionalidade, a historiografia e a literatura foram criadas em paralelo. Fizeram parte dela a historiografia propriamente dita, vista anteriormente, a história de uma chamada literatura de origem que entrou nessa composição e uma literatura concebida depois do século XIX, fruto, em alguns casos, do somatório da historiografia e da literatura do século XVIII. A literatura do período inicial do Romantismo brasileiro se espelhou nas obras dos árcades do fim do século XVIII, os poetas inconfidentes, e também na história do movimento da qual eles fizeram parte. Os fundadores do Romantismo brasileiro, tanto os residentes em Paris como aqueles que acompanharam e deram continuidade ao processo no Brasil, se espelharam na cultura e no modo de fazer literário da França - no “romance francês, a busca de associação à história data do fim do século XVII, e se vincula ao caráter realista que o gênero adquiria.”³¹⁵

³¹⁴ ALCIDES. O lado B do neoclassicismo luso-brasileiro: patriotismo e poesia no “poderoso império”, 2007, p. 103-104.

³¹⁵ NEVES; VILLALTA. *Quatro novelas em tempos de D. João*, 2008, p. 34. Os organizadores do volume, em texto de apresentação, examinam a relação entre romance e história. Para eles, é “significativo [...] que entre 1700 e 1750 grande parte dos romancistas franceses se tenha limitado simplesmente a substituir, nos títulos das obras, o termo ‘romance’ por ‘história’”. E ainda: “Vários escritores posteriores, pelo menos até Alfred de Vigny (1797-1863), reiteraram esse argumento engenhoso, segundo a (*sic*) qual ‘o romance é mais histórico ainda que a história’. Já Voltaire (1694-1778) observava: ‘a história diz o que foi feito; um bom romance, o que se deve fazer’. Prévost (1697-1763) entendia que romance e história teriam por objetivo ‘traçar um quadro fiel e moral da comédia humana’, mas acrescentava que o romance, por isso mesmo, mostrava-se superior (...)”.

(...), do ponto de vista da história literária esse é um momento de produção medíocre, caracterizado pela mistura de Arcadismo sobrevivente com traços que no futuro seriam considerados precursores. Inovação formal, praticamente nenhuma. Todos continuavam a fazer odes, cantos épicos, sonetos, elegias, em versificação tradicional e quase sempre com as alusões mitológicas de preceito. Mas aqui e ali começam a aparecer algumas mudanças discretas nos temas e no tom. A melancolia, por exemplo, vai sendo cada vez mais associada à noite e à lua, ao salgueiro e à saudade, sobretudo ao pormenor dos lugares.³¹⁶

A melancolia e a saudade da terra de origem, por exemplo, são características que, numa fase posterior do Romantismo no Brasil, vão encontrar na exuberância da natureza um terreno fértil para os escritos que buscam exaltar as belezas naturais do Brasil. Nesses aspectos estilísticos o Brasil se alinha à forma geral, mas assume motivações políticas diferentes da Europa³¹⁷, onde ele é movido pela contestação, influenciado pelo momento revolucionário do fim do século XVIII. A capilaridade aqui está em processo inicial, pouco se misturou com o Romantismo, mas já dá os primeiros sinais de seu avanço e formação.

Um elemento importante nos anos de 1820 e 1830 foi o desejo de autonomia literária, tornado mais vivo depois da Independência. Então, o Romantismo apareceu aos poucos como caminho favorável à expressão própria da nação recém-fundada, pois fornecia concepções e modelos que permitiam afirmar o particularismo, e portanto a identidade, em oposição à Metrópole, identificada com a tradição clássica. Assim surgiu algo novo: a noção de que no Brasil havia uma produção literária com características próprias, que agora seria definida e descrita como justificativa da reivindicação de autonomia espiritual.³¹⁸

Aspirantes a uma literatura nacional com originalidade, para figurar no panteão de atributos de uma nação autônoma, os homens letrados do Brasil beberam na fonte romântica que circulava também pelos países europeus.³¹⁹

³¹⁶ CANDIDO. *O romantismo no Brasil*, 2002, p. 16-17.

³¹⁷ BOSI. *História concisa da literatura brasileira*, 2006: “(...) o Romantismo expressa os sentimentos dos *descontentes* com as novas estruturas: a nobreza, que já caiu, e a pequena burguesia que ainda não subiu: [...], a Áustria, a Itália central e meridional, a Espanha, Portugal e, com mais evidência, as *colônias*, ainda vivem em um regime dominado pela nobreza fundiária e pelo alto clero, não obstante os golpes cada vez mais violentos da burguesia ilustrada.” (p. 91-92. Grifo do autor.) O autor aborda também o caso do Brasil: “egresso do puro colonialismo, mantém as colunas do poder agrário: o latifúndio, o escravismo, a economia de exportação. E segue a rota da monarquia conservadora após um breve surto de erupções republicanas, ameadadas durante a Regência.” (p. 92)

³¹⁸ CANDIDO. *O romantismo no Brasil*, 2002, p. 20.

³¹⁹ CANDIDO. *O romantismo no Brasil*, 2002, p. 21. “O primeiro a dar forma a esta aspiração latente foi Ferdinand Denis (1798-1890), francês que viveu aqui alguns anos e depois se ocupou das nossas coisas pela vida afora. No *Résumé de l’histoire littéraire du Portugal suivi du résumé de l’histoire littéraire du Brésil* (1826) ele fundou a teoria e a história da nossa literatura, baseado no princípio, então moderno, que um país com fisionomia geográfica, étnica, social e histórica definida deveria necessariamente ter a sua literatura peculiar, porque esta se relaciona com a natureza e a sociedade de cada lugar.”

Uma obra literária que inaugurasse genuinamente o Romantismo no Brasil só viria a surgir em 1836, *Suspiros poéticos e saudades*, do brasileiro Domingos José Gonçalves de Magalhães. A obra é o marco inicial do Romantismo brasileiro.³²⁰

Tanto no Brasil como no seu trânsito pela Europa, a literatura brasileira se ligou aos Institutos Históricos, o que nos parece natural, uma vez que era característica do Romantismo se ligar ao processo de formação de identidade das jovens nações nascidas pós-período revolucionário do fim do século XVIII.

Em 1838, tendo como modelo o Institut Historique, fundado em Paris em 1834 por vários intelectuais, [...] forma-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (o IHGB), congregando a elite econômica e literária carioca. É justamente esse recinto que abrigará, a partir da década de 40, os românticos brasileiros, quando o jovem monarca d. Pedro II se tornará assíduo freqüentador e incentivador, com a maioria, dos trabalhos dessa instituição. A partir dos anos 50 o IHGB se afirmaria como um centro de estudos bastante ativo, favorecendo a pesquisa literária, estimulando a vida intelectual e funcionando como um elo entre esta e os meios oficiais. Assim, com seus vinte anos, a suposta marionete se revelaria, aos poucos, um estadista cada vez mais popular e sobretudo uma espécie de mecenas das artes, em virtude da ambição de dar autonomia cultural ao país.³²¹

A arqueologia da produção de uma literatura própria da nação brasileira feita pelos eruditos sobre o século XVIII privilegiava "Basílio da Gama e Durão, devido ao tema indianista; em seguida, Cláudio Manuel, Gonzaga, Alvarenga Peixoto e Silva Alvarenga, *apesar do artesanal clássico*"³²². O desejo não era provar a existência do Romantismo: os "arqueólogos" eram os criadores do Romantismo, a busca era por escritores originais que haviam escrito sobre os índios do Brasil, sobre a pátria de Minas, sobre as musas inspiradoras, mulheres brasileiras, sobre conflitos políticos (como foi o caso de Gonzaga, que, mesmo sendo um legítimo português, depois de viver aqui, havia se envolvido com os temas do Brasil).

³²⁰ BOSI. *História concisa da literatura brasileira*, 2006, p. 97-99. CANDIDO. *O romantismo no Brasil*, 2002: "Nesse processo foi decisiva a conversão romântica de um grupo de jovens brasileiros residentes em Paris mais ou menos entre 1832 e 1838. Eles foram bem acolhidos por intelectuais e artistas franceses que tinham vivido no Brasil e faziam parte do *Institut Historique*, onde puderam falar sobre a pátria. Em 1836 publicaram os dois únicos números de uma revista considerada marco fundador do Romantismo brasileiro, [...] o título indígena, *Niterói*, equivalia a um programa nativista, e no primeiro número Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-82) publicou, retomando Denis, o "Ensaio sobre a história da literatura brasileira", no qual traçava o programa renovador, completado pelo do prefácio do livro que publicou no mesmo ano, *Suspiros poéticos e saudades*, considerado pelos contemporâneos o ponto de partida da transformação literária e iniciador da literatura propriamente brasileira." (p. 25-26) Sobre a obra, ver: RANGEL. *Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói*, 2011.

³²¹ SCHWARCZ. *As barbas do imperador*, 1998, p. 126.

³²² CANDIDO. *O romantismo no Brasil*, 2002, p. 33. Grifo do autor.

Esse desejo comovente de provar a existência de um *corpus* literário próprio levou os primeiros românticos a de certo modo *inventar* a literatura brasileira, tentando um primeiro levantamento, que a marcha da investigação e o estabelecimento de critérios críticos foram ampliando.³²³

O nascimento oficial do Romantismo brasileiro (1836) e a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) são muito próximos, do ponto de vista temporal e dos homens que produziram para ambos. E muito trabalho foi dispensado tanto para a composição da história quanto da literatura brasileiras.

No tempo do Romantismo esse trabalho foi representado principalmente pelos resumos históricos, as antologias, as biografias, que traçavam a sucessão das obras, colecionavam textos e narravam com toque romanesco a vida dos autores. As antologias mais importantes foram o *Parnaso brasileiro* (2 volumes, 1843-5), de João Manuel Pereira da Silva (1817-97), [...]; e o *Florilégio da poesia brasileira* (3 volumes, 1850-3), de Francisco Adolfo de Varnhagen. Ambas são precedidas de introduções críticas e históricas, a exemplo do “Bosquejo da história da poesia brasileira”, de Joaquim Norberto (introdução ao seu livro *Modulações poéticas*, 1841), o primeiro resumo da nossa literatura feito por brasileiro.³²⁴

Nesse ponto, a linha que traçamos em capítulo anterior, sobre a composição da historiografia brasileira como importante elemento na construção da imagem dos heróis da Inconfidência Mineira se cruza com a linha da formação da literatura brasileira. A área de capilaridade aumenta. Esse ponto de encontro entre História e Literatura, no que se refere à construção da imagem dos Inconfidentes, com foco em Gonzaga e na obra *Marília de Dirceu*, é representado principalmente por Joaquim Norberto de Sousa Silva.³²⁵ Um dos principais responsáveis pelo levantamento das fontes e publicações³²⁶ sobre o movimento da Inconfidência ao longo do século XIX, é também o responsável pelo levantamento literário e reedições das obras de Gonzaga, tornando-se, portanto, o

³²³ CANDIDO. *O romantismo no Brasil*, 2002, p. 34. Grifos do autor.

³²⁴ CANDIDO. *O romantismo no Brasil*, 2002, p. 34-35.

³²⁵ CANDIDO. *O romantismo no Brasil*, 2002: “Joaquim Norberto de Sousa Silva (1820-91), discípulo fervoroso de Magalhães, foi péssimo poeta, péssimo narrador, crítico razoável e bom pesquisador, que passou a vida realizando as tarefas críticas propostas ou sugeridas pelo movimento de renovação, iniciado por Denis e acelerado pelo grupo da *Niterói*. A partir dos anos de 1840 publicou artigos e criou um tipo de edição de textos do passado e do presente, acompanhados de materiais informativos de valia, segundo o critério em voga de correlacionar vida e obra. Algumas das edições que começou a preparar foram terminadas por outros, já no século XX.” (p. 35)

³²⁶ CANDIDO. *O romantismo no Brasil*, 2002: “Um fecho desse movimento foi a *História da Conjuração Mineira* (1873), de Norberto, significativa, aliás, da relativa ambigüidade com que alguns abordaram o tema: se por um lado exaltavam o sentimento de liberdade dos inconfidentes, lamentavam por outro o caráter regional do seu movimento, que contrariava o desejo de unidade, ao prever a separação de apenas uma zona do país.” (p. 36) Estudos sobre a historiografia brasileira já haviam apontado a importância de Joaquim Norberto, relativamente ao trabalho com o levantamento de fontes, principalmente.

ponto de intercessão e a partir de onde passa a ecoar a apropriação e a construção das lendas da nacionalidade. Daí ser reconhecido que “o papel do intelectual Joaquim Norberto no projeto de construção de uma identidade nacional [seja] relevante”³²⁷.

Varnhagen também é considerado ponto de intercessão importante entre a História e a Literatura, pois também realizou levantamento das obras literárias na produção da memória nacional. Mas é preciso lembrar que Varnhagem não se considerava um romântico; pelo contrário, rejeitou publicamente essa linha de pensamento de busca por certa nacionalidade extremamente naturalista/indigenista própria do Romantismo.³²⁸

Joaquim Norberto é considerado o mais importante e criterioso historiador a reunir, interpretar fontes e publicar obras sobre a Inconfidência Mineira. Coube a ele também ser um romântico e se dedicar a publicações sobre a poesia de autores que participaram do movimento rebelde, ao qual ele dedicou quase toda sua vida de pesquisador. Esse é o ponto de interseção que ressaltamos para o nosso trabalho. O Romantismo é inseparável da construção da nacionalidade brasileira, pois foi o manancial em que os homens letrados da época trafegaram no sentido de criar uma autonomia para o Brasil com relação a Portugal, foi a forma como a cirurgia de separação definitiva começou a ser feita.

Se a jovem nação aspirava a um futuro glorioso, ela devia inserir-se numa linha que pressupunha um passado em particular, próprio. Traçar essa linha foi uma tarefa a cargo do movimento romântico, que entre outras coisas encarregou-se de escrever a História do Brasil. Fazia parte da missão estabelecer uma tradição literária que se pudesse afiançar como genuinamente brasileira, não confundível com o cabedal da literatura portuguesa.³²⁹

No Brasil a pretensa autonomia literária foi criada sob o aparelho do Estado.

Sob a proteção do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, os escritores, por intermédio de suas obras, divulgavam os projetos do governo de construção de uma identidade nacional para o país. Assim o discurso ficcional contribuiu com o papel pedagógico do Estado-Nação.³³⁰

³²⁷ OLIVEIRA. *Os fios e os bordados*, 2012, p. 78.

³²⁸ CEZAR. Varnhagen em movimento: antologia de uma existência, 2007, p. 168. O autor relata a viagem a partir da qual Varnhagen passou a se considerar um não romântico: “Nessa viagem teve uma experiência que modificou completamente sua perspectiva em relação aos ‘selvagens’, pelos quais, até aquele momento, nutria uma certa simpatia provocada, sobretudo, pela carta de Caminha [...] na companhia de tropeiros, fora ameaçado por índios.”

³²⁹ ALCIDES. *A pátria de Dirceu*, 1994, p. 6.

³³⁰ OLIVEIRA. *Os fios e os bordados*, 2012, p. 51.

Foi após as mudanças promovidas “com a vinda da família real e a criação da Imprensa Régia, por decreto régio, em 13 de maio de 1808, marco de um novo momento histórico e cultural no Brasil, que a circulação dessa literatura de ficção se ampliou”³³¹, permitindo também que, posteriormente, jornais e editoras se instalassem no Rio de Janeiro, completando um cenário positivo para a difusão de livros, almanaques e periódicos em geral, concorrendo, também, para a “construção” da nossa nacionalidade.

É importante acentuarmos que, além do Instituto Histórico, com as suas revistas, as editoras e livrarias também tiveram uma parcela de contribuição na missão cultural do século XIX. A editora Garnier teve um papel importante na divulgação da literatura brasileira, procurando torná-la mais conhecida. Através da edição de obras de diversos autores, atingia-se um público leitor diferenciado [...] importantes escritores da época fizeram parte do quadro de intelectuais da livraria e editora Garnier [...] Joaquim Norberto, como um dos críticos e historiadores do Instituto Histórico, fez uma importante pesquisa, selecionou e organizou várias edições críticas [...] através da editora e livraria Garnier.³³²

Foi nesse contexto institucional e editorial favorável, criado a partir de 1808, e fortalecido nas décadas seguintes³³³, que os intelectuais brasileiros assumiram seu papel.

Por intermédio das produções literárias, os intelectuais podiam explicitar as suas ideias, ao mesmo tempo que tentavam conciliar os projetos de hegemonia cultural e de dominação política sustentados pelo Estado. O intelectual assume a tarefa de formatar uma identidade para a nação, juntamente com os órgãos institucionais do país.³³⁴

A redescoberta da Inconfidência Mineira, num contexto liberal conservador, traria enredo para os autores nacionais.

Os intelectuais brasileiros, à semelhança de uma tendência generalizada na Europa, trariam à luz um manancial de eventos, mitos, lendas e poesia, evocando um passado autóctone e dignificante. Assim, a conspiração de 1789, interpretada em termos liberal e nacionalista pelos românticos, tornar-se-ia fonte para uma série de ficções.³³⁵

³³¹ NEVES; VILLALTA. *Quatro novelas em tempos de D. João*, 2008, p. 10.

³³² OLIVEIRA. *Os fios e os bordados*, 2012, p. 50.

³³³ SERELLE. *Os versos ou a história*, 2002: “A partir da década de 1840 – época que coincide com a ascensão ao trono de Pedro II – os escritores procuraram focar episódios que, pelo essencial de seu espírito, valessem como símbolo da formação histórica da nacionalidade.” (p. 16)

³³⁴ OLIVEIRA. *Os fios e os bordados*, 2012, p. 47.

³³⁵ SERELLE. *Os versos ou a história*, 2002, p. 16.

Dirceu de Marília

Para compreendermos o processo de apropriação do que se relacionava à Inconfidência - história e produção poética -, e a construção da nacionalidade brasileira no século XIX, selecionamos as obras de Joaquim Norberto de Sousa Silva e Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa³³⁶. Ambos tiveram um papel destacado nesse processo inicial de absorção, releitura e propagação da obra e vida de Gonzaga e na construção da imagem de heróis para nossa nacionalidade embrionária.

Os dois escritores, Joaquim Norberto e Teixeira e Souza, com as suas obras *Dirceu de Marília* e *Gonzaga ou a conjuração de Tiradentes*, exprimem sua interpretação do passado histórico, definindo o que era nacionalidade e literatura brasileiras, apesar de não executarem grandes inovações estéticas como aquelas encontradas nas produções literárias dos escritores das gerações românticas posteriores.³³⁷

Após a publicação do livro *Modulações poéticas*, de 1840, Joaquim Norberto, grande interessado no tema da Inconfidência³³⁸, publicou em 1845 o livro *Dirceu de Marília*³³⁹, pouco conhecido atualmente e considerado um paradoxo na obra do autor romântico. Ao mesmo tempo em que anunciava o rigor de seu trabalho na organização e notas críticas da obra de Gonzaga, publicava um conjunto de liras totalmente “fantasiosas” em que atribuía o discurso poético a Maria Doroteia, intitulando-se Marília, como se ela tivesse escrito e enviado respostas às liras de Gonzaga. A obra é

³³⁶ Márcio de Vasconcellos Serelle e Ilca Vieira de Oliveira pesquisaram vários autores, sobre o tema da formação da identidade nacional, a partir de obras literárias relacionadas especificamente à Inconfidência Mineira, estabelecendo um quadro de recorte e análise mais amplos. No entanto, trabalharemos apenas com as duas citadas, por serem relevantes para o estudo sobre o mito de *Marília de Dirceu* em sua relação com Maria Doroteia Joaquina de Seixas.

³³⁷ OLIVEIRA. *Os fios e os bordados*, 2012, p. 50.

³³⁸ SERELLE. *Os versos ou a história*, 2002: “Joaquim Norberto é autor [...] associado a composições sobre a Inconfidência nos mais variados gêneros. Quando iniciava investigação para sua obra historiográfica, produziu o poemeto “A cabeça do mártir”, editado pela primeira vez em 1860. Antes, em 1845, já havia escrito a mistificação literária *Dirceu de Marília* – versos atribuídos à noiva de Gonzaga e que tentavam compor a outra face do idílio. Como ficcionista, publicou também a novela *O martírio de Tiradentes ou Frei José do Desterro*, em 1878. [...] seria responsável ainda pelo estabelecimento de textos críticos sobre Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto e por uma edição comentada de *Marília de Dirceu*, em 1862.” (p. 19)

³³⁹ OLIVEIRA. *Os fios e os bordados*, 2012: “Na obra *Dirceu de Marília*, de Joaquim Norberto, na qual encontramos liras em resposta às liras de Gonzaga, a forma poética utilizada pelo poeta árcade não sofre alterações. Mas, o escritor romântico marca sua diferença ao criar uma leitora-escritora para os poemas de Gonzaga. Em vários poemas, não deixa de valorizar a cor local, a flora e a fauna brasileira (a forma é a mesma, mas a diferença se estabelece nos temas desenvolvidos: é a voz lírica feminina). O texto de Joaquim Norberto obteve bastante êxito no século XIX, considerando-se que três edições foram feitas entre 1845 e 1884, pelo próprio autor.” (p. 78) As duas últimas edições foram encartadas à reedição da obra original *Marília de Dirceu* em 1862 e 1884.

considerada uma prova da falta de julgamento de Joaquim Norberto e usada por contemporâneos e críticos de seu trabalho para atacá-lo.³⁴⁰

Importa observarmos os objetivos na escrita de *Dirceu de Marília* no século XIX e sua análise para o presente trabalho, em que a literatura termina por influenciar o julgamento histórico dos leitores.

As falsas líras atribuídas a Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, ainda que iludissem somente os mais desavisados, revelam a preocupação romântica de narrar e compor a outra fase do relacionamento histórico. Não só *Marília de Dirceu* deveria ser lida através da biografia de Gonzaga, como a própria história seria construída através da literatura. O resultado desse sistema de trocas, convenções e adequações é o espelhamento entre obra e vida, sendo a imagem refletida sempre mitificada.³⁴¹

A relação fundamental entre Romantismo e História é o elemento que promove a construção dos mitos e heróis nacionais, uma vez que os primeiros mitos existem porque têm como base de sua linguagem se alimentar da nacionalidade e originalidade dos segundos. *Marília de Dirceu* se insere nesse contexto por ser um dos mais importantes objetos que alimentou essa relação.

No texto *Dirceu de Marília*, o poeta romântico Joaquim Norberto adota um processo de desdobramento da *persona* poética através de um jogo enunciativo. O autor empírico não assume a autoria das líras, passando-as para Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, noiva de Gonzaga. No entanto, a voz enunciativa das líras não é Maria Dorotéia, mas a Pastora Marília. Ao adquirir a voz de poetisa-pastora, Marília procura responder às líras escritas por Dirceu.³⁴²

A *persona lírica* de Marília, relacionada a Maria Doroteia, mascarando sua criação fictícia, é fundamental nesse processo, sem o qual não haveria a interlocutora, a pessoa que antes era fonte de inspiração e passa a dialogar com o herói, o objeto do sacrifício em nome da nação.

É mais uma vez obra do entrelaçamento entre literatura e história, entre características do fim do século XVIII e início do século XIX, entre Arcadismo e Romantismo, da passagem do colonialismo para a monarquia constitucional, entre dois lados de um mesmo homem enquanto leitor e escritor: a mistura, a simbiose, a relação intrínseca entre ambos. E começamos a ter elementos para afirmar que a história da construção dos mitos e heróis da nacionalidade brasileira, onde se inclui *Marília de*

³⁴⁰ SERELLE. *Os versos ou a história*, 2002, p. 81.

³⁴¹ SERELLE. *Os versos ou a história*, 2002, p. 83.

³⁴² OLIVEIRA. *Os fios e os bordados*, 2012., p. 74.

Dirceu, se fez, quase prioritariamente, a partir da apropriação de elementos fictícios pelo campo historiográfico.

Os leitores-escritores do texto *Marília de Dirceu* reconstróem as imagens de personagens históricas e literárias em suas reescritas literárias. Ao preencher as lacunas deixadas no texto escrito no século XIX, esses leitores-escritores procuraram, através da ficção imaginativa, tecer um bordado com dois fios, um ficcional e outro histórico.³⁴³

As líras apócrifas atribuídas a Marília teriam mais duas edições, encartadas à edição comentada de *Marília de Dirceu*³⁴⁴: uma delas feita em 1862, mesmo ano em que Joaquim Norberto publicou *Brasileiras célebres*³⁴⁵, e uma última edição em 1884, demonstrando sua visão editorial e acesso à Editora Garnier. Houve edições de *Dirceu de Marília* durante quatro décadas praticamente, permitindo um grande convívio de leitores com a obra mitificadora de Joaquim Norberto.

A sucessão de publicações afirmativas que mantiveram a personagem sempre em circulação por meio de edições sucessivas, utilizando a figura fictícia de *Marília*, contribuiu para o aniquilamento da pessoa de Maria Doroteia à medida que reforçava a figura lírica. Ela ainda vivia em Minas³⁴⁶ durante as publicações da primeira metade do século XIX, tendo falecido em 1853, sendo possível saber as informações sobre sua vida pessoal, não fosse maior o interesse pela figura poética criada por Gonzaga. Esse fato, no entanto, não conseguiu desviar os intelectuais, empenhados em recriar uma imagem adequada em uma trama inconsútil³⁴⁷ para o herói escolhido da Inconfidência Mineira: Tomas Antônio Gonzaga.

Marília vai se projetando enquanto Maria Doroteia sofre um processo de anuviamento ou apagamento devido ao maior interesse pelos elementos fictícios e literários apropriados pelos construtores da história e dos mitos da origem brasileira no século XIX. Durante o período em que foram escritas as obras *Dirceu de Marília* e *Gonzaga ou a conjuração de Tiradentes* Maria Doroteia Joaquina de Seixas estava

³⁴³ OLIVEIRA. *Os fios e os bordados*, 2012, p. 21.

³⁴⁴ OLIVEIRA. *Os fios e os bordados*, 2012: “é relevante atentarmos para o fato de que esse escritor estava ciente da divulgação e da repercussão que teriam as líras de Gonzaga ao serem publicadas pela editora Garnier. Assim, ao anexar as líras de Dirceu de Marília à edição de Marília de Dirceu, teria a garantia de que seus versos seriam lidos pelos mesmos leitores de Gonzaga.” (p. 50)

³⁴⁵ SILVA. *Marília de Dirceu*, 1862; SILVA. *Brasileiras célebres*, 1862.

³⁴⁶ Daí a importância de levantarmos seus dados biográficos. Com eles podemos demonstrar que Maria Doroteia teve uma vida comum que jamais foi levada em consideração nas publicações românticas que primaram por reforçar a imagem da figura lírica e poética de Marília, um modelo romântico.

³⁴⁷ SERELLE. *Os versos ou a história*, 2002, p. 44-50.

envolvida na vida de seu cotidiano em Minas Gerais, conforme nos mostrou a documentação trabalhada no primeiro capítulo.

Teixeira e Sousa e o primeiro romance da Inconfidência Mineira

Ao longo do período romântico, além da poesia, o romance começou a ser uma moda a partir dos anos de 1830, inicialmente por meio de traduções de romances da Europa, mas, posteriormente, procurou-se criar as obras nacionais. O autor romântico Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa³⁴⁸ (1812-61), considerado “oficialmente como sendo o primeiro romancista propriamente dito”³⁴⁹, foi também o autor que trouxe “para o leitor do século XIX o primeiro romance histórico sobre a Inconfidência Mineira: *Gonzaga ou a conjuração de Tiradentes* [...] publicado em dois volumes entre 1848 e 1851”³⁵⁰. Se a qualidade seria contestável em termos literários, outras funções foram bem-cumpridas, como a de resgatar e re-significar a memória nacional.

Nessa narrativa histórica, existe uma preocupação do escritor com a formação de uma identidade nacional, a partir do instante em que cria uma narrativa sintonizada com as “essências nacionais”, registrando as paisagens, os costumes e a história do país. O narrador, com a visão de um historiador, faz uma viagem ao contexto histórico das Minas Gerais do século XVIII em busca de uma verdadeira história da Inconfidência. Com esse texto ficcional, o escritor procura representar várias imagens da nação. Em diálogo com o passado, recompõe acontecimentos históricos e ficcionais, colocando em cena uma história de amor e de patriotismo.³⁵¹

Iuca Oliveira examina “como as figuras do poeta Gonzaga são re-construídas no imaginário brasileiro”³⁵² e como “a leitura interpretativa do poema de Gonzaga no século XIX vai contribuir para a construção do mito do amor romântico, legitimando o amor idealizado entre Dirceu e Marília como algo nacional.”³⁵³ Os autores na corte do Rio de Janeiro transformaram aquele romance, inserido no contexto de um movimento rebelde considerado regional, em algo representativo da busca por autonomia nacional,

³⁴⁸ BOSI. *História concisa da literatura brasileira*, 2006: “Um primo pobre do grupo fluminense é a tocante figura de Teixeira e Sousa, mestiço de origem humílima a quem se deve a autoria do primeiro romance romântico brasileiro, *O filho do pescador* (1843).” (p. 101); CANDIDO. *O romantismo no Brasil*, 2002. Embora seja de grande importância para a história do romance no Brasil, Candido considera Teixeira e Sousa um “Escritor de terceira ordem, apostou na peripécia e na mais desabalada complicação, ao modo dos livros de aventura e mistério que eram então devorados pelo público, tanto aqui (onde ele era bem pequeno) quanto na Europa.” (p. 40-41)

³⁴⁹ CANDIDO. *O romantismo no Brasil*, 2002, p. 40.

³⁵⁰ OLIVEIRA. *Os fios e os bordados*, 2012, p. 79.

³⁵¹ OLIVEIRA. *Os fios e os bordados*, 2012, p. 27.

³⁵² OLIVEIRA. *Os fios e os bordados*, 2012, p. 18.

³⁵³ OLIVEIRA. *Os fios e os bordados*, 2012, p. 20.

sempre defensores da continuidade por um regime monarquista. Por serem também intelectuais influentes, a partir de sua participação no IHGB, inseridos no processo de formação da nossa nacionalidade, eram um tipo diferente de leitores das obras de que se apropriaram do século XVIII e com função específica no processo de construção da identidade nacional brasileira.

Examinar as palavras de Teixeira e Sousa nos mostra qual o pensamento do autor, e possivelmente de sua época, no momento da criação da obra.

As palavras da introdução do livro dizem muito em suas entrelinhas. O IHGB somava dez anos de fundação no ano de sua publicação. O romance foi publicado algumas décadas antes de Joaquim Norberto realizar sua pesquisa e dar a conhecer o livro onde divulgava o conteúdo dos *Autos de Devassa* com detalhes “históricos” do processo de julgamento.

Poucos brasileiros haverá talvez que não conheçam os nomes de Gonzaga, do Tiradentes, de Alvarenga, de Cláudio Manuel, de José Maciel, etc.; e poucos existirão que saibam ao certo de suas desgraças, e ainda um século se não deitou sobre os acontecimentos, que chamamos – Conjuração do Tiradentes!³⁵⁴

Tiradentes recebe algum destaque para comunicar ao leitor que a conspiração daqueles homens notáveis foi contra o governo de um tempo passado, não contra o governo daquele tempo vivido pelo Brasil. Na visão do autor, transmitida aos seus leitores, era importante comunicar, logo na introdução, que o governo do tempo em que o romance foi escrito era diferente do governo ao qual o Brasil havia sido submetido até o fim do século XVIII. "Sabemos, porém que Tiradentes com outros conspirou contra o governo de seu tempo, que nessa conspiração se envolveram os personagens mais notáveis da capitania de Minas."³⁵⁵

Outro aspecto a respeito do qual Teixeira e Sousa não deixava dúvida era a história de amor entre Gonzaga e Maria Doroteia. Movido por esses fatos, o autor vai compor seu romance. Todas as incertezas não o impedem de escrever sua ficção, em dois volumes, “mas também o romancista não carece de mais: sua tarefa não é por sem dúvida a do historiador, a este a verdade; àquele a verdade e a ficção, ou ainda só esta”; afinal de contas, “quando o romancista toma por fundo de sua obra um fato já consignado na história, e de todos sabido, com quanto esse fato ocorresse revestido de

³⁵⁴ SOUSA. *Gonzaga ou a Conjuração do Tiradentes*, 1848. Introdução.

³⁵⁵ SOUSA. *Gonzaga ou a Conjuração do Tiradentes*, 1848. Introdução.

tais ou tais circunstâncias, nem por isso o romancista está obrigado a dá-lo pela mesma conta”³⁵⁶, como de fato ocorre, ou seja, a obra literária não tem esses rigores.

sabemos que Gonzaga pelo mesmo tempo amava, e era amado, e que comprometeu-se na mesma conjuração; sabemos que estes homens foram delatados, metidos em processo, e sentenciados a várias penas: dos pormenores porém que ocorreram antes, durante, e depois da conjuração, desses não temos a menor certeza.³⁵⁷

Mas no caso da história da Inconfidência Mineira, de personagens escolhidos para protagonistas como Gonzaga, Maria Doroteia ou Tiradentes, cujas histórias não eram bem-conhecidas dos leitores, o romance terminou por preencher as lacunas da história.

A tessitura do romance tem como protagonista e herói Tomás Antônio Gonzaga, que o autor define como “um homem, cujo fundo é cheio de virtudes, amigo do bem, dado à piedade, e que apesar destas belas qualidades é um composto de contradições.”³⁵⁸ Após mais alguns elogios, faz-se a exaltação da história de amor vivida por misterioso sujeito de tantas virtudes. Lendo os textos de Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa e Joaquim Norberto de Sousa Silva, contemporâneos de produção romântica, percebemos a admiração dos autores por Gonzaga.

Teixeira e Souza, para criar o seu tecido ficcional, faz uma leitura interpretativa da história de Minas Gerais no final do século XVIII, das líras de *Marília de Dirceu* e da biografia existente em torno da figura do poeta Gonzaga, para traçar os contornos da personagem ficcional de Gonzaga. E a imagem que surge a partir dessa interpretação torna-se fundamental para o projeto de construção e consolidação de uma identidade nacional para a jovem nação. Teixeira e Souza tece um enredo cujos protagonistas, Gonzaga e Maria Dorotéia, encenam uma história de amor com um fim trágico, pois o herói é preso, exilado para as terras d’Africa, onde fica louco e morre. A imagem do poeta Gonzaga aparece descrita de forma idealizada em várias partes da narrativa.³⁵⁹

A idealização e alguns trechos selecionados poderiam ser indícios de que um conhecia o trabalho do outro. Teixeira e Sousa, quando narra o romance entre o casal, afirma que “se Maria respondeu a estes versos é o que não se sabe”³⁶⁰, numa clara referência a *Dirceu de Marília*.

³⁵⁶ SOUSA. *Gonzaga ou a Conjuração do Tiradentes*, 1848. Introdução.

³⁵⁷ SOUSA. *Gonzaga ou a Conjuração do Tiradentes*, 1848. Introdução.

³⁵⁸ SOUSA. *Gonzaga ou a Conjuração do Tiradentes*, 1848, p. 1.

³⁵⁹ OLIVEIRA. *Os fios e os bordados*, 2012, p. 80.

³⁶⁰ SOUSA. *Gonzaga ou a Conjuração do Tiradentes*, 1848, p. 16.

Este nome está tão intimamente ligado a um dos mais notáveis episódios da história do Brasil, que não há brasileiro algum, que não conheça, e não saiba de suas canções eróticas, como os franceses das canções populares de Beranger, e os portugueses do poema patriótico do seu Camões.³⁶¹

Quando Gonzaga é alinhado aos grandes nomes da História e da Literatura e colocado nominalmente na posição de herói, Maria Doroteia assume ao seu lado a posição de musa e heroína daquela história de amor e liberdade.

Se faltou, como afirmou Antonio Candido, talento literário a Teixeira e Sousa, não lhe faltou talento para, de um só golpe, utilizar as luzes que grassaram na Europa impulsionando o movimento revolucionário, dando notoriedade a Gonzaga e revertendo, a favor da monarquia constitucional, vigente no Brasil, o “esclarecimento” que os portugueses experimentaram e lhes permitiu governar, agora sob novas circunstâncias, o país que colonizaram durante tantos séculos. “Uma regeneração se operou em quase toda a Europa, e as verdadeiras relações se estabeleceram entre Deus e os homens e entre os homens e os reis!”³⁶² Para o autor, havia se dissipado “a tempestade do despotismo monárquico e das ambições sagradas” e essa era a liberdade que a tudo solucionara. Gonzaga é o herói que, para os escritores românticos brasileiros, havia conseguido, através de seus ideais, demonstrar as luzes do pensamento revolucionário num momento anterior aos novos tempos, tornando o Brasil independente.³⁶³

Na concepção dos românticos, se a liberdade não foi conquistada pelos revoltosos mineiros, do fim do século XVIII, aqueles homens, e principalmente Gonzaga, haviam lutado por isso, mesmo que no campo das ideias e da poesia, e deixado elementos ricos para construir a galeria de heróis brasileiros que sacrificaram suas vidas e amores pelo bem da pátria. Um ponto importante do romance é ser precursor ao atribuir a Gonzaga lugar de destaque com relação a Tiradentes. O autor toma uma posição na qual “promove a conspiração de 1789 enquanto movimento de legitimação nacional, mas a condena por suas tendências republicanas. A monarquia,

³⁶¹ SOUSA. *Gonzaga ou a Conjuração do Tiradentes*, 1848, p. 3.

³⁶² SOUSA. *Gonzaga ou a Conjuração do Tiradentes*, 1848, p. 5.

³⁶³ Perspectiva que aproxima Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa de François-René Chateaubriand. De acordo com Wilma Peres Costa, Chateaubriand era um letrado francês que também trabalhava no limiar entre história e literatura. Ele exercera a função de Ministro plenipotenciário da França e acreditava que a monarquia era o regime ideal a ser implantado na América. Ainda segundo Costa (2010), “tanto a desordem revolucionária, como a ordem que deve superá-la partem ambas do Velho Mundo, e a monarquia constitucional deve ser seu instrumento.” (p. 19)

além de agente unificador necessário a um país disforme em território e raça”³⁶⁴, como já havíamos analisado em capítulos anteriores, era consenso entre as elites brasileiras. No entanto, Teixeira e Sousa cria em seus personagens “uma soberana 'santa' e um delegado de capitania, o Visconde de Barbacena, 'piedoso, dotado de uma alma nobre, de um caráter generoso”³⁶⁵. Podemos observar que, “diante dessa valorização da monarquia [...], Teixeira e Sousa elege a figura ambígua de Gonzaga como protagonista de seu romance, mas a 'revolução', ele deixa claro no título, é 'do Tiradentes'.”³⁶⁶ Face a isso, segundo registros conhecidos, Teixeira e Sousa preconiza a construção da imagem de herói para Gonzaga e também pretere Tiradentes da mesma posição durante o Império.

A escolha de Gonzaga como herói não só do romance de Teixeira e Souza, mas como também do período, seria mais palatável para a dinastia ainda reinante, por se tratar de personagem obscura ideologicamente, proveniente da elite colonial e que fora punida com o exílio e não com o enforcamento, seguido de decapitação e esquartejamento, que demonstrariam a barbárie da Coroa.³⁶⁷

O romance é o primeiro registro de como foi construída a imagem de Gonzaga por meio da ficção. O perfil do autor vai deixar claro sob que posições políticas se deu essa construção. Posteriormente, Joaquim Norberto vai tomar o mesmo posicionamento do romance em sua obra, levando a abrangência da literatura para o campo “pretendido” como científico da História.

Nesse texto narrativo confeccionado por Teixeira e Souza, temos um sujeito que pretende preencher os vazios deixados no tecido ficcional e histórico, ao criar uma narrativa que procura traçar novas imagens da pátria e dos heróis da Inconfidência. E esse leitor-escritor, ao elaborar o seu tecido literário, atua de forma significativa como alguém que não deixa de bordar novas imagens num tecido já existente.³⁶⁸

Percebemos que, em 1848, quando Teixeira e Sousa publicou o primeiro volume do seu romance, colheu para sua criação literária uma imagem de Gonzaga já existente na sociedade brasileira, cultivada, muito provavelmente, pelas lacunas deixadas pela história da Inconfidência - que persistem ainda hoje, como é próprio da história,

³⁶⁴ SERELLE. *Os versos ou a história*, 2002, p. 115.

³⁶⁵ SERELLE. *Os versos ou a história*, 2002, p. 115.

³⁶⁶ SERELLE. *Os versos ou a história*, 2002, p. 116-117

³⁶⁷ SERELLE. *Os versos ou a história*, 2002, p. 117.

³⁶⁸ OLIVEIRA. *Os fios e os bordados*, 2012, p. 80.

apontada pelo próprio autor do romance - e pela marca que as sucessivas publicações de *Marília de Dirceu* haviam deixado no mundo dos leitores luso-brasileiros.

De acordo com o relato de sua prima a poetisa Beatriz Brandão, Maria Doroteia ficou famosa com o sucesso de *Marília de Dirceu*. Imaginamos que essa fama deve ter se ampliado também com os escritos posteriores que se referiam à primeira obra. As pessoas iam a Ouro Preto na esperança de conhecer a mulher que havia inspirado Gonzaga e vivido com ele as agruras daqueles tempos de Inconfidência, mas Maria Doroteia, que já era uma senhora idosa, se fechava em casa, saindo apenas para ir à igreja ou cumprir compromissos mais importantes.³⁶⁹

Maria Doroteia e a imagem de *Marília de Dirceu*

Durante todo o tempo transcorrido entre a publicação de *Marília de Dirceu*, suas várias reedições e a publicação de *Dirceu de Marília*, em 1845, e dos dois volumes do romance *Gonzaga ou a Conjuração do Tiradentes*, em 1848 e 1851, a musa inspiradora, Maria Doroteia Joaquina de Seixas, levou sua vida em Minas Gerais: ingressou e atuou na Irmandade de São Francisco de Assis de Ouro Preto; pediu emancipação para administrar os bens que possuía junto com sua irmã caçula; tentou resolver pendências da instalação de água junto à Câmara Municipal; escreveu e oficializou seu testamento; viu seus irmãos e irmãs mais novos morrerem e passou por sua velhice morando com Francisca, posteriormente sua herdeira junto com Anacleto. Viveu todo esse tempo na casa deixada pelo seu tio, herança de família desde que o tronco luso-brasileiro havia chegado a Vila Rica.

Ao longo desse período, Maria Doroteia foi parte do processo histórico de seu tempo. Foi testemunha da chegada da Família Real ao Brasil; da Independência; da ida do Imperador D. Pedro I a Minas e de sua abdicação; da Revolta do Ano da Fumaça, ocorrida em Ouro Preto; da emancipação de D. Pedro II, dentre tantos outros acontecimentos por que passou o Brasil.

Não dispomos de documentação que comprove se Maria Doroteia tomou conhecimento da publicação dos livros que criavam sua imagem fictícia enquanto Marília, paralela à imagem real de noiva de Tomás Antônio Gonzaga. Livros que

³⁶⁹ *Marmota Fluminense* – Jornal de Modas e Variedades, Rio de Janeiro, terça-feira, 15 de março de 1853, p. 2. Fonte: BN. O jornal publicou uma carta de Beatriz Brandão, prima em primeiro grau de Maria Doroteia, alguns dias após a sua morte. Ver citação no texto que se segue. Outros autores também repetem essa notícia, mas a citação da prima nos parece suficiente para comprovar o costume.

trazem os primeiros registros do processo de construção da sua imagem de musa que ficou eternamente gravitando em torno dos poemas criados por Gonzaga. Essa imagem, colada à de Gonzaga, é tão mais forte que suplantou a própria vida de Maria Doroteia.

Em 1853, Maria Doroteia faleceu, com 85 anos completos, conforme detalhado no primeiro capítulo, fechando o ciclo de sua existência e deixando para sempre sua imagem vinculada à de *Marília de Dirceu* e ao nome de seu criador, Tomás Antônio Gonzaga. O *Marmota Fluminense* - Jornal de modas e variedades do dia 22 de fevereiro, em réplica à notícia do *Mercantil*, deu destaque a seu falecimento na capa: "Já não existe a desditosa amante do infeliz Gonzaga! O Mercantil de 19 do corrente dá a seguinte notícia, à qual cumpre acrescentar, que a constância de D. Maria Joaquina Dorotéia de Seixas, foi tal, que nunca quis tomar estado."³⁷⁰

O jornal expõe uma imagem de Maria Doroteia condizente com a ideia romântica sobre as mulheres, com a musa dos poemas de Gonzaga e com o fato de ela não ter se casado com outro homem, depois de todos os anos vividos após o exílio do poeta "libertário". A matéria continua reproduzindo a notícia do *Mercantil*.

Faleceu no dia 11 do corrente, na cidade do Ouro Preto, D. Maria Joaquina Dorotéia de Seixas, conhecida pelo nome de Marília de Dirceu, que imortalizou o gênio de Gonzaga. A musa inspiradora do grande poeta faleceu com 83 anos de idade segundo o seu próprio testemunho. O sentimento que lhe dominara e absorvera a vida inteira era tão forte e profundo, que apesar da idade e do lento trabalho do tempo, que fana as flores e derroca monumentos, 30 dias antes de morrer ainda falava com lágrimas do desterrado de 'Angoche'! "Quando ELE foi preso, eu tinha 17 ou 18 anos, e tinha-me contratado com ELE para nos casarmos," dizia ela ao Sr. Dr. Mello Franco, com quem conversava. O modesto féretro que encerra o corpo desse tipo de beleza, será doravante um constante motivo de saudoso pensamento para os corações sensíveis, e o dia de sua morte uma data histórica para o país.³⁷¹

Percebemos que, quando morreu Maria Doroteia em Minas, a ideia que faziam dela no Rio de Janeiro era de uma mulher que quisera permanecer solteira louvando a memória de Tomás Antônio Gonzaga. É como se ela tivesse vivido para amar a memória do noivo até o fim dos seus dias.

O obituário se alonga para comunicar aos leitores do jornal que morrera, em avançada velhice, a mulher que um dia havia sido a bela moça que fez aflorar toda a genialidade de Gonzaga. A matéria se estende num suposto depoimento de Maria

³⁷⁰ *Marmota Fluminense* – Jornal de Modas e Variedades, Rio de Janeiro, terça-feira, 22 de fevereiro de 1853, p. 1. Fonte: Biblioteca Nacional.

³⁷¹ *Marmota Fluminense* – Jornal de Modas e Variedades, Rio de Janeiro, terça-feira, 22 de fevereiro de 1853, p. 1. Fonte: Biblioteca Nacional.

Doroteia, ainda em vida, contando reminiscências saudosas de seus planos de juventude com Tomás.

Percebe-se que o jornal que relata a morte de Maria Doroteia já mostra várias características da figura conhecida e relacionada à figura lírica de *Marília*, enquanto mulher de inigualável beleza transformada em figura imortal pelas mãos do poeta Gonzaga. Provavelmente os leitores dos livros relacionados a *Marília de Dirceu* eram também leitores dos jornais da época. O final da matéria exalta romanticamente sua memória à posteridade de maneira semelhante a outros textos e autores do período. O jornal mostra também uma pretensão no sentido de sua transformação em mito e figura histórica para o país de acordo com trabalho publicado por Teixeira e Sousa.

Após a publicação daquela nota de falecimento, o *Marmota Fluminense* – Jornal de Modas e Variedades publicou, no dia 15 de março, uma nota extensa de autoria da prima em primeiro grau de Maria Doroteia, a poetisa moradora do Rio de Janeiro, Beatriz Francisca de Assis Brandão.³⁷² Mencionamos em capítulo anterior a mesma matéria publicada por sua prima para tratar da importância da genealogia para os membros da família de Maria Doroteia, ainda no século XIX, quando a prima escreveu por ocasião de sua morte. Analisaremos agora a continuidade daquela matéria observando outros detalhes.

Beatriz descreve sua prima tão bela quanto Gonzaga o havia feito, afinal os traços físicos de Maria Doroteia e sua beleza sempre aparecem nos prefácios da obra ou mesmo em relatos históricos convencionais:

Prescindindo dos arroubos de um amante poeta Maria Dorothea gozava os foros de uma completa beleza. Era de estatura mais que mediana, esbelta e sem ser magra, alva de neve, faces de rosa, olhos negros e grandes, boca pequena e graciosa ornada de belos dentes; madeixas de ébano que se enrolavam naturalmente em lustrosos anéis sobre uma fonte de branco esmalte.³⁷³

É interessante notar também que Beatriz, ao falar sobre sua prima Marília, diz que ainda que poetisa é verdadeira, tentando se afastar, talvez, de uma impressão que os escritores e poetas seriam um pouco fantasiosos ou dados a matérias fictícias em tudo que escrevessem.

³⁷² *Marmota Fluminense* – Jornal de Modas e Variedades, Rio de Janeiro, terça-feira, 15 de março de 1853, p. 2. Fonte: Biblioteca Nacional.

³⁷³ *Marmota Fluminense* – Jornal de Modas e Variedades, Rio de Janeiro, terça-feira, 15 de março de 1853, p. 2. Fonte: Biblioteca Nacional.

Meus louvores devem ser suspeitos à vista dos laços de sangue que tão de perto nos prendiam, pois somos filhas de duas irmãs; mas, ainda que poetisa, sou verdadeira, e posso afirmar; por minha fé, que o retrato que dela fez Gonzaga é tão exato, que nada deixa a dizer; quanto ao físico.³⁷⁴

Mas não nesse caso, afirma a autora, pois a poetisa diz relatar suas impressões sobre Maria Doroteia, como pessoa da família, sua prima em primeiro grau, deixando isso claro, com o que para ela parece uma prova irrefutável, o fato de que eram filhas de duas irmãs.

Se antes Beatriz havia feito o retrato físico de Marília como moça de beleza inigualável, igual à imagem descrita por Gonzaga em seus versos, ou por outros letrados que escreveram sobre ela e o amor do casal, agora ela retrata o “gênio” e a personalidade de Maria Doroteia. Ela nos revela que Maria Doroteia era uma mulher que sabia se posicionar, de opinião e respostas próprias, uma mulher até mesmo sarcástica, ou seja, compondo uma ideia bem-distinta da musa singela e apática transmitida pela história corrente.

[...] só acrescentarei que Maria Dorothea era dotada de espírito vivo, e elegância natural; tinha bons ditos, respostas prontas e adequadas; lembranças felizes, que faziam apreciável sua conversação, sempre adubada desse sal ático, que também a fazia muitas vezes temível, quando propendia para o sarcasmo, que praticava com a maior graça e firmeza.³⁷⁵

Essa é a única fonte que conhecemos que apresentará esse tipo de informação sobre Maria Doroteia.

Beatriz afirma que Maria Doroteia, nos últimos anos de sua vida, se isolou por sua idade e pelo assédio das pessoas que a procuravam pelo desejo de conhecê-la pessoalmente.

Depois da morte de nosso tio, começou a viver isolada, e algumas pessoas, que desejavam conhecê-la, eram obrigadas a procurar pretextos, e mesmo estratagemas, e nem todos conseguiram o fim. Assim passou Maria Dorothea os últimos anos da sua longa vida em práticas de devoção e caridade, doce recurso de nosso sexo, quando fogem as ilusões da mocidade; contudo ela tinha sido sempre religiosa. É quanto posso dizer de minha falecida Prima;

³⁷⁴ *Marmota Fluminense* – Jornal de Modas e Variedades, Rio de Janeiro, terça-feira, 15 de março de 1853, p. 2. Fonte: Biblioteca Nacional.

³⁷⁵ *Marmota Fluminense* – Jornal de Modas e Variedades, Rio de Janeiro, terça-feira, 15 de março de 1853, p. 2. Fonte: Biblioteca Nacional.

pois não fui ainda instruída das circunstâncias da sua morte, que devem ser as ordinárias em uma pessoa da sua idade.³⁷⁶

Procuravam, na verdade, conhecer *Marília*, enquanto estava viva, na então capital de Minas Gerais. Outro fato interessante é que confirma práticas religiosas condizentes com o que revelam as fontes da Irmandade de São Francisco de Assis de Ouro Preto, onde foi irmã devota e até Ministra por duas vezes.

Termos conhecimento da fala de uma prima de Maria Doroteia, mesmo sem sabermos o quanto conviveu com a prima, se de maneira mais estreita ou não, se contou informações que ouviu falar através de outros membros da família, por exemplo, é ter contato com um relato que pode ser o mais próximo de Maria Doroteia existente até hoje.

Vós outros, apaixonados de *Gonzaga*, que tanto vos tendes interessado, e enternecido pela catástrofe de seus desafortunados amores, recebi esta notícia fiel da sua *Marília*, e dá-lhe essa lágrima de saudosa recordação, que tanto merecem os desgraçados amantes! [*sic*]³⁷⁷

Mas a própria Beatriz Francisca de Assis Brandão³⁷⁸ era uma mulher à frente dos padrões definidos para as mulheres do século XIX, quando uma vida social ainda era tão inacessível ao sexo feminino. Talvez tenha percebido nessa publicação uma boa oportunidade de falar ao público de um jornal carioca como teria sido a família, a aparência física e o gênio dessa *Marília* que morria em Vila Rica para se ligar definitivamente a Gonzaga na galeria de heróis e mitos da nacionalidade brasileira. Mesmo mantendo boa parte da ideia que se fazia de *Marília* no século XIX, Beatriz mostra uma face até então desconhecida de sua prima, a de uma mulher de opiniões próprias e mordazes atualizando sua imagem pública com fragmentos bem diferentes daqueles criados a partir da poética de Tomás Antônio Gonzaga.

***Marília* do Romantismo**

Chegando quase ao fim do nosso trabalho, deparamo-nos com duas mulheres muito diferentes que concorrem ao posto de serem uma só: Maria Doroteia, que viveu

³⁷⁶ *Marmota Fluminense* – Jornal de Modas e Variedades, Rio de Janeiro, terça-feira, 15 de março de 1853, p. 2. Fonte: Biblioteca Nacional.

³⁷⁷ BRANDÃO. *Marmota Fluminense* - Jornal de Variedades, n. 348 - Biblioteca Nacional - PRSOR 00284[2-4].

³⁷⁸ PEREIRA *Beatriz Brandão mulher e escritora no Brasil do século XIX*, 2005.

sua vida cotidiana até a velhice em Minas Gerais, e Marília, a musa sempre jovem e apaixonada à espera de seu amado e revolucionário Dirceu.

A recuperação ou apropriação dos acontecimentos e poemas originários da Inconfidência Mineira, pelos românticos e historiadores no Brasil do século XIX, possibilitou a construção da galeria de heróis e mitos de origem da nacionalidade brasileira. Essa apropriação construiu as imagens, por exemplo, de Tiradentes, Gonzaga e, ligado a esse último, a imagem de Marília ou de mais de uma Marília.

Identificamos a existência de uma Marília, importante enquanto figura feminina nesse processo, não sendo aquela criada por Gonzaga, mas uma outra idealizada pelos românticos. A *Marília* lida e recriada no século XIX, deslocada do real, colada à imagem de Gonzaga e não à imagem de Dirceu. Essa terceira mulher, a *Marília* do século XIX elevada à condição de noiva simbólica do herói inconfidente, intelectual e também idealizado pelos românticos, Gonzaga, é a figura que permanece no imaginário nacional até a contemporaneidade. É a musa que os românticos criaram para si e para os leitores da jovem nação brasileira.

Sobre as musas, Sérgio Alcides considera o seguinte:

Quem disse que as musas influem somente sobre os autores? Afirmo que as musas também inspiram simples leitores, críticos literários, biógrafos de escritores, historiadores da literatura e quem quer que, de uma forma ou de outra, aventure-se no ato de *ler*.³⁷⁹

A Marília dos românticos conseguiu vida longa e floresceu com uma imagem intocável capaz de atravessar os séculos sem ser maculada.

Essa nova musa chega a se afastar da *Marília*, ou *Marílias*, criadas por Gonzaga. Segundo Ronald Polito, apesar de existir um modelo de mulher, ser idealizado no século XVIII, Gonzaga pinta uma Marília diferente.

Marília não é apenas uma pastora da região árcade e suas convenções, mas possui um perfil singular. Ainda que em tudo condizente com o modelo da mulher grave, modesta, que passa as horas na janela de sua casa, “na expectativa do casamento e da felicidade doméstica” Marília possui vontade própria, sabe conversar e dançar, não é assexuada, passiva, obediente e conformada. Representa, portanto, uma outra perspectiva entre esses modelos, em que o “antigo” incorpora o “moderno” buscando moldar um ideal de mulher.³⁸⁰

³⁷⁹ ALCIDES. *A pátria de Dirceu*, 1994, p. 1.

³⁸⁰ POLITO. *Um coração maior que o mundo*, 2004, p. 199.

A afirmação de Polito, a partir da análise aprofundada da composição poética de Gonzaga, poderia perfeitamente nos fazer lembrar o depoimento de Beatriz Brandão, prima de Maria Doroteia, quando se referiu à sua personalidade marcante. Nada disso pode ser documentado, são apenas alguns vestígios que nos fazem, pelo menos, levar em conta a possibilidade de não afirmar que até o fim de sua vida “Marília” ficou tão somente a “derramar lágrimas de sangue, suspirar suspiros de fogo, gemer gemidos do coração, tudo isto por um bem que se crê perdido”³⁸¹, como na criação de Teixeira e Sousa. Sobre a composição de “Marília, nossa dama do sofrimento”, construída durante o Romantismo brasileiro, Serelle utiliza Frye³⁸² para demonstrar que “a representação feminina na ficção está intimamente ligada a sofrimento, perseverança e paciência. De Julieta, de Shakespeare, a Rebecca, de Scott, elas são expostas a sacrifícios, abduzidas, escravizadas, separadas de seu amante” como aconteceu com a Marília criada pelos românticos, totalmente apartada da Maria Dorotéia real e até mesmo da Marília das poesias de Gonzaga.

A Marília do século XIX é a mulher idealizada pelos românticos, é o enredo perfeito do amor impossível. Mas os românticos brasileiros não foram os únicos a idealizá-la.

Outra forte característica da idealização da Marília romântica foi seu alinhamento com as musas dos casais mais famosos da história e da literatura. Em seu livro de 1868, o viajante Richard Burton, tradutor de obras clássicas inclusive, situa Marília em uma galeria de mulheres míticas. Burton faz uma referência clara ao espaço que Marília já havia assegurado para si, equivalente a um dos casais míticos da história e da literatura universais.

No fundo da depressão ao pé da montanha, e tendo atrás árvores frondosas, há um prédio sem beleza, comprido, baixo, coberto de telha e caiado de branco, muito parecido com uma confortável casa de fazenda. Ali morou e morreu Marília, cujo nome profano era D. Maria Joaquina Dorotéia de Seixas Brandão [*sic*], a Heroína local, Beatriz, Laura ou Natércia, e que, por pouco, escapou de ser a Heloísa de Minas.³⁸³

A comparação que Burton faz do casal cujo amor brotou sob o signo da revolução de Minas Gerais, colocando-o ao lado de Abelardo e Heloísa³⁸⁴, Beatriz e de

³⁸¹ SOUSA, *Gonzaga ou a Conjuração do Tiradentes*, v.2. 1851, p. 111.

³⁸² FRYE. *The secular scripture*, 1976.

³⁸³ BURTON. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*, 1976, p. 303.

³⁸⁴ ZHUMTHOR. *Correspondência de Abelardo e Heloísa*, 2000. “Abelardo era um filósofo vinte anos mais velho que Heloísa que se tornou seu professor. O casal viveu um caso de amor arrebatador, física e

Dante Alighieri (1265-1321)³⁸⁵, ou Laura e Petrarca (1304-1374)³⁸⁶, é precisa em vários aspectos da história “construída” para *Marília e Dirceu* e faz parte da tópica da história de amor. No “antigo sistema da retórica, a tópica é o celeiro de provisões. Contém os mais variados pensamentos: os que podem empregar-se em quaisquer discursos e escritos em geral”³⁸⁷. Assim como pode ser aplicado aos casais citados por Burton, Dirceu e Marília também são parte de uma categoria na qual o amor é frustrado, sacrificado e, por isso, imortalizado.

Ao criar, ou ao menos fortalecer, sua Marília, os românticos brasileiros cumpriram o papel de garantir um lugar para ela entre os casais mais famosos da literatura que começava a ser considerada brasileira.

Uma receita parodista dada em 1842 [...] dizia: Pega, Senhor, por exemplo, uma jovem infeliz e perseguida. Junta-lhe um tirano sanguinário e brutal [...] Quando tiveres em mão todos esses personagens, mistura-os vivamente [...] A jovencinha infeliz e perseguida! O tema é tão velho quanto o mundo (...) a donzela de grande virtude e beleza que assediada e seduzida [...] adoecida pela dor, fenece lentissimamente entre os aparatos de uma morte exemplar.³⁸⁸

A história de Marília e de Dirceu alinha-se perfeitamente ao aparato romântico da não concretização do amor, da obra de arte não materializada, da beleza que emana do sofrimento, da dor e da fantasia. Ainda para Praz, apropriar-se de ideias construídas sobre interpretações ou ideais românticos é como “edificar sobre areia movediça”³⁸⁹.

Com base em imagens representadas no discurso ficcional e histórico, os textos *Dirceu de Marília* e *Gonzaga ou a conjuração de Tiradentes* vão criar

intelectualmente, na região de Paris no século XII. Regada por poemas e cartas apaixonadas de ambos, tornou-se uma história mítica de muitas lacunas numa fronteira entre a história e a literatura. Casaram-se, porque o relacionamento dos dois foi descoberto, e tiveram um filho, mas Abelardo foi castrado pelo pai de Heloísa. Depois desse episódio trágico o filósofo isolou-se em uma abadia e ela tornou-se abadessa em um convento. Ambos continuaram a escrever cartas e poemas um para o outro, mas nunca mais se falaram. Por fim o casal repousa no mesmo túmulo, construído por Heloísa em homenagem a Abelardo. Conta-se que quando ela morreu e abriram a tumba, Abelardo estava de braços abertos esperando por Heloísa e lá finalmente repousaram juntos.”

³⁸⁵ DONATO. 1981, p. VII-XVI. "Dante amara Beatriz desde que a vira pela primeira vez, ele tinha nove anos e ela oito. Beatriz morreu aos vinte e quatro anos de idade e casada com outro homem. As dores de Dante foram tantas 'que seus parentes e amigos nenhum fim dele esperavam que não fosse a morte prematura'. Beatriz é citada 64 vezes na *Divina Comédia*, perdendo apenas para Deus em número de vezes que seu nome aparece na obra. Algum tempo depois da morte de Beatriz, Dante casou-se e teve 'pelo menos três filhos (...) da esposa Gemma de Manetto Donati'."

³⁸⁶ Petrarca foi um importante intelectual, poeta e humanista italiano, famoso principalmente devido ao seu Romanceiro. Considerado o inventor do soneto, tipo de poema composto de 14 versos.

³⁸⁷ CURTIUS. *Literatura européia e Idade Média latina*, 1996, p. 121.

³⁸⁸ PRAZ. *A carne, a morte e o diabo na literatura romântica*, 1996, p. 102.

³⁸⁹ PRAZ. *A carne, a morte e o diabo na literatura romântica*, 1996, p. 31.

novos significados para a imagem já existente do poeta árcade e, não deixando, por sua vez, de traçar um contorno para o corpo da nação.³⁹⁰

O objetivo não é condenar as construções que os românticos fizeram a partir da poesia setecentista, mas sabermos analisá-las, as duas épocas, bem como aqueles que produziram em cada período como homens de seu tempo e que o fizeram sob influências distintas em cada período quando procuraram se aproximar da época anterior à sua. "Aqueles aproximações têm um valor e respondem a uma função útil, desde que se tratem como aquilo que são, isto é, como aproximações, e não se pretenda delas o que não podem dar, isto é, exatidão de pensamento cerrado."³⁹¹

Desse modo, a história do casal do século XVIII, que teve a vida cotidiana interrompida pelo movimento da Inconfidência Mineira, sob um véu poético muito atraente, adequou-se à apropriação de românticos brasileiros do século XIX para compor o panteão cívico nacional. No caso dos republicanos, que até esse momento não tinham entrado em nossa análise, pois demandariam enorme trabalho e detalhamento, sua influência cresceu a partir do momento em que o sistema monárquico foi perdendo sua força sob o período Imperial e o reinado de D. Pedro II.

Os intelectuais do império, historiadores e literatos, mantidos sob os auspícios do IHGB e do poder estatal de D. Pedro II, enaltecem a imagem de Gonzaga como o herói maior da nacionalidade brasileira, ainda em formação, como analisamos até aqui. Nesse rastro se formou a figura de Marília de Dirceu.

³⁹⁰ OLIVEIRA. *Os fios e os bordados*, 2012, p. 51.

³⁹¹ PRAZ. *A carne, a morte e o diabo na literatura romântica*, 1996, p. 25.

Conclusão

A historiografia praticada pelos intelectuais do IHGB contribuiu para o processo de formação da nacionalidade brasileira de modo fundador, impregnada pelo Romantismo do período. Mesmo Varnhagen, que se dizia um não romântico, estava, em alguns aspectos, impregnado pelo Romantismo. Embora não defendesse a exaltação dos índios brasileiros, por exemplo, mantinha-se fiel aos preceitos românticos de “busca pelo original e pelo nacional até a paixão pelas viagens”³⁹². Isso nos parece importante para afirmar que a historiografia brasileira fundadora é romântica.

Os intelectuais envolvidos no processo de construção da imagem de heróis para uma nacionalidade em formação, dentre as quais se insere a de *Marília de Dirceu*, são detentores de características próprias dos homens inseridos nas instituições que receberam e exerceram influência sobre ações do Estado no século XIX: são grandes proprietários, ou pessoas ligadas a eles; são também escravistas e monarquistas, por exemplo, homens de uma elite econômica ou intelectual. Trata-se, de início, de um período de busca por autonomia política, desde que essa não implicasse o rompimento definitivo com a ligação com a Europa, via Portugal.

O romance *Gonzaga ou a Conjuração do Tiradentes*, de Teixeira e Sousa, publicado em dois volumes nos anos de 1848 e 1851, têm um papel importante na disseminação e construção da imagem de mito para o casal Dirceu e Marília. No entanto, como o próprio autor afirmou, não tinha compromisso com a verdade histórica, mas com a ficção, objeto final de seu trabalho. Afinal, tratava-se claramente de um romance sobre amor e “revolução”. Joaquim Norberto foi diferente de Teixeira e Sousa. Por isso, acreditamos que o grande entrelaçamento entre história e literatura se deu, em grande parte, com homens como Joaquim Norberto de Sousa Silva, um sujeito do IHGB que se intitulava tanto historiador como poeta.

Na ligação da historiografia com o Romantismo, no século XIX, foi gestada a construção do mito de *Marília de Dirceu*. Joaquim Norberto teve um papel fundamental nesse processo, não fugindo à maneira de fazer história dos homens do IHGB. Publicou,

³⁹² CEZAR. Varnhagen em movimento: antologia de uma existência, 2007, p. 162.

conforme já mencionado, reedições da obra de Tomás Antônio Gonzaga; seus próprios poemas, chamados *Dirceu de Marília*, onde assumia, de maneira apócrifa, a identidade de Maria Doroteia para responder às líras de Gonzaga; uma série de biografias, incluindo as femininas no livro *Brasileiras célebres*, onde figurava também Maria Doroteia; e a *História da Conjuração Mineira*, dedicando-se paralela e continuamente à história e à literatura.

De acordo com Oliveira³⁹³, e até referência em contrário, as biografias produzidas por membros do IHGB, no século XIX, fizeram parte de uma operação historiográfica que representou um papel importante na exaltação de “grandes homens” considerados sujeitos notáveis em letras, armas e virtudes que seriam úteis por sua capacidade de figurarem como exemplos a serem seguidos e por fornecerem lições morais no Brasil em formação. No caso, *Marília* e as outras mulheres biografadas na obra *Brasileiras célebres*, de Joaquim Norberto, por exemplo, também cumpriram seu papel na construção de modelos femininos naquela operação historiográfica.

Apesar de grande proximidade entre a produção de *Brasileiras célebres* e o período em que Maria Doroteia viveu, o livro pouco relata sobre fatos de sua vida em Minas Gerais. A preocupação e “o esforço dos letrados brasileiros em associar o uso do passado, pela via dos exemplos biográficos”³⁹⁴, bem como a escrita de “biografias dos brasileiros ilustres, à maneira das vidas dos varões antigos, teriam a função pragmática de servir como modelos de conduta e estímulo à imitação”³⁹⁵. Isso ocorreu no processo de criação do modelo de musa exemplar do herói letrado da Inconfidência Mineira: Tomás Antônio Gonzaga, imitando tantas outras musas de outros heróis.

De acordo com a construção romântica, operada pelos homens do IHGB, sempre que Gonzaga aparece no horizonte dos heróis da Inconfidência Mineira vemos passar fundo a figura lírica, singela e poética de Marília, sacrificada, sempre à espera, degredada em sua própria pátria de Minas.

A construção feita a partir da apropriação dos eventos da Inconfidência Mineira, mesclada à transformação de Marília e Dirceu em musa e herói românticos, são parte importante da formação de mitos que inseridos e repetidos ao longo de algumas décadas do século XIX, vão entrar no imaginário popular, operando um aniquilamento gradual

³⁹³ OLIVEIRA. *Escrever vidas, narrar a história*, 2009; SOUZA. *Os membros da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica*, 2008, p. 149.

³⁹⁴ OLIVEIRA. *Escrever vidas, narrar a história*, 2009, p. 56.

³⁹⁵ OLIVEIRA. *Escrever vidas, narrar a história*, 2009, p. 56.

do que poderiam ser os personagens históricos. Tratando de mitos e História, Mircea Eliade aponta casos de personagens cuja “existência histórica é inquestionável” mas que sua biografia passou por completa reconstrução, “que se conformava com as normas do mito”³⁹⁶ em que se transformou. O autor aponta também que “no mito, existe sempre uma mulher para ajudar a proteger o herói”³⁹⁷, sempre no campo do imaginário, do místico e do simbólico. No caso de Maria Doroteia, ela protege com sua nacionalidade brasileira e cumpre a função de emprestar a Gonzaga uma brasilidade que o autoriza a ser tratado como herói em busca da independência e da nacionalidade brasileira. A Marília romântica, construída pelos homens do século XIX, se alinhou ao modo de escrever a história do período em que “o episódio histórico em si, por mais importante que seja, não é conservado na memória popular, e sua lembrança tampouco alimenta a imaginação popular, salvo enquanto o episódio histórico particular estiver próximo de um modelo mítico”³⁹⁸, como foi o caso de Marília e Dirceu.

A partir dos dados biográficos reunidos sobre Maria Doroteia, levantamos a hipótese de que em nenhum momento foi cogitado, pelos autores que contribuíram para a construção da imagem daqueles heróis, utilizar minimamente a história de sua vida na base dessa construção. O tratamento ficcional que a personagem lírica *Marília* recebeu refere-se à ligação feita com os poemas de Tomás Antônio Gonzaga. Interessava-lhes a imagem de musa jovem e bela que permaneceu esperando pelo seu amor em Minas Gerais. Aqueles autores foram contemporâneos dela. Quando ocorreu a publicação do romance de Teixeira e Sousa, nos anos de 1848 e 1851, Maria Doroteia estava viva e poderia ter sido consultada pessoalmente sobre sua história. Mas no caso do autor dos dois volumes, seu objetivo era escrever uma obra de ficção.

As publicações de Joaquim Norberto são posteriores ao falecimento dela, em 1853. Na pesquisa que solicitou ao correspondente Rodrigo Bretas³⁹⁹, vereador de Mariana, para a redação de *Brasileiras célebres*, publicado em 1862, foram levadas em consideração apenas as informações sobre seu nascimento e data de falecimento. Questionamos como se deu e se encaminhou a contradição entre a forma criteriosa que os homens do IHGB atribuíam ao seu próprio trabalho e as influências do Romantismo

³⁹⁶ ELIADE. *Mito do eterno retorno*, 1992, p. 41.

³⁹⁷ ELIADE. *Mito do eterno retorno*, 1992, p. 42.

³⁹⁸ ELIADE. *Mito do eterno retorno*, 1992, p. 43.

³⁹⁹ SILVA. *Brasileiras célebres*, 1997, p. 195.

próprio do período. Joaquim Norberto, ao contrário de Teixeira e Sousa, se propôs a escrever uma biografia histórica e documentada.

O livro *História da Conjuração Mineira*, publicado em 1873, possui grande relevância para as pesquisas sobre o tema ainda hoje, principalmente por causa das fontes utilizadas, mas o autor parece não conseguir se afastar das características românticas, mesmo no tratamento historiográfico. Embora Joaquim Norberto citasse fontes e documentos em centenas de notas e afirmasse buscar um trabalho historiográfico⁴⁰⁰ que chamou de objetivo, de busca pela verdade, a imparcialidade pode ser considerada um objetivo de difícil alcance. O autor também esteve, como estamos todos, sujeito às subjetividades de suas “paixões” e interesses políticos, além de sujeito às influências do Romantismo.

Uma questão formulada a partir do presente trabalho é que qualquer das informações levantadas sobre a vida cotidiana de Maria Doroteia como, por exemplo, a inserção em uma irmandade religiosa, a emancipação e principalmente a suspeita de ter tido um filho, levantada a partir de seu testamento, modificaria a imagem atribuída a ela, até impossibilitando àquela *Marília* romântica de figurar como um modelo de mulher ideal ao lado do herói Tomás Antônio Gonzaga, também construído pelo Romantismo.

Atualmente, as possibilidades para as pesquisas biográficas vêm sendo investigadas e problematizadas, mas sua relação com a historiografia e a impossibilidade de levantamento completo e/ou linear de uma vida tem levado à busca por uma metodologia adequada para cada tipo de sujeito biografado ou para cada tipo de fonte disponível, o que faz com que o tema das biografias permaneça em aberto.

Mas levamos em conta que na historiografia o “objetivismo” puro não pode ser encontrado e que o “subjetivismo” não pode ser evitado.⁴⁰¹ Como sujeitos de seu tempo, aqueles homens ligados ao IHGB construíram a imagem de heróis e pessoas a eles relacionadas, de acordo com o caminho historiográfico apontado pelo período, pelas preferências políticas e pela classe social à qual pertenciam.

⁴⁰⁰ LORIGA. O eu do historiador, 2012.

⁴⁰¹ LORIGA. O eu do historiador, 2012, p. 253.

Referências

Fontes primárias:

Anuário do Museu da Inconfidência. Testamento Maria Doroteia. Ouro Preto, 1952.

Anuário do Museu Imperial – Viagem do Imperador a Minas. Petrópolis, 1957.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte. Diário de Minas, 04/04/1867.
Disponível em:

<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?lid=127463>.

Acesso em: 28/10/2014.

ARQUIVO PÚBLICO DE OURO PRETO. Ouro Preto. Livro de Atas da Câmara Municipal de Ouro preto, 1846, folhas 75, 75v., 16 e 77.

Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. 2. ed. Brasília: Câmara do Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1980. 10v.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Marmota Fluminense*. Jornal de Variedades, n. 342. PRSOR 00284[2-4]

BIBLIOTECA NACIONAL. *Marmota Fluminense*. Jornal de Variedades, n. 348.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1893. RRc - SPR 00001

BRANDÃO, Beatriz. In: BIBLIOTECA NACIONAL. *Marmota Fluminense*. Jornal de Variedades, n. 348. PRSOR 00284[2-4]

CASA DOS CONTOS. Ouro Preto. Livro de Entrada e Profissões - Conta Corrente da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Assis de Ouro Preto - Livro 2, folhas 122 e 261.

MUSEU DO ALEIJADINHO. Ouro Preto. Livro de Entrada e Profissões - Conta Corrente da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Assis de Ouro Preto - Livro 2, folhas 122, 171, 211 e 261.

Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, ano VII, fascículos I e II, jan./jun. 1902, p. 401-409.

Bibliografia:

AGUIAR, Melânia Silva. Prefácio e notas. In: GONZAGA, Tomás Antônio. *Marília de Dirceu. Edição do bicentenário (1792-1992)*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1992.

AGUIAR, Melânia Silva de. Poetas inconfidentes de Minas Gerais: Cláudio, Gonzaga, Alvarenga. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *As Minas setecentistas*. v. 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 335-355.

ALCIDES, Sérgio. *A pátria de Dirceu: memória e invenção de uma lenda nacional no século XIX*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, PUC-Rio, 1994.

ALCIDES, Sérgio. *Estes penhascos: Cláudio Manuel da Costa e a paisagem das Minas 1753-1773*. São Paulo: Hucitec, 2003.

ALCIDES, Sérgio. O labo B do neoclassicismo luso-brasileiro: patriotismo no “poderoso império”. In: KURY, Lorelai (Org.). *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota* (1813-1814). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. p. 103-140.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Melo e. *História da vida privada no Brasil*. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 83-154.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BANDEIRA, Manuel. *Guia de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

BARBOSA, Antônio José. Introdução. In: SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *Brasileiras célebres*. Edição facsimilar. Brasília: Senado Federal, 1997.

BARTHES, Roland. Les vies parallèles. *La Quinzaine Littéraire*, Paris, 15 mar. 1966. Republicado em *Oeuvres complètes*. T. II, 1962-1967. Paris: Le Seuil, 2002.

BLUTEAU, Rafael. *Dicionário*. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1>>. Acesso em: 10 set. 2013.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8v. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 183-191.

BRANDÃO, Thomaz. *Marília de Dirceu*. Ribeirão Preto: Biblioteca da Boa Viagem; Sociedade União dos Viajantes, 1932.

BRETAS, Rodrigo José Ferreira. *Antônio Francisco Lisboa: O Aleijadinho*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2002. (Coleção Reconquista do Brasil - 2ª série)

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. v. 1. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981.

CANDIDO, Antonio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/SP, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CATROGA, Fernando. Pátria, nação e nacionalismo. In: SOBRAL, José Manuel; VALA, Jorge (Orgs.). *Identidade nacional, inclusão e exclusão social*. Lisboa: ICS, 2010. p. 13-34.

CATROGA, Fernando. *Pátria e Nação*. Curitiba: UFPR, 2011. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/P%C3%A1tria-e-Na%C3%A7%C3%A3o-Fernando-Catroga.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: antologia de uma existência. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 159-207, jul./dez. 2007.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Melhoramentos no Brasil: integração e mercado na América portuguesa (1780-1822)*. 2001. 359f. Tese (Doutorado em História). Niterói, ICHF/UFF, 2001.

CHIARAMONTE, José Carlos. Metamorfoses do conceito de Nação durante os séculos XVII e XVIII. In: JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Unijuí; Fapesp, 2003, p. 61-91.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *Pintura, história e heróis no século XIX: Pedro Américo e "Tiradentes esquartejado"*. 2005. 495f. Tese (Doutorado em História). Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2005.

COSTA, Wilma Peres. A Independência na Historiografia Brasileira. In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência do Brasil: História e Historiografia*. v. 1. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2006. p. 53-117.

COSTA, Wilma Peres. Entre tempos e mundos: Chateaubriand e a outra América. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 11, p. 5-25, mai. 2010.

CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura europeia e Idade Média latina*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1996.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da Metrópole e outros estudos*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *!822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. In: *A interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 39-126.

DONATO, Hernâni. Prefácio e notas prévias. In: ALIGHIERI, Dante. *A divina comédia*. Trad. Hernani Donato. Ilustrações de Gustave Doré. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ELIADE, Mircea. *Mito do eterno retorno*. São Paulo: Mercuryo, 1992.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.

FIGUEIREDO, Luciano. Pannel histórico. In: PROENÇA FILHO, Domício (Org.). *A poesia dos Inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1996.

FIGUEIREDO, Luciano. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FIGUEIREDO, Luciano. *Mulher e família na América portuguesa*. São Paulo: Atual, 2004.

FIGUEIREDO, Luciano. É pejorativo chamar a conspiração de “inconfidência”? *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 9 set. 2007. Disponível em

<<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/e-pejorativo-chamar-a-conspiracao-de-inconfidencia>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

FONSECA, Alberto de Freitas Castro. *Controle e uso da água na Ouro Preto dos séculos XVIII e XIX*. 2004. 127f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Ouro Preto, UFOP, 2004.

FONSECA, Alberto de Freitas Castro. Ouro Preto, água limpa: o abastecimento doméstico de água no epicentro do Ciclo do Ouro. *Revista Brasileira de Recursos Hídricos*, Porto Alegre, v. 13, n. 3, jul./set. 2008, p. 177-188.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. Representações de um passado de ouro: mitos, memória e imaginário da Inconfidência. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *As Minas setecentistas*. v. 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 649-668.

FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do Cônego: como era Gonzaga?; e outros temas mineiros*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1981.

FRYE, Northrop. *The secular scripture: a study of the structure of romance*. Massachusetts: Harvard University Press, 1976.

FURTADO, Joaci Pereira (Notas e estabelecimento de texto). GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FURTADO, Joaci Pereira. *Uma República de leitores: História e memória na recepção das Cartas Chilenas (1845-1989)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FURTADO, João Pinto. *Inconfidência Mineira: história e diálogo com a historiografia*. 200. Tese (Doutorado em 2000) - São Paulo, FFLCH/Universidade de São Paulo, 2000.

FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-1789*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FURTADO, João Pinto. A Inconfidência Mineira: um novo tempo ou reedição dos motins do Antigo Regime? In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *As Minas setecentistas*. v. 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 629-648.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FURTADO, Júnia Ferreira. As mulheres nas Minas do ouro e dos diamantes. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *As Minas setecentistas*. v. 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 481-504.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, João Batista de Magalhães. *Documentário sobre Marília de Dirceu*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1966.

GONÇALVES, Adeldo. *Gonzaga, um poeta do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GONÇALVES, Andréa Lisly. Os "Fidalgos Caramurus": perfil socioeconômico e padrão de ocupação (Minas Gerais, 1831-1833). In: PAIVA, Eduardo França (Org.). *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 243-261.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONÇALVES, Andréa Lisly. Lideranças restauradoras e mobilizações populares na formação do Estado Nacional Brasileiro: Minas Gerais, 1831-1835. In: COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Orgs.). *De um império a outro: estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2007. p. 180-200.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas na formação do Estado Nacional Brasileiro: Minas Gerais, 1831-1835*. São Paulo: Hucitec: 2008. (Apoio FAPEMIG)

GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

GONÇALVES, Andréa Lisly. Aspectos da história e da historiografia sobre o Brasil e Portugal das primeiras décadas do século XIX. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 10, dez. 2012, p. 32-53.

GONZAGA, Tomás Antônio. *Marília de Dirceu. Edição do bicentenário (1792-1992)*. Prefácio e notas de Melânia Silva Aguiar. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1992.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

GRAMMONT, Guiomar de. *Aleijadinho e o aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GUERRA, François Xavier. A nação moderna: nova legitimação e velhas identidades. In: JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Unijuí; Fapesp, 2003. p. 33-60.

HANSEN, João Adolfo. As líras de Gonzaga: entre retórica e valor de troca. *Revista Via Atlântica*, São Paulo, USP, n. 1, p. 40-52, 1997.

HELENA, Lúcia. *Tomás Antônio Gonzaga*. Rio de Janeiro: Agir, 2005. (Edições Biblioteca Nacional)

HOBBSAWM, Eric. A invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-23.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Introdução geral. In: AB'SABER, Aziz N. *A época colonial, tomo II: administração, economia, sociedade*. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1997. (*História Geral da Civilização Brasileira*. v. 1, t. 2.)

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: *História geral da civilização brasileira*. Tomo II: O Brasil monárquico. São Paulo: Bertrand Brasil, 1997.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

IGLÉSIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

JANCSÓ, István. A sedução da liberdade. In: NOVAIS, Fernando A. (coordenador geral); SOUSA, Laura de Mello e (organizadora do volume). *História da vida privada no Brasil I: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 388-437.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000. p. 127-175.

JANCSÓ, István. Independência, Independências. In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005. p. 17-48.

JANCSÓ, István. O Brasil não comporta heróis populares. *Revista de História*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, n. 43, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/istvan-jancso>>.

JARDIM, Márcio. *A Inconfidência Mineira: uma análise factual*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989.

KANTOR, Iris. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-brasileira, 1724-1759*. São Paulo: HUCITEC, Centro de Estudos Baianos, Universidade Federal da Bahia, 2004.

LAPA, Rodrigues. *Obras completas de Tomás Antônio Gonzaga*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

LAPA, Rodrigues M. Tiradentes e Gonzaga. (Separata) *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, n. 10, p. 103-109, jun. 1958.

- LEAL, Waldemar Rodrigues de Oliveira. *Marília e Dirceu, genealogias e diversos*. Belo Horizonte: Expressa Artes Gráficas e Editora Ltda, 1990.
- LE GOFF, Jacques. *São Luis: biografia*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- LIMA JR., Augusto de. *O amor infeliz de Marília e Dirceu*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1998.
- LORIGA, Sabina. O eu do historiador. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 10, p. 247-259, 2012.
- LOTT, Mirian Moura. *Na forma do ritual romano: casamento e família em Vila Rica (1804-1839)*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008.
- LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MALERBA, Jurandir. Esboço crítico da recente historiografia sobre a Independência do Brasil (c. 1980-2002). In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 19-52.
- MATHIAS, Herculano Gomes. *Um recenseamento da capitania de Minas Gerais. Vila Rica - 1804*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969. (Publicações do Arquivo Nacional, 63)
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MATTOSO, Katia M. de Queiros. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal, 1750-1808*. Trad. João Maia. São Paulo: Paz & Terra, 1995.
- MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro. In: MAXWELL, Kenneth. *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 157-208.
- MOREL, Marco. Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820 - 1830. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 39-58, 2002.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *Quatro novelas em tempos de D. João*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.
- NEVES, Maria Agripina. *Do Monte Carmelo a Vila Rica: aspectos historiográficos da Ordem Terceira e da Igreja do Carmo de Ouro Preto*. Ouro Preto: Edição da autora, 2010.

OLIVEIRA, Ilca Vieira de. Gonzaga, tradição recepção e reescritas. *Letras*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria, n. 22, 2001, p. 97-105.

OLIVEIRA, Ilca Vieira de (Org.). *Dirceu de Marília*: liras atribuídas à Maria Dorotéia Joaquina de Seixas por Joaquim Norberto de Souza Silva. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2001.

OLIVEIRA, Ilca Vieira de. *Os fios e os bordados*: imagens de Gonzaga na ficção literária brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história*: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. 217f. Tese (Doutorado em História Social) - Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*: estratégias de resistência através dos testamentos. 3. ed. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2009.

PEREIRA, Cláudia Gomes. *Beatriz Brandão mulher e escritora no Brasil do século XIX*. São Paulo: SCORTECCI, 2005.

PIMENTA, João Paulo G. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 3, p. 53-82, set. 2009.

POLITO, Ronald. *Um coração maior que o mundo*: Tomás Antônio Gonzaga e o horizonte luso-colonial. Prefácio de Melânia Silva de Aguiar. São Paulo: Globo, 2004.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.

PRAZ, Mário. *A carne, a morte e o diabo na literatura romântica*. Campinas: Unicamp, 1996.

RANGEL, Marcelo de Mello. *Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói*: os primeiros românticos e a civilização do Império do Brasil. 2011. Tese (Doutorado em História Social) - Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011.

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano*: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REIS, João José; CARVALHO, Marcus J. M. de; GOMES, Flávio dos Santos. *O Alufá Rufino*: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil*: de Varnhagen a FHC. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Inconfidência Mineira: leituras e releituras ou para ler a história da Inconfidência Mineira. *Análise e Conjunturas*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2-3, p. 83-94, 1989.

RODRIGUES, André Figueiredo. *A fortuna dos Inconfidentes: caminhos e descaminhos dos bens de conjurados mineiros (1760-1850)*. São Paulo: Globo, 2010.

ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Angela Vianna. *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ROSOLIA, Orestes. *Marília, a noiva da Inconfidência*. 2v. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1957.

ROUGEMONT, Denis de. *O amor e o Ocidente*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

SACARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Brasiliana, 1978.

SALLES, Fritz Teixeira de. *Associações religiosas no Ciclo do Ouro: introdução ao estudo do comportamento social das irmandades de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG, 1963.

SALLES, Fritz Teixeira de. *Associações religiosas no Ciclo do Ouro: introdução ao estudo do comportamento social das irmandades de Minas no século XVIII*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Perspectiva, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil Colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SERELLE, Márcio de Vasconcellos. *Os versos ou a história: a formação da Inconfidência Mineira no imaginário do Oitocentos*. 2002. 230f. Tese (Doutorado em Letras) - Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 2002.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. Identidades políticas e a emergência do novo Estado nacional: o caso mineiro. In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005. p. 515-555.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Marília de Dirceu: liras de Tomas Antônio Gonzaga precedidas de uma notícia biográfica e do juízo crítico dos autores estrangeiros e nacionais e das liras escritas em resposta as suas e acompanhadas de documentos históricos por Joaquim Norberto de Souza Silva*. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *História da Conjuração Mineira: estudos sobre as primeiras tentativas para a independência nacional baseados em numerosos impressos ou originais existentes em várias repartições*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier - Livreiro

Editor do Instituto Histórico, 1873. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01685400#page/1/mode/1up>>. Acesso em: 14 out. 2013.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Brasileiras célebres*. Introdução de Antônio José Barbosa. Ed. fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1997.

SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SKIDMORE, Thomas E. *Uma história do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SOARES, Sônia Regina Pinto. *Joaquim Norberto de Souza e Silva historiador: um olhar sobre Minas Gerais colonial*. 2002. 248f. Dissertação (Mestrado em História) - Campinas, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2002.

SOUZA, Antônio Gonçalves Teixeira de. *Gonzaga ou a Conjuração do Tiradentes*, v.1. Rio de Janeiro: Typographia de Teixeira & Ca., 1848.

SOUZA, Antônio Gonçalves Teixeira de. *Gonzaga ou a Conjuração do Tiradentes*, v.2. Rio de Janeiro: Typographia de Teixeira & Ca., 1851.

SOUZA, Adriana Barreto de; LOPES, Fábio Henrique. A biografia como problema. Entrevista com Sabina Loriga. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 9, p. 26-37, ago. 2012.

SOUZA, Cristiano Oliveira de. *Os membros da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica: prestígio e poder nas Minas (século XVIII)*. 2008. 201f. Dissertação (Mestrado em História) – Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

SOUZA, Laura de Melo e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e. *Cláudio Manuel da Costa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, Rafael de Freitas e. *O Tiradentes leitor*. Viçosa-MG: Suprema, 2008.

STUMPF, Roberta Giannubilo. *Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de hábitos das ordens militares nas minas setecentistas*. Brasília: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, 2009.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TRINDADE, Cônego Raimundo. *São Francisco de Assis de Ouro Preto: crônica narrada pelos documentos da Ordem*. Rio de Janeiro: Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1951. (Publicações DPHAN, 17)

TRINDADE, Cônego Raymundo. *Velhos troncos ouro-pretanos*. São Paulo: Imprensa Grafica da Revista dos Tribunais, 1951.

VASCONCELOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

VIANA, Hélio. Título do texto sem itálico. *Anuário do Museu Imperial*, v. XVIII, 1957, p. 69-70.

VIEIRA, Luiz Alberto Sales. In: GONÇALVES, Andréa Lisly (Coord.). Termo de Mariana II, 2004. p. 175-183.

VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: o império luso-brasileiro e os brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Coleção Virando séculos)

VILLALTA, Luiz Carlos. Pernambuco, 1817, encruzilhadas e desencontros do Império luso-brasileiro. *Revista da USP*, São Paulo, n. 58, jun./ago. 2003, p. 59-91.

VILLALTA, Luiz Carlos. As origens intelectuais e políticas da Inconfidência Mineira. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *As Minas setecentistas*. v. 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 579-608.

VILLALTA, Luiz Carlos. Educação: nascimento, “haveres” e gêneros. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *As Minas setecentistas*. v. 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 253-287.

VILLALTA, Luiz Carlos; BECHO, André Pedroso. Lugares, espaços e identidades coletivas na Inconfidência Mineira. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *As Minas setecentistas*. v.2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 555-578.

WANGLON, Marcela. Armas, letras e virtudes: a representação da mulher em Brasileiras célebres, de Joaquim Norberto. *Revista Letrônica*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 268-280, 2009.

ZHUMTOR, Paul. *Correspondência de Abelardo e Heloísa*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ANEXO I

REGISTRO DE BATISMO

Aos oito dias do mês de novembro de mil setecentos e sessenta e sete anos nesta Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Vila Rica do Ouro Preto, batizei, e pus os santos óleos a Maria inocente, filha legítima de Balthazar João Mayrink e Donna Maria Dorotéia Joaquina de Seixas. Foram padrinhos o reverendo vigário atual Antônio Correa Mayrink e Maria do Rosário moradora do Rio de Janeiro, e tocou a criança por procuração da dita o Alferes Theotônio José de Moraes, [?] nesta freguesia, do que para constar fiz este assento.

O coadjutor João Carvalho da Rosa

(Livro de Batismo da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, termo de abertura 1749, folha 149)

Transcrição (GOMES, 1966, p.16)

ANEXO II

TRANSCRIÇÃO DO DOCUMENTO ORIGINAL

Conta Corrente da Ordem 3ª da Penitência de São Francisco de Assis de Ouro Preto: 2º livro

1793	A Irmã D. Maria Dorothea Joaquina de Seixas moradora nesta Vila da-se	
	Sua recepção em 2 de agosto do dito L 2º P39	2 ¾ 4
	Seu anual te 1795	2 “ “
1795	Sua profissão em 18 de março de 1795 DL P39	2 ¾ “
	Idem anuais até 1803	8 “ “
	Idem Expensa de Ministra em 1804	41 ½ 6
1808	Idem anuais - - - - - 1808 abatendo anuais de Ministra	<u>3 “ “</u>
	Anuais the(sic) 1823 – 15 anos - - - - -	<u>60 ¼ 2</u>
		- 72\$375
		- - 18\$000
	Anuais de 10 anos the(sic) 1833 - - - - -	<u>12\$000</u>
	Passou ao Livro 3 p 123	soma 102\$375

ANEXO III

Livro 3º Fls. 122 verso:

<< A Irmã D. Maria Dorothea Joaquina de Seixas – Antônio Dias, pelo que vem a dever a conta no L. 2 Fls. 211 the 1833	102\$375
Engano na profissão	\$175

O secretário Cintra

Anual de hum ano athe 1834	-	-	-	-	-	-	1\$200
Exp ^a de Ministra em 1835	-	-	-	-	-	-	50\$000
Anuais até 1849	-	-	-	-	-	-	16\$800
D. ^{os} até 1851	-	-	-	-	-	-	2\$400
Remida por despacho da Mesa de 18 de janeiro de 1852 pela quantia de	-	-	-	-	-	-	67\$970

Falecida a 10 de fevereiro de 1853. Jaz na Matriz de Antônio Dias. >>

TRANSCRIÇÃO (GOMES, 1966, p. 101)

ANEXO IV

Certidão de óbito de Marília de Dirceu

Aos dez de fevereiro de 1853 faleceu com todos os Sacramentos Dona Maria Doroteia, MARIA DOROTÉIA DE SEIXAS branca, solteira de idade de noventa anos; foi encomendada e sepultada nesta matriz em Cova da Fabrica: para constar faço este assento que assino O Vigário João Ferrade Varv.o

A margem

D. Maria Doroteia de Seixas

(GOMES, 1966, p. 97)

ANEXO V

Resolução da Câmara sobre um Requerimento de Maria Dorotéia
Atas da Câmara Municipal de Ouro Preto

N2 Sessão Ordinária de 6 de outubro de 1846

Presidência do Sr. Batista de Figueiredo

[...] Leu-se um requerimento de D. Maria Doroteia Joaquina de Seixas fazendo ver que o Pro.^{cor} exige dela pagamentos de concertos de água e encanamentos feitos aquém do seu registro quando ela julga isenta de tais pagamentos e só sim deve pagar aqueles concertos que se fizeram do seu registro até a mina € Falando-se sobre a matéria resolveu-se que o Fiscal vá ao lugar e proceda os necessários exames e informe a Câmara a respeito. No mesmo sentido se lançou o despacho. [...]

(TRANSCRITO DO DOCUMENTO ORIGINAL ENCONTRADO)

N2 Sessão Ordinária de 14 de outubro de 1846

Presidência do Sr. Baptista de Figueiredo

[...] Uma informação do Fiscal Supp^e respeito ao que requereu D. Maria Doroteia Joaquina e faz ver que a mesma tem razão no que alega e que não deve pagar despesas de encanamento de sua pia para baixo, por não se servir do dito encanamento € Resolveu a Câmara que se oficiasse ao Pro.^{cor} para que não exija da dita D. Maria embolsamento(sic) de despesas que se fizerem de sua pia de água para baixo e que só deve a mesma pagar em rateio o que se gastar da dita pia até a mina e no mesmo sentido se lançou o despacho. [...]

(TRANSCRITO DO DOCUMENTO ORIGINAL ENCONTRADO)

PARECER DO FISCAL

Em virtude do Despacho de V.S.^{as} de 6 do corrente exarado no incluso requerimento de D. Maria Dorothea Joaquina de Seixas, informo a V.S.^{as} que tendo procedido aos necessários exames à respeito do alegado pelo Supp^e acho que ela tem razão, para isso que não se utilizando da Mina Pública, e nem do Chafariz da Ponte não deve concorrer com quantia alguma para tais concertos, e só sim relativamente, ao encanamento de que se utiliza; parecendo-me também de justiça que ela seja obrigada a concertar o seu encanamento, pois tendo ela pedido permissão para pouco tempo, até que o concertasse, ainda não o fez tendo se passado 16 anos.

V.S.^{as} resolverão a respeito – Ouro Preto 15 de abril

Luiz José de Oliveira Jr

Fiscal Supp^e

(Documento avulso não encontrado na Câmara em 2013) (GOMES, 1966: 94)

ANEXO VI

Testamento

Em nome da Santíssima Trindade Amem

Eu, D. Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, achando-me em perfeita saúde e entendimento, ordeno meu testamento na forma seguinte:

Sou natural desta cidade, filha legítima do capitão Balthazar João Mayrinck, e de sua mulher D. Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, já falecidos.

Instituo por meus testamenteiros e universais herdeiros D. Francisca de Paula Manso de Seixas, que vive em minha companhia, e Anacleto Teixeira de Queiroga, que ao presente é residente no Rio de Janeiro, para que cada um *per si in solidum* possam ser meus testamenteiros, bem feitores e administradores de todos os meus bens, até vendê-los fora de praça para repartirem entre ambos o líquido da herança depois de pagas as dívidas, que ainda existirem de meu tio e Sr. João Carlos.

Deixo em prêmio ao testamenteiro que aceitar esta testamentaria cem mil reis e o prazo de quatro anos para a conta final.

Declaro que deixo uma cédula a minha testamenteira, a qual não será obrigada a apresentá-la em juízo, e só com seu juramento se levará em conta a despesa que com a mesma fizer.

Deixo à eleição de minha testamenteira as disposições do meu funeral em cova da Ordem de São Francisco de Assis, e que por minha alma se celebrem quantas missas de corpo presente couberem no possível da esmola de mil e duzentos cada uma, e também quero que se digam as de S. Gregório, e pó esta forma hei por findo o presente instrumento por mim feito e assinado nesta cidade de Ouro Preto, a 2 de outubro de 1836.

Maria Dorotéia Joaquina de Seixas

(BRANDÃO, 1932, p. 411-3)

ANEXO VII

Justificativa para emancipação

A 27 de novembro de 1805

Dizem D. Maria Dorotéia Joaquina de Seixas e sua irmã D. Emerenciana Joana Evangelista de Seixas que elas precisam justificar o seguinte

Justificarão que são filhas legítimas do capitão Balthazar João Mayrinck e sua mulher D. Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, já falecida, e que vivem desde sua menor idade e por falecimento de sua mãe em companhia de seu tio, o coronel ajudante de ordens do governo João Carlos Xavier da Silva Ferrão.

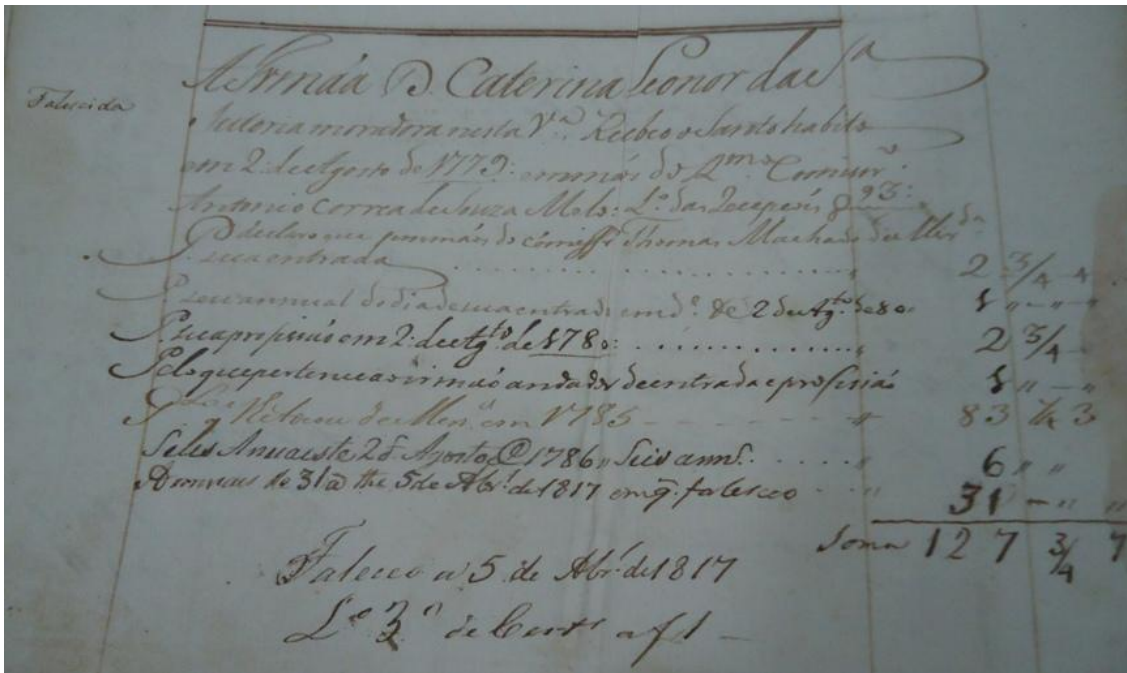
Que as justificantes são maiores de vinte e cinco anos, como mostram pelas certidões juntas, e que têm juízo e capacidade para se regerem e administrarem seus bens, sem dependência de tutor ou curador.

[...]

Pedem a V. Mercê designe mandar-lhes pagar em modo que faça fé.

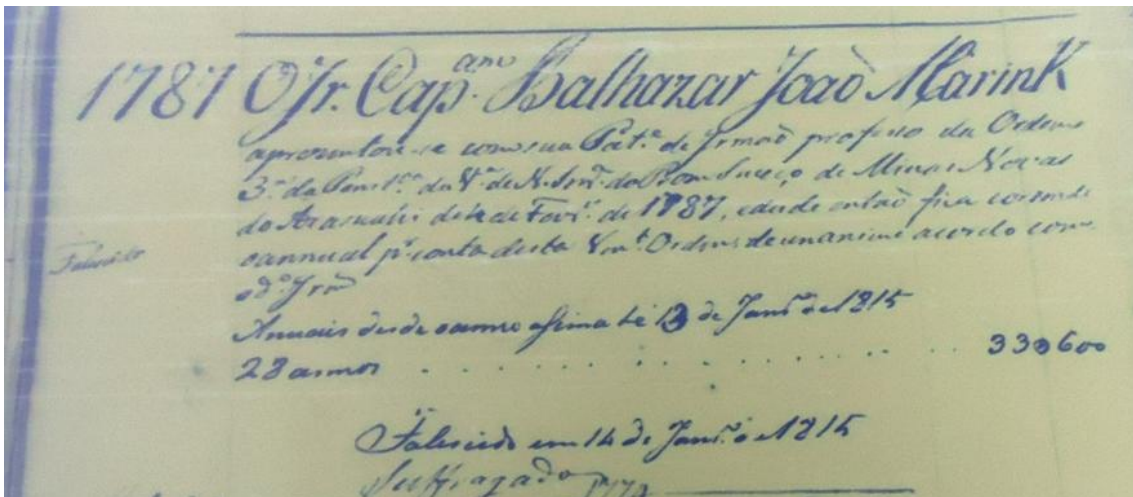
(GOMES, 1966, p. 26-8)

Imagem 1



Fonte: MA - Entrada e profissões (1761-1806) - Conta Corrente da Ordem 3ª da Penitência de São Francisco de Assis de Ouro Preto – 2º livro – folha 171 (detalhe)

Imagem 2



Fonte: CC - Entrada e profissões (1761-1806) - Conta Corrente da Ordem 3ª da Penitência de São Francisco de Assis de Ouro Preto – 2º livro – folha 122 (detalhe)

Imagem 3

1793. Sr. D. Maria Doro

<i>1793</i>	<i>Uted Joaquina de Sá e Sá or neta D^a Dora</i>	
<i>1795</i>	<i>Uted Joaquina de Sá e Sá or neta D^a Dora</i>	<i>2 3/4</i>
	<i>Uted Joaquina de Sá e Sá or neta D^a Dora</i>	<i>2 3/4</i>
	<i>Uted Joaquina de Sá e Sá or neta D^a Dora</i>	<i>8</i>
	<i>Uted Joaquina de Sá e Sá or neta D^a Dora</i>	<i>4172 C</i>
<i>1803</i>	<i>Uted Joaquina de Sá e Sá or neta D^a Dora</i>	<i>3 1/2</i>
	<i>Uted Joaquina de Sá e Sá or neta D^a Dora</i>	<i>60742</i>
	<i>Uted Joaquina de Sá e Sá or neta D^a Dora</i>	<i>ad^o 721375</i>
	<i>Uted Joaquina de Sá e Sá or neta D^a Dora</i>	<i>184000</i>
	<i>Uted Joaquina de Sá e Sá or neta D^a Dora</i>	<i>12000</i>
	<i>Uted Joaquina de Sá e Sá or neta D^a Dora</i>	<i>Soma - 1024375</i>

1920
1793
127

Fonte: MA - Entrada e profissões (1761-1806) - Conta Corrente da Ordem 3ª da Penitência de São Francisco de Assis de Ouro Preto – 2º livro – folha 211 (detalhe)

Imagem 4

204 Sr. D. Emerenciana Joannina Evan

<i>204</i>	<i>Sr. D. Emerenciana Joannina Evan</i>	
	<i>Sr. D. Emerenciana Joannina Evan</i>	<i>2 3/4</i>
	<i>Sr. D. Emerenciana Joannina Evan</i>	<i>60750</i>
	<i>Sr. D. Emerenciana Joannina Evan</i>	<i>120000</i>
	<i>Sr. D. Emerenciana Joannina Evan</i>	<i>500000</i>
	<i>Sr. D. Emerenciana Joannina Evan</i>	<i>9800</i>
	<i>Sr. D. Emerenciana Joannina Evan</i>	<i>28800</i>
	<i>Sr. D. Emerenciana Joannina Evan</i>	<i>18200</i>
	<i>Sr. D. Emerenciana Joannina Evan</i>	<i>13200</i>
	<i>Sr. D. Emerenciana Joannina Evan</i>	<i>93130</i>

1825
1826
1827
1828
1829
1830
1831
1832
1833
1834
1835
1836
1837
1838
1839
1840
1841
1842
1843
1844
1845
1846
1847
1848
1849
1850
1851
1852
1853
1854
1855
1856
1857
1858
1859
1860

Fonte: CC - Entrada e profissões (1761-1806) - Conta Corrente da Ordem 3ª da Penitência de São Francisco de Assis de Ouro Preto – 2º livro – folha 261 (detalhe)

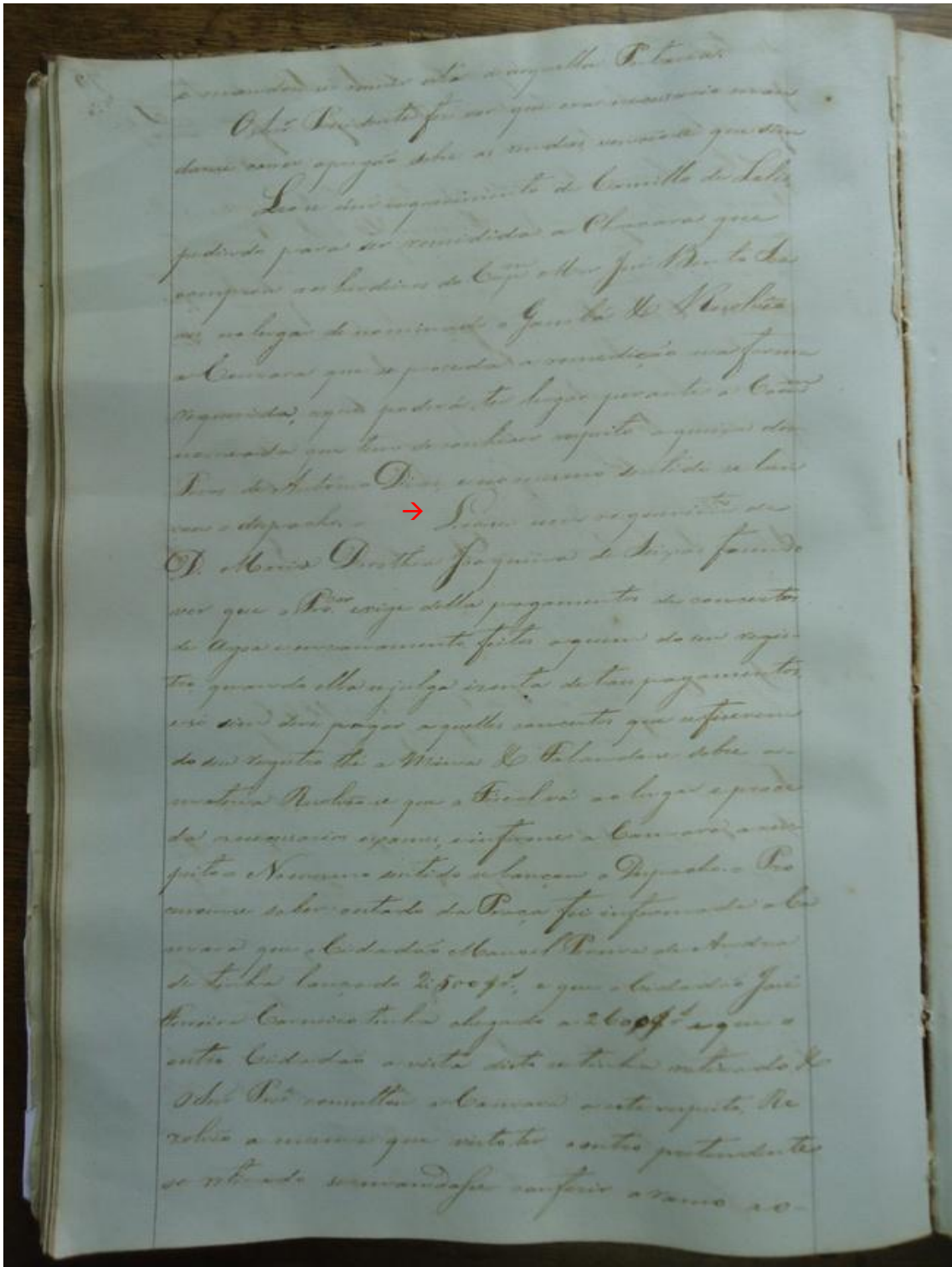
Imagem 5

The image shows an open handwritten ledger book with two pages of entries in cursive script. The left page contains entries for 'Sr. Maria Ester', 'Sr. D. Maria Doro', 'Sr. Alexandria', 'Sr. Anunciação', and 'Sr. Santa Teresina'. The right page contains entries for 'Sr. Inês', 'Sr. Inês', 'Sr. Inês', and 'Sr. Inês'. Each entry includes a name, a date, and numerical values in columns.

Year	Name	Column 1	Column 2	Column 3
1770	Sr. Maria Ester	2364	2364	2364
1770	Sr. D. Maria Doro	2364	2364	2364
1770	Sr. Alexandria	2364	2364	2364
1770	Sr. Anunciação	2364	2364	2364
1770	Sr. Santa Teresina	2364	2364	2364
1770	Sr. Inês	2364	2364	2364
1770	Sr. Inês	2364	2364	2364
1770	Sr. Inês	2364	2364	2364
1770	Sr. Inês	2364	2364	2364

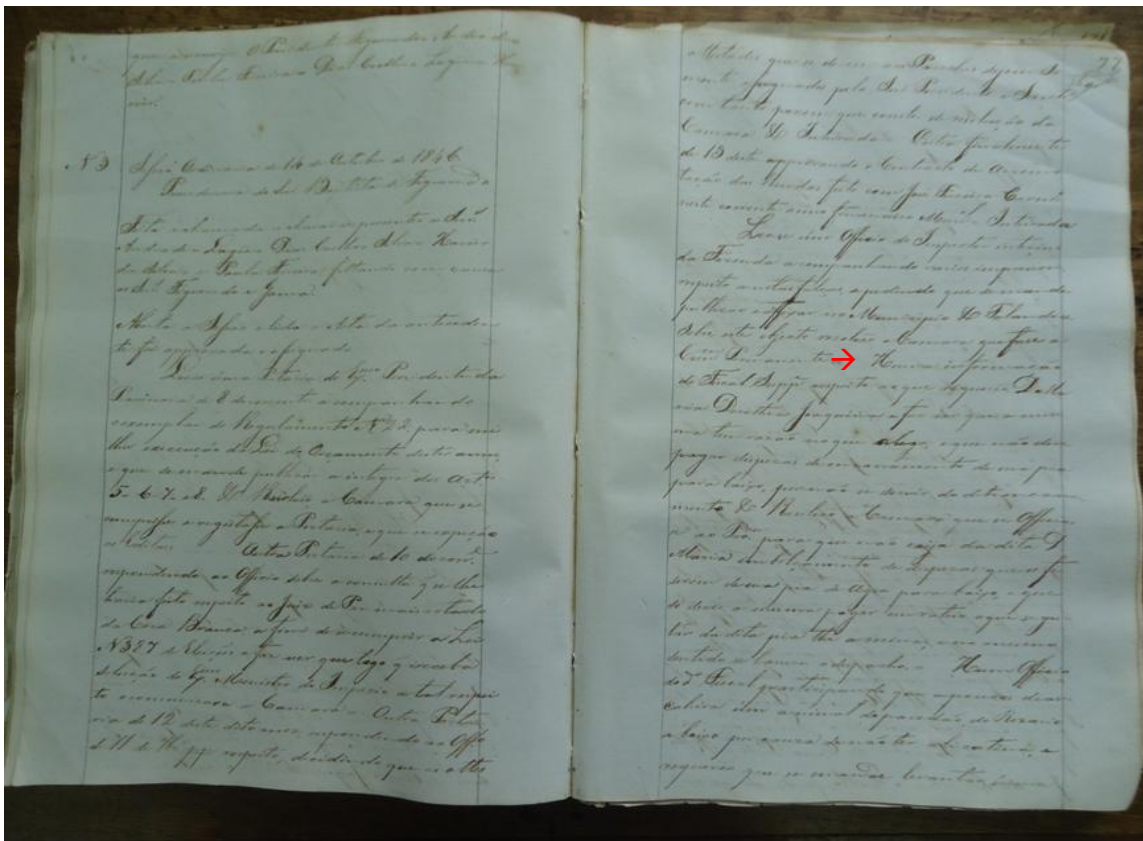
Fonte: MA - Entrada e profissões (1761-1806) - Conta Corrente da Ordem 3ª da Penitência de São Francisco de Assis de Ouro Preto – 2º livro – folha 211

Imagem 7



Fonte: APOP – Ata de 6 de outubro de 1846 – folha 75 verso

Imagem 8



Fonte: APOP – Ata de 14 de outubro de 1846 – folhas 76 verso e 77

Imagem 9

publicar e affixar no Município de Estância
debe este objecto serhe a Camara que foy a
Com. Permanente → Com. Informaç.
do Fiscal Suppl. exposto a que requirio. Delle
ria D. Theodoros Paquinhas e foy des. que a mi-
ma tençao no que ~~debe~~, e que não deve
pagar despesas de encavamento de sua pia
para baixe, porque se tem de dita encave-
mento do Município a Camara que se Offerece
ao Pro. para quem não seja da dita D.
Alvaria com o pagamento de despesas que se fe-
zerem de sua pia de Agua para baixe, e que
só deve a mesma pagar o m. r. t. e. e que se gos-
tar da dita pia tem a assinar e no mesmo
dentado se hanno o despacho. = Com. Officio
do Fiscal participando que a p. n. e. s. de
Alvaria tem a assinar do parador do Horario
a baixe por causa de não ter alicotina, e
requirio que se mande levantar a mesma

Fonte: APOP – Ata de 14 de outubro de 1846 – folha 77 (detalhe)



MI - Bordado atribuído a "Marília de Dirceu" - Santa Maria Madalena

*



MI - Bordado atribuído a “Marília de Dirceu” - São José